



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE PORTALEGRE**

**A CONDIÇÃO DE IDOSO ANTIGO COMBATENTE: RELATOS DE
VIDA, VULNERABILIDADES E PROCESSOS DE RECONHECIMENTO
PÚBLICO**

Curso de Segundo Ciclo de Estudos - Mestrado em Gerontologia
(Ramo Gerontologia Social)

Dulce da Purificação Sardinha Pereira Correia

Orientador: Professor Doutor Bruno Dionísio

Portalegre

2015

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE PORTALEGRE**

**A CONDIÇÃO DE IDOSO ANTIGO COMBATENTE: RELATOS DE
VIDA, VULNERABILIDADES E PROCESSOS DE RECONHECIMENTO
PÚBLICO**

Curso de Segundo Ciclo de Estudos - Mestrado em Gerontologia
(Ramo Gerontologia Social)

Dulce da Purificação Sardinha Pereira Correia

Orientador: Professor Doutor Bruno Dionísio

Portalegre

2015

LIGA DOS COMBATENTES
VALORES PERMANENTES
LIGA DOS COMBATENTES
EM TODAS AS FRENTES!
(GRITO DA LIGA)

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui o meu reconhecimento às pessoas que diretamente contribuíram para a execução deste trabalho.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Professor Doutor Bruno Dionísio, pela sua preciosa orientação, pelo rigor e boa disposição que sempre trouxe para as nossas reuniões e, sobretudo, pelas suas críticas construtivas e reflexões que foram fundamentais para a prossecução da investigação.

Agradeço à Instituição Liga dos Combatentes pela autorização para se realizar esta investigação e, principalmente, ao Dr. António Correia, Coordenador do CEAMPS, pelo contributo logístico, sem o qual uma das vertentes desta investigação não seria possível e também pelo acolhimento, disponibilidade e interesse na concretização do estudo.

Agradeço aos antigos combatentes: a todos os que me ofereceram tão generosamente os relatos das suas vidas.

Agradeço aos meus pais pelo encorajamento, carinho, paciência nos momentos menos bons e apoio incondicional. O meu agradecimento também para a minha sogra e, para o meu sogro que, mesmo já não estando entre nós, foi uma pessoa muito querida, sempre disponível e que sei que me tinha em grande estima e consideração. Nunca será esquecido. Obrigada por acreditarem nas minhas capacidades e potencial.

De um modo muito especial agradeço ao meu marido, pelos seus conselhos, pelo seu constante incentivo e, também aos meus filhos pelo apoio e confiança em todos os momentos demonstrada.

O meu agradecimento para a minha amiga M^a João Serra, grande companheira deste percurso académico, pela troca de ideias e de incentivo para a concretização deste projeto.

O meu sentido agradecimento a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para esta investigação, por compartilharem as suas vivências, pela aprendizagem, pelo carinho e pela partilha de tempo.

RESUMO

Hoje, grande parte dos homens portugueses com 65 ou mais anos têm uma história de vida associada à Guerra Colonial, tendo experienciado episódios em palcos de guerra, em muitos casos traumatizantes, os quais são sentidos e interpretados de forma diferenciada.

Sendo o processo de envelhecimento heterogéneo e dependendo ele não só dos aspetos genéticos e fisiológicos, mas também de todo o percurso vivencial e psicossocial, pretendeu-se através deste estudo obter um conhecimento dos significados e relevância da experiência em Guerra, nos antigos combatentes, com o objetivo de saber como estes idosos vivenciam a sua condição de vida marcada pela guerra, captando desta forma as suas representações face às marcas visíveis ou silenciadas e a necessidade de reconhecimento político e social. O estudo pretendeu ainda dar conta do trabalho institucional que a Liga dos Combatentes tem vindo a desenvolver, no sentido de intervir no apoio ao idoso antigo combatente, em situação de vulnerabilidade, no campo da saúde e da solidariedade social.

Foram realizadas entrevistas aprofundadas a doze idosos, baseadas na técnica de relato de vida, selecionando-se antigos combatentes com perfis diferenciados e duas entrevistas a técnicos dos Centros de Apoio Médico, Psicológico e Social (CAMPS). Procedeu-se à recolha e análise de documentação sobre a problemática em torno do envelhecimento da população portuguesa e, em particular, ao idoso combatente da guerra colonial, com especial relevo sobre as questões legislativas relacionadas com as medidas acionadas pelo Estado Português no apoio a esta população. O mesmo foi realizado no que se refere à génese da Liga dos Combatentes e, designadamente ao trabalho desenvolvido na atualidade no acompanhamento clínico e social ao combatente.

Foi possível concluir que para os sujeitos entrevistados a experiência de guerra foi penosa para todos, quem participou na guerra não voltou o mesmo e o reconhecimento da Nação tem sido pouco ou nenhum para os que nela participaram. Contudo, apesar dos episódios marcantes e dramáticos que viveram, esse período acabou por constituir um fator de crescimento pessoal, promovendo uma maior consciencialização social e política, tornando-os mais reflexivos e proativos em relação à sua condição social.

No que respeita à intervenção Institucional, reconhece-se o papel fundamental que a Liga dos Combatentes tem na proteção ao combatente, através da criação de respostas de ação concretas e adequadas a cada caso, promovendo assim um maior bem-estar social e psicológico do idoso, na condição de antigo combatente, baseando todo o seu trabalho numa relação de confiança, atenção e respeito pela pessoa.

Palavras-chave: Idosos, Antigos Combatentes, Guerra Colonial, Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Reconhecimento Público

ABSTRACT

Nowadays, a large share of Portuguese men aged over 65 have a personal background linked to the Colonial War, having undergone episodes in war zones, in many cases traumatizing ones, which are felt and interpreted in diverging manners.

Given that the ageing process is heterogeneous and that it not only depends on genetic and physiological aspects, but also on the entire living and psychosocial path, this study aimed at obtaining knowledge regarding the meanings and relevance of the war experience to former combatants, with a view to knowing how these elderly experience their war-scarred life, there by capturing their representations vis-à-vis visible or silenced marks and the necessity for political and social recognition. It also sought to outline the institutional work carried out by the Combatants' League in terms of its intervention in support of former combatants in situations of vulnerability, in the areas of healthcare and social solidarity.

Twelve elderly persons were the subject of in-depth interviews, which were based on the life story technique, with a selection of former combatants with distinct profiles, plus two interviews with CAMPS' (Medical, Psychological and Social Support Centre) experts. A collection and analysis of documents about the Portuguese population's ageing issue was performed, especially that of the elderly combatant in the Colonial War, with a special focus on the legislative measures put in place by the Portuguese State in support of this group. The same was done concerning the Combatants' League origin, namely the work it currently develops as regards the provision of medical and social follow-up to the combatant.

It was possible to conclude that the war experience was painful for each one of the interviewees, that those who took part in the war did not come back the same, and that the Nation's recognition towards them has been little to none. However, despite the striking and dramatic episodes they went through, that period ended up representing a personal growth factor, by promoting a bigger social and political awareness, thus making them more thoughtful and proactive with regard to their social status.

As far as the institutional intervention is concerned, acknowledgment is given to the fundamental role performed by the Combatants' League in combatant protection, by creating concrete and appropriate action responses for each case, thereby promoting a bigger social and psychological wellbeing for the elderly, as former combatants, and basing all its work on a relationship of trust, attention and respect for the person.

Keywords: Elderly, Former Combatants, Colonial War, Life Stories, Vulnerabilities and Public Recognition

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACUP - Associação dos Combatentes do Ultramar Português

ADFA - Associação de Deficientes das Forças Armadas

ADM - Assistência na Doença aos Militares

ANCU - Associação Nacional de Combatentes do Ultramar

APOIAR - Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas de Stress Pós Traumático de Guerra

APVG - Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra

CAIS - Centro de Apoio à Inclusão Social

CAMPS - Centros de Apoio Médico, Psicológico e Social

CEAMPS - Centro de Estudos Apoio Médico, Psicológico e Social

CPR - Comissão Permanente de Reabilitação

ERPI - Estrutura Residencial para Idosos

INE - Instituto Nacional de Estatística

LC - Liga dos Combatentes

MNF - Movimento Nacional Feminino

ONG - Organizações Não Governamentais

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PSTD - Perturbação de Stress Pós Traumático

SNS - Sistema Nacional de Saúde

SSFA - Serviço Social das Forças Armadas

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - OBJETO DE ESTUDO.....	13
CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA E CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO - O CASO PORTUGUÊS.....	16
2.2 O ENVELHECIMENTO HUMANO.....	20
2.3 A GERONTOLOGIA.....	23
2.4 A POPULAÇÃO IDOSA MASCULINA EM PORTUGAL	25
2.4.1 Liga dos Combatentes - Origem e primeiros passos	32
2.4.1.1 Estatutos da Liga dos Combatentes.....	33
2.4.1.2 A Liga dos Combatentes na Atualidade	34
2.4.1.3 Programa "Liga Solidária"	36
2.4.1.4 Programa "Cuidados de Saúde"	37
CAPÍTULO III - PROTOCOLO METODOLÓGICO	39
3.1 MÉTODO QUALITATIVO.....	39
3.2 OS PARTICIPANTES.....	40
3.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS.....	42
3.3.1 A Entrevista	42
3.3.2. O Processo de Construção do guião de entrevista semiestruturada.....	50
3.4 ANÁLISE DOCUMENTAL.....	51
3.5 PROCESSOS E DIMENSÕES ÉTICAS	51
3.6- O PROCESSO DE TRATAMENTO DE DADOS.....	52
3.6.1 Análise de Conteúdo	52
CAPÍTULO IV - NARRATIVAS DE VIDA MARCADAS PELA GUERRA: RELATOS	
BIOGRÁFICOS	56
4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES	56
4.2 "RELAÇÕES FAMILIARES E CONDIÇÕES DE VIDA"	60
4.2.1 "Falta de muita coisa básica para uma vida normal"	60
4.2.2 "Logo que a gente deitasse corpo íamos trabalhar e ajudar lá para casa"	61
4.3 "MOTIVAÇÕES PARA A GUERRA"	63
4.3.1 "Defender o que era nosso"	63
4.3.2 "A Tropa podia salvar a nossa vida"	65
4.3.3 "Virei, não Virei..."	66

4.4 "PARTICIPAÇÃO NA GUERRA-COMPETÊNCIAS E VULNERABILIDADES"	67
4.4.1 "Eh mãe, que a gente morre aqui todos"	71
4.4.2 "Éramos um bloco...a malta estava ali toda unida"	74
4.4.3 "Tenho pena também daqueles africanos...alguns eram boas pessoas."	76
4.4.4 "Crescia-nos uma alma nova"	78
4.5 "O SENTIDO DA VIDA - TRANSFORMADO PELA GUERRA"	80
4.5.1 "A guerra permitiu-nos abrir os olhos... foi o selo da vida"	81
4.5.2 " Punham-se a olhar para mim, com pena, não com admiração "	83
4.6 A CONDIÇÃO DE ANTIGO COMBATENTE NA VELHICE	85
4.6.1 "Confesso que vivi...quando vemos os camaradas sublimamos a situação"	86
4.6.2 "Agora mais velho até me tenho lembrado mais"	89
4.6.3 "Têm de lutar muito para se conseguir alguma coisa"	93
4.6.4 "A sociedade não passou cartão nenhum aos combatentes"	98
CAPÍTULO V - INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL	103
5.1 "O PERCURSO DO TÉCNICO NO CAMPS"	103
5.1.1 "O conseguir levar as pessoas a pensar noutras alternativas aos seus problemas"	103
5.2 "O COMBATENTE DO CAMPS"	104
5.2.1 "Normalmente são antigos combatentes reformados"	104
5.2.2 "Temos um bocado de tudo..."	105
5.3 "AÇÃO DO CAMPS NO APOIO AO COMBATENTE"	106
5.3.1 "Tentamos perceber pelo contexto qual é o problema da pessoa"	106
5.4 "A AÇÃO GLOBAL DO CAMPS"	109
5.4.1 "Eles não tiveram apoio nenhum quando vieram..."	109
5.4.2 " Cada um tem a sua estratégia e respeita-se"	110
5.4.3 "Darmos o valor a estes homens..."	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
BIBLIOGRAFIA	116
ANEXOS	116

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Relações Familiares e Condições de Vida.....	53
QUADRO 2 - Motivações para a guerra	53
QUADRO 3 - Participação na guerra - Competências e Vulnerabilidades	53
QUADRO 4 - O sentido da Vida - Transformado pela guerra	53
QUADRO 5 - A condição de Antigo Combatente na Velhice	54
QUADRO 6 - O Percurso no CAMPS	55
QUADRO 7 - O Combatente do CAMPS.....	55
QUADRO 8 - A ação global do CAMPS	55
QUADRO 9 - Caracterização Sociodemográfica dos Participantes.....	58

INTRODUÇÃO

O atual envelhecimento da população no mundo não tem paralelo na história. O aumento percentual no número de pessoas idosas, com 60 anos ou mais, é acompanhado pela queda no número de jovens com menos de 15 anos. Até 2050, o número de idosos no planeta excederá o de jovens pela primeira vez na história da humanidade (*in* Centro Regional de Informação das Nações Unidas - <http://www.unric.org/pt/envelhecimento>). Estas transformações demográficas, que se iniciaram na segunda metade do séc. XX e que continuam em expansão nos nossos dias, têm impulsionado o aparecimento de políticas sociais, com vista a manter a sustentabilidade económica dos sistemas de proteção social e a garantir a solidariedade intergeracional.

O fenómeno do envelhecimento que se estendeu a nível global exige urgentemente a criação de novas estratégias de intervenção social de forma a prevenir situações de pobreza, de exclusão social e a garantir a qualidade de vida dos mais velhos, afetada por vulnerabilidades de ordem física, mental e social. Contudo, nem todas as medidas criadas têm sido proporcionais às necessidades sentidas pela população, podendo até afirmar-se que algumas são fruto de um longo processo de luta pelo reconhecimento político e social de determinados grupos sociais.

A investigação que se pretende desenvolver está inserida no âmbito do mestrado em Gerontologia (ramo Gerontologia Social) e centra-se nos relatos de vida do idoso na condição de antigo combatente, assente em três dimensões: a vida antes da mobilização, a sua participação na guerra e a vida depois da guerra. Deste modo, pretende-se obter um conhecimento dos significados e relevância da experiência em Guerra para a construção da identidade pessoal e, assim captar as suas representações face às marcas de guerra visíveis ou silenciadas e a necessidade de reconhecimento político e social. Em simultâneo queremos dar conta de uma realidade institucional, a Liga dos Combatentes, e conhecer as estruturas criadas no seio desta Instituição, no sentido de reconhecer as vulnerabilidades que afetam esta população e, de certa forma, reparar os danos provocados pela experiência de guerra.

A Liga dos Combatentes (LC) é uma Instituição cujo aparecimento está associado à primeira Guerra Mundial e que se tem pautado pelo auxílio moral e material dos seus associados, em particular dos antigos combatentes. Ao longo dos tempos a LC tem vindo a acrescentar à sua identidade militar uma dimensão de carácter social, uma vez que se confronta com o envelhecimento de grande parte dos seus associados e perante este facto procura no presente e futuro desenvolver um conjunto de respostas que atendam ao envelhecimento, orientadas para as preocupações com a saúde física, mental e social dos

seus idosos, questões fulcrais na sociedade atual e que estão em estreita articulação com as preocupações da Gerontologia Social.

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo é feita a apresentação da problemática que será objeto de estudo e identificação dos objetivos a alcançar, com referência às motivações da investigadora para a escolha do tema, bem como a sua relevância académica e social.

O segundo capítulo corresponde a uma sequência de informação recolhida e trabalhada, como fonte de argumentação teórica, já consolidada em termos científicos, sobre a problemática em análise. Desta forma situa-se o problema de pesquisa no panorama do envelhecimento e no campo da Gerontologia, com referência a estudos existentes relativamente à especificidade da população idosa masculina, na condição de ex-combatente. Prossegue-se depois no terceiro capítulo à apresentação da metodologia utilizada, em torno da problemática em análise, e à descrição de todo o processo de recolha de dados, do trabalho desenvolvido durante as diferentes etapas, assim como das estratégias utilizadas.

No quarto capítulo é feita a análise dos relatos de vida, ou seja, procede-se à apresentação e interpretação das entrevistas aos idosos. O quinto capítulo apresenta os dispositivos de intervenção institucional por parte da LC, para fazer face à problemática associada ao idoso antigo combatente e, desta forma, descreve-se todo o trabalho desenvolvido pelos Centros de Apoio Médico, Psicológico e Social (CAMPS), através de entrevistas realizadas aos profissionais que contactam diretamente com o público-alvo deste estudo. Por último, nas considerações finais sintetizam-se os resultados obtidos e apresentam-se algumas ideias para uma investigação futura capaz de dar alguma continuidade à que agora se finaliza.

CAPÍTULO I - OBJETO DE ESTUDO

A presente investigação, *“A condição de idoso antigo combatente: Relatos de vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público”*, emerge de um desejo pessoal da investigadora de explorar as memórias de indivíduos marcados pela experiência de guerra. O facto de a mesma ter estado desde sempre familiarizada com as memórias da guerra colonial, através do seu pai e tios, militares do quadro permanente, contribuiu fortemente para a vontade de resgatar essas experiências que pautaram a vida de uma geração de homens portugueses e desta forma trazê-las para o presente e futuro. Por outro lado, fazer sentir a quem não esteve desse lado o que esses homens viveram, sentiram e sentem agora como idosos.

Essa envolvimento emocional e familiar da investigadora com a guerra contribuiu também para que se associasse (como sócia extraordinária) à Instituição Liga dos Combatentes (LC) desde os seus trinta anos e mais recentemente como voluntária no apoio à Direção do Núcleo de Estremoz, o que lhe permitiu um contacto mais próximo com a realidade atual destes homens. Foi portanto a constatação “in loco” das vulnerabilidades de alguns combatentes e de todo o esforço de intervenção da LC, no sentido de auxiliar todos os seus sócios e em particular os sócios na categoria de antigos combatentes, que impulsionou a investigadora a debruçar-se sobre este tema e desta forma mostrar à sociedade portuguesa quem foram e quem são estes homens e, por outro lado, dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por uma Instituição - a LC - formada na sua grande maioria por combatentes.

Durante vinte cinco anos ligada ao ensino a jovens, foi também nos últimos anos do seu percurso como professora que sentiu o apelo para a área da Gerontologia, em parte através dos cursos que ministrou na área do Trabalho Social e de Orientação/Formação de adultos e pelo contacto com esses formandos cuja maioria até então tinham sido cuidadores formais, “descobrimo” assim uma realidade que lhe despertou muito interesse. O ingresso no Mestrado em Gerontologia foi no início apenas um desafio pessoal, mas acabou por se tornar uma área de eleição pessoal e profissional, uma vez que a LC - Núcleo de Estremoz alcançara o sonho de criar uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e, portanto, perspectivava-se a possibilidade de poder intervir no campo da solidariedade social, prestando assim o apoio aos sócios da LC, na dupla condição de idosos e ex-combatentes.

A pertinência da investigação prende-se com o facto de constituir uma problemática pouco trabalhada em termos académicos, na área da Gerontologia, tanto na sua vertente Social, ou seja, de análise e compreensão de como determinados fatores socioculturais interagem como o processo de envelhecimento, assim como da Saúde, porque em simultâneo procura-se conhecer a intervenção no campo da saúde mental e psicológica

direcionada para este público-alvo tão específico. Com efeito, a grande maioria dos estudos existentes em torno da Guerra Colonial Portuguesa são quase exclusivamente no domínio da psicologia, onde se aborda as consequências psicopatológicas associadas à exposição bélica. Por outro lado, apesar de ao longo dos últimos anos a informação sobre esse período estar a aumentar e ser dada a conhecer nos meios de comunicação de massa e, na literatura, através de obras testemunhais publicadas por antigos combatentes, o certo é que há ainda muito por descortinar.

De acordo com Rodrigues (2012, p.70),

"Tendo em conta o impacto que essa guerra teve enquanto durou e as sequelas que o Portugal pós colonial herdou, os estudos sobre esta matéria estão ainda longe de representar a complexidade que a envolveu [...]. Apesar do interesse inquestionavelmente crescente pelo estudo da guerra colonial em Portugal constatou-se que a pesquisa das Ciências Sociais e Humanas centradas nos discursos e percursos de antigos combatentes, não tem despertado tanto interesse académico como acontece em relação a outras matérias [...] os trabalhos são maioritariamente [...] da área da psiquiatria, centrados sobretudo no problema do stress pós-traumático".

O autor Fonseca (2009), na sua introdução, refere ainda que:

"[...] cada um tem a sua história, juntas revelam o retrato de um período que ainda é noite escura. Desperta amores, ódios, guarda mistérios. É passado que marca presente, porque o mais e o menos pretérito não está inscrito no calendário, mas no interior de cada um".

Este estudo numa primeira fase pretendia apenas dar conta das histórias de vida dos antigos combatentes, das suas memórias, rituais e impacto dessas memórias na condição de idoso. Contudo, após uma pesquisa mais aprofundada sobre todo o trabalho desenvolvido pela LC e em particular sobre o Centro de Apoio Médico, Psicológico e Social (CAMPS), decidiu alargar-se o seu objeto de estudo e, explorar também os significados e sentimentos do combatente face aos episódios em que esteve (emoções e horrores que viveram, assim como as entreajudas e cumplicidades dos que estavam do mesmo lado), de como foi marcado física e psicologicamente, assim como a perceção do mesmo relativamente ao reconhecimento dos outros em face dessa condição. Por outro lado, pretendeu-se conhecer o processo de reconhecimento político desenvolvido desde o término da guerra e o trabalho institucional desenvolvido pela LC, através dos CAMPS, em torno do diagnóstico e da intervenção na área da saúde e no apoio social aos problemas associados à dupla condição de idoso antigo combatente, preocupações que se articulam com o campo de ação da Gerontologia Social e Saúde.

Para Fortin (1999, p.17) a investigação científica é "um processo sistemático que permite obter respostas para questões [...] que merecem uma investigação". Neste sentido, o estudo que se pretende desenvolver parte de várias indagações: conhecer as vulnerabilidades físicas, sociais e pessoais do idoso na condição de ex-combatente, ou seja, saber como vieram estes homens depois de terem participado na Guerra Colonial, de como

essa experiência os mudou nas vertentes física, psicológica e social, ou não, positiva ou negativamente e de como ao fim de cinquenta anos essas possíveis fragilidades se manifestam; perceber através dos relatos de vida de que forma a condição de combatente marcou a vida pessoal, familiar e social do idoso, com o objetivo de desvendar os sentimentos de indignação e crítica que possam ter estado camuflados ou sido vividos em silêncio ao longo da vida; aferir a relação entre o conjunto de adversidades vividas pelo idoso antigo combatente e a necessidade de Reconhecimento Público, para perceber se o grau de risco a que o combatente foi sujeito durante a guerra está diretamente relacionado com a maior ou menor necessidade de valorização por parte dos outros, ou não; saber como é que a Liga dos Combatentes está a contactar com a velhice, na procura de reparar os danos da Guerra Colonial e proteger o idoso antigo combatente, pretendendo-se desta forma conhecer o conjunto de respostas sociais criadas pela LC e que vão ao encontro das necessidades dos seus sócios mais velhos, em particular os antigos combatentes; tornar mais visível o conjunto de serviços que a Liga dos Combatentes presta na área da ação social e saúde física e mental aos antigos combatentes e famílias, dando assim mais visibilidade pública aos dispositivos criados, no campo da saúde mental, física e social e que permitem diagnosticar, estudar e intervir em termos de cuidados de saúde e de inclusão social e, por último, preservar a memória de uma população que irá desaparecer (fisicamente) nas próximas duas décadas, ou seja, deixar um registo escrito dessa experiência de guerra que foi considerada o acontecimento mais marcante da história de Portugal no séc. XX.

Tendo por base os objetivos supracitados elaborou-se um protocolo de investigação qualitativo, tendo as histórias de vida como abordagem metodológica de eleição no intento de conhecer, compreender e estabelecer pontos de conexão entre os significados atribuídos pelos antigos combatentes à sua experiência de guerra. O estudo irá apoiar-se, por um lado, em entrevistas aos sujeitos associados à LC - Núcleo de Estremoz, Évora e Portalegre e, por outro lado, em entrevistas aos profissionais dos CAMPS, como forma de melhor conhecer a realidade com que se deparam e o seu olhar sobre os problemas dos idosos antigos combatentes.

CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA E CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta investigação inicia com a análise do fenómeno do envelhecimento da população portuguesa e a abordagem ao processo de envelhecimento no ser humano, assim como a uma reflexão sobre os fundamentos e evolução da Gerontologia, como ciência que defende uma visão integral de todos os componentes associados ao envelhecimento, ou seja a compreensão biopsicossocial do ser humano. Proceda-se também a um retrato sociodemográfico da população alvo desta investigação, traçando o perfil dos combatentes da Guerra Colonial e as problemáticas a eles associadas quer em idade jovem quer em idade mais avançada, de acordo com alguma literatura publicada sobre esta matéria.

Neste capítulo explora-se ainda a rede institucional de apoio social e de saúde aos combatentes, no sentido de conhecermos o processo evolutivo destas estruturas e do papel que assumem na promoção do bem-estar físico, social e psicológico e simultaneamente na dignificação dos idosos na condição de antigo combatente, assim como das suas famílias. Desta forma, focam-se as Associações de Antigos Combatentes, como estruturas de apoio no âmbito das redes formais, cada vez mais utilizadas pela população alvo deste estudo.

2.1 ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO - O CASO PORTUGUÊS

"As últimas décadas do século passado registaram um aumento ininterrupto do número de idosos que transformou as sociedades mais desenvolvidas em sociedades envelhecidas" (Cabral et al 2013, p.11).

O envelhecimento populacional no mundo é hoje, mais do que nunca, uma realidade irrefutável. Entre 1950 e 2009 verificou-se um aumento das pessoas idosas, respetivamente de 8%, passou-se para 11% e segundo projeções para 2050, este grupo etário atingirá os 22% em todo o globo (Leão, Atháide, Revés, Marques & Ponte, 2011).

A incidência do envelhecimento populacional tem sido particularmente acentuada nos países ocidentais, nomeadamente na Europa e em particular em Portugal, que apresenta uma das populações mais envelhecidas e cujo envelhecimento cresce a um ritmo galopante. De acordo com Rosa (2012, p.26),

"A idade média da população [...] na Europa passou de 30 anos, em meados do século XX, para 38 anos, em 2000, podendo atingir, em 2050 [...] os 47 anos. Em Portugal, esta evolução foi ainda mais forte [...], passando a idade média de 26 anos, em 1950, para 38, em 2000 [...] podendo [...] chegar aos 50 anos, em 2050, segundo previsões das Nações Unidas".

Fonseca (2008, p.20) refere ainda que,

"A tendência para o crescimento da população idosa é um dos traços mais salientes da sociedade portuguesa atual. Portugal enfrenta presentemente uma realidade que, sendo comum à generalidade dos países europeus, começa a ganhar um impacto social relevante;

baixas taxas de natalidade e de mortalidade, com um aumento significativo do peso dos idosos no conjunto da população total do país".

Em Portugal, até meados dos anos 60, o fenómeno do envelhecimento populacional ainda não se fazia sentir. De acordo com Rosa (2012), em 1960, o grupo etário em idade jovem, em Portugal, representava 29% da população e o número de idosos apenas 8%, sendo o índice de fecundidade de 3,2. A grande maioria da sociedade portuguesa nessa altura pertencia ao setor primário, o setor secundário e terciário estavam pouco desenvolvidos, a qualidade de vida dos portugueses era muito precária e, por isso, a mortalidade era muito elevada, registando-se uma esperança média de vida de apenas 60 anos. A taxa de natalidade era também alta, associada a um índice de fecundidade elevado, o que favorecia a renovação das gerações.

Foi a partir da década de 1960 que se despoletou o fenómeno do envelhecimento da população portuguesa, pois apesar de ser uma época em que a natalidade se mantinha relativamente elevada, o efeito de dois tipos de migração - movimentos externos para países europeus e movimentos internos para o litoral urbano -, veio causar desequilíbrios intensos nas estruturas das populações em idade ativa, principalmente nas regiões onde o êxodo populacional foi maior (Bandeira *et al*, 2014). Esta fundamentação é reforçada pelos autores Cabral *et al* (2013, p.11) quando referem que,

"A conjugação da queda da fecundidade com o aumento da esperança média de vida, bem como a fortíssima emigração portuguesa das décadas de 1960 e 1970, estão na base do envelhecimento e da importância absoluta e relativa que a população idosa tem hoje na sociedade portuguesa".

Segundo Bandeira *et al* (2014, pp.409-410)

"Para muitos jovens e para muitas famílias, perante a pobreza e falta de emprego em que viviam em Portugal, a emigração constituiu a única saída para a sua sobrevivência [...], tendo abandonado as terras [...] contribuiu para a atual situação de desertificação humana e de envelhecimento demográfico de quase dois terços do território nacional".

De acordo com Fernandes (1997) o fenómeno do envelhecimento populacional é resultado de transições demográficas, ou seja, da passagem de estruturas populacionais com indicadores demográficos de fecundidade e mortalidade elevados, para modelos em que esses indicadores atingem níveis baixos, resultando no estreitamento da base da pirâmide etária, através da redução da população jovem e no alargamento do topo da pirâmide, com o acréscimo da população idosa, associado ao aumento da esperança média de vida.

No final do século XX, a estrutura da população portuguesa apresentava já características de duplo envelhecimento. Segundo os Censos (2001), entre 1991 e 2001 a pirâmide etária estreitou na base de forma muito significativa. Em 2001, o número de pessoas em idade jovem representava 16% e a proporção de idosos na população total era

de 16,4% (ultrapassou mais do que o dobro do valor registado em 1960, que era 8%). Por sua vez, o índice de envelhecimento, que em 1991 era de 68 por cada 100 jovens, passou em 2001 para 102, o que refletia já o peso da população idosa na estrutura populacional da sociedade portuguesa. O índice de fecundidade também diminuiu. Em 1991 era já de 1,57 e em 2001, passou para 1,45, redução que forçosamente se refletiu na dificuldade em repor gerações novas, face às populações mais velhas que começaram a viver mais tempo (com uma esperança média de vida de 76,7 anos), em consequência de taxas de mortalidade mais baixas.

Para Fernandes (1997, p.12), o processo de envelhecimento da sociedade portuguesa que se iniciou em meados do século XX, resultou,

"Do desmoronamento das bases sociais [...], para o qual muito contribuiu o acesso das mulheres ao sistema escolar e a uma atividade profissional fora da agricultura. Estas transformações vêm determinar mudanças na divisão do trabalho familiar, implicando uma menor disponibilidade para as atividades relacionadas com o trabalho doméstico, assim como para as tarefas decorrentes das funções maternas, justificando o questionamento dos papéis que tradicionalmente lhe eram atribuídos".

Para além dos fatores apresentados, e que justificam o decréscimo do índice de fecundidade, a autora Rosa (2012, p.30) acrescenta ainda que a quebra do índice de fecundidade "resulta de uma combinação complexa de fatores, também associados ao desenvolvimento da sociedade portuguesa, como a maior instrução da população, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a terceirização da economia e a urbanização [...]".

Leão *et al* (2011, p.37) refere que o decréscimo da natalidade foi resultante,

"[...] do aumento do planeamento familiar e expansão dos métodos contraceptivos, à idade da mulher cada vez mais tardia no nascimento do primeiro filho, à opção de ter menor número de filhos e aos aumentos dos encargos relativos a estes sobretudo na educação".

De 2001 até à atualidade, a tendência de cada um dos indicadores demográficos tem-se acentuado, nomeadamente o decréscimo da taxa de natalidade e de mortalidade, associadas à redução do índice de fecundidade e aumento da esperança média de vida, que consequentemente teve reflexos no aumento do número de idosos, comparativamente com os jovens. Esta realidade pode ser constatada nos dados do INE (2013), segundo os quais, no período entre 2008 e 2013, se registou um decréscimo de 15,4% para 14,6% na proporção de pessoas até aos 14 anos. Por sua vez, o peso da população dos 15 aos 64 anos, ou seja, as pessoas em idade ativa, diminuiu, passando de 66,6% para 65,6%. Situando-se o número de pessoas idosas (65 ou mais anos) em 19,9%. Registou-se ainda um acréscimo do índice de envelhecimento para 136 pessoas idosas por cada 100 jovens. O índice sintético de fecundidade sofreu uma descida, passando de 1,28 para 1,21 por mulher, o que vem reforçar a descida da natalidade. Houve ainda uma tendência para o

aumento da longevidade - no triénio 2011-2013, a esperança média de vida foi estimada em 80 anos, tendo sido de 76,91 para os homens e de 82,79 para as mulheres.

Segundo Rosa (2012, p.30),

"[...] é sentido por todos que se vive em média bem mais tempo que no passado [...] hoje a esperança média de vida aos 65 anos (número médio de anos que um indivíduo de 65 anos pode esperar viver) é atualmente de quase 17 anos para os homens e de 20 para as mulheres [...], levando ao reforço do número de pessoas idosas [...] este adiamento da morte é resultado de significativos progressos médicos e sociais [...] que implicaram uma profunda modificação na estrutura da mortalidade".

Martins (2002, cit. por Leão et al, 2011, p.17) detalha um pouco mais e diz que o progressivo aumento da esperança média de vida foi reflexo de,

"[...] melhorias nos serviços de saúde e técnicas médicas, num maior acesso de grande parte da população aos cuidados de saúde e sobretudo na melhoria da qualidade de vida, devido a um maior conhecimento sobre uma alimentação saudável e variada, associada a um desenvolvimento económico global".

Segundo os dados do INE (2011), estima-se que em 2050 a população reduza para aproximadamente 9,3 milhões de indivíduos, com uma redução das pessoas em idade jovem para 13%, enquanto a população idosa aumentará cerca de 32% (cerca de 243 por cada 100 jovens). Neste sentido, percebe-se que todos os estudos apontam para a continuação do envelhecimento da sociedade portuguesa, com relevância para evolução significativa no número de anos de vida esperados ao atingir os 65 anos (Figueiredo, 2008).

Em suma, esta sociedade em que vivemos e que evoluiu de forma intensa em Portugal, em poucas décadas, exige de todos, tanto de Governos como de cidadãos, mudanças de mentalidades face ao grupo etário mais velho. Por parte dos Governos, a continuação da criação de cada vez melhores modelos de apoio social e económico que garantam a todos os cidadãos, mas principalmente àqueles que foram "apanhados" nesta fase de transição, os idosos de hoje, condições de vida dignas na velhice, independentemente da sua condição social. No que concerne aos cidadãos em geral, os futuros idosos, impõe-se a mudança de mentalidades, que impliquem a construção de projetos de vida a pensar no futuro, nomeadamente a aceitação da idade da velhice, como uma idade normal, que faz parte da vida, que também necessita de objetivos a alcançar e de aceitação dos "prós e contras". Deve ainda desconstruir-se a ideia negativa e discriminatória que ainda hoje se faz sentir relativamente aos idosos, nomeadamente assumindo posturas proativas, face à participação na sociedade (que devem ser incutidas em todas as idades e a começar logo nas idades jovens) e, assim promover-se cada vez mais contactos intergeracionais, a maior predisposição de abertura a novos conhecimentos (seja em que idade for) e o esforço acrescido de cada um, no controlo dos aspetos relacionados com a saúde. Deste modo, todos começaremos a perceber que o "olhar sobre os idosos na sociedade", não é apenas uma obrigação dos Governos, mas sim um desafio de tomada de consciência colocado a

todos, e que a forma como se encara o idoso deve começar no próprio indivíduo, porque ele será sempre o elemento fulcral no domínio sobre o seu curso de vida, sobretudo na idade idosa, seja ela no plano físico, psicológico ou social, no sentido de mais qualidade de vida e mais inclusão social.

Para Rosa (2012, pp.79-81),

"A população envelhece porque a Humanidade cresceu em saber e em conhecimento técnico-científico e as condições de vida das populações melhoraram em relação ao passado [...] o que é um orgulho [...], os casais já não esperam que os seus filhos sejam uma fonte de rendimento familiar [...]. As mulheres investem em carreiras de sucesso [...]. Assim o envelhecimento da população é o resultado de mudanças positivas, tanto sociais, como económicas e médico-científicas [...]. O principal problema das sociedades modernas não é futuro, é o passado [...] em que as lógicas de vida partidas em fases antagónicas, a defesa incondicional dos direitos adquiridos ou as barreiras de idade e de nacionalidade no aproveitamento do conhecimento em nada beneficiam o sucesso da sociedade".

Face à globalização do envelhecimento, é preciso agir rápida e eficazmente na sua análise, de forma a perceber-se o impacto real sobre a vida das populações e colocar em prática medidas que vão ao encontro das necessidades populacionais. Para isso, Leão *et al* (2011, p.40) consideram que,

"[...] é preciso não encarar o envelhecimento e as suas causas como fenómenos determinísticos e irremediáveis, enfrentando os desafios que surgem com medidas inovadoras e exequíveis, de modo a que as sociedades e os Estados saiam o menos flagelado possível, e reforçados deste fenómeno, cumprindo os seus desígnios de sustentabilidade e bem-estar".

2.2 - O ENVELHECIMENTO HUMANO

O processo de envelhecimento do ser humano pode ser entendido como um conjunto de transformações físicas, biológicas e psicológicas a que o homem é sujeito, ao longo do ciclo de vida. Começa a partir do momento da sua conceção e culmina com a sua morte. Essas transformações correspondem a uma "sequência" de estádios evolutivos pelos quais todo o ser humano passa, cada um com seu ritmo e em harmonia com o meio ambiente envolvente. Como refere Zimmerman (2000, p.21),

"Envelhecer pressupõe alterações físicas, psicológicas e sociais [...] são naturais e gradativas [...] podendo-se verificar em idades mais precoces e em maior ou menor grau, de acordo com as características genéticas de cada indivíduo e, principalmente com o modo de vida de cada um".

Portanto, sendo um processo natural para todos os seres humanos é também diferenciado, pois pode ocorrer a diversos níveis, no mesmo indivíduo e de indivíduo para indivíduo, dependendo da herança genética e do percurso de vida de cada um.

A autora Rosa (2012) vai mais além e define dois tipos de envelhecimento, o envelhecimento individual e o envelhecimento coletivo. O envelhecimento individual, como

fenômeno natural no ser humano e que teve lugar em todas as épocas, culturas e civilizações. O coletivo é um conceito mais recente, que resulta de grandes transformações nas sociedades modernas, "não tem mais de dois séculos de existência" (Rosa, 2012, p.19).

No que respeita ao envelhecimento individual, há duas vertentes a distinguir, a saber, o envelhecimento cronológico e o biopsicológico. O cronológico está associado exclusivamente à idade, é um processo "progressivo, inevitável [...], faz parte do processo de desenvolvimento do ser humano [...] tem momentos de aceleração variável, parecendo que é a partir de certa idade que o processo de envelhecimento se desenvolve, quando não é verdade [...]" (Rosa, 2012, p.19).

O envelhecimento biopsicológico, estando em estreita interação com o cronológico, difere de indivíduo para indivíduo, onde se conjugam fatores como "vivência passada, hábitos, estilos de vida, condicionantes genéticas e da própria sociedade em que se vive" (Rosa, 2012, p.20).

Rosa (2012) diz ainda que o envelhecimento individual está muito ligado à idade da velhice. Esta linha de pensamento está em consonância com a teoria do *ageing* (abordagem anglo-saxónica do envelhecimento), em que o envelhecimento é visto como um processo multidimensional e dinâmico e a "velhice é assumida como algo inevitável, abordada com referência ao ciclo de vida, como um processo que integra fatores pessoais, económicos, comportamentais, culturais, sociais e de género, os quais determinam o modo como se envelhece" (Carvalho, 2013, p.3). Daí Fonseca (2006, p.85) referir que "o envelhecimento está associado ao «envelhecer» enquanto processo que tem em conta o percurso de vida e as mudanças físicas, mentais, sociais, culturais, relacionadas com a idade" e neste sentido quando se fala de envelhecimento, referimo-nos à idade da velhice, última fase da vida do ciclo de vida do ser humano, mas em interação com as fases que a antecederam.

Em contrapartida surge a corrente de pensamento francófona, onde sobressai a dimensão patológica do processo de envelhecimento (Carbonnelle, 2010, cit. por Carvalho, 2013) que divide o processo de envelhecimento em torno de três idades, a biológica, a psicológica e a social, cada uma funcionando com ritmos diferenciados, mas de forma interrelacionada. A idade biológica, ou envelhecimento biológico (ou ainda, senescência) corresponde às transformações orgânicas e funcionais que vão ocorrendo à medida que a idade avança, reduzindo-se assim a capacidade natural de homeostasia e, consequentemente o indivíduo fica mais suscetível ao aparecimento de doença. De acordo com Lima (2010, cit. por Carvalho, 2013, p.4) "começamos a envelhecer na altura da conceção e continuamos dia após dia, como um processo que envolve crescimento, desenvolvimento e finitude". O que significa que à medida que o ser humano vai avançando na vida, o organismo se torna mais vulnerável e maior é a probabilidade de morrer.

Segundo Fontaine (2000, pp.11-14) o envelhecimento pode ser entendido como,

"O conjunto de processos [...] que o organismo sofre após a sua fase de desenvolvimento. O envelhecimento não é sinônimo de «Velhice» é um processo de degradação progressiva e diferencial que afeta todos os seres vivos e o seu termo é a morte".

Contudo, mesmo não padecendo de nenhuma patologia, o indivíduo estará tanto mais vulnerável quanto maior for a sua exposição a fatores que de alguma forma contribuam para uma diminuição da regulação orgânica, entre eles, comportamentos de risco (como por exemplo, maus hábitos alimentares, tabagismo, falta de exercício físico), pobreza e exclusão social. Referindo Yates (in Fonseca 2006, p.58), "o envelhecimento manifesta-se quer pelo declínio da integridade funcional de um órgão, tecido ou células particulares, quer de modo específico pela falha de cooperação entre componentes biológicos [...], quer ainda pela associação entre funções que causam instabilidade dinâmica".

No que respeita ao envelhecimento psicológico, este está diretamente relacionado com a capacidade que cada indivíduo tem de se adaptar a mudanças internas e externas que vão surgindo com a idade, havendo uma aceitação plena dessas mudanças e a aquisição de competências comportamentais e emocionais de ajustamento a uma nova realidade, levará a que capacidades cognitivas, como memória, capacidade de concentração e percepção não tenham um declínio acentuado, podendo manter-se a um nível ligeiro a moderado até uma idade avançada. Citando Fonseca (2012, p.96),

"O desenvolvimento psicológico no decurso do envelhecimento envolve um série de ajustamentos individuais face à ocorrência de mudanças no self, decorrentes de alterações corporais, cognitivas e emocionais, relações interpessoais e familiares [...], e dada a enorme variabilidade interindividual, nem todos os indivíduos lidam com estas mudanças da mesma forma, pelo que os resultados desenvolvimentais [...] são diferenciados de pessoa para pessoa".

A idade social, ou envelhecimento social, está associada ao ajustamento, ou não, dos papéis sociais, de acordo com as expectativas da sociedade em que o indivíduo vive, o que implica a perda de uns (por exemplo, o profissional) e o ganho de outros (o papel de avós, de estudante, entre outros). De acordo com Carvalho (2013), esta conceção de envelhecimento remete-nos para o que a sociedade espera em termos participativos do indivíduo, na velhice, o que pode de alguma forma reforçar a discriminação associada à idade da velhice.

Neste sentido, percebe-se que os "condicionamentos" que aceleram ou retardam o processo de envelhecimento são uma característica intra e inter individual, permitindo-nos afirmar que apesar de o envelhecimento ser um processo natural em todos os seres vivos, não constitui por si só um fator de homogeneidade entre indivíduos, mas sim de heterogeneidade. Desta forma, podemos afirmar que a história de vida do idoso, o seu sistema de valores e o contexto social em que vive são determinantes para a existência de diferentes percursos de envelhecimento. Tal como diz Fonseca (2008, p.22) "o fator individual surge como determinante para a existência de diferentes percursos de

envelhecimento [...]", quer de acordo com o contexto cultural de referência, quer de pessoa para pessoa relativamente a diversos aspetos tidos geralmente como determinantes para o seu bem estar, como sejam as condições económicas, a saúde física, as redes sociais de pertença e de apoio, ou o grau de satisfação de necessidades psicológicas.

Voltando aos conceitos atribuídos ao envelhecimento por Rosa (2012), o envelhecimento coletivo apresenta duas dimensões: a demográfica, já abordada anteriormente, e a societal.

Para Rosa (2012, p.23) o envelhecimento demográfico corresponde ao "[...] aumento da importância estatística dos idosos (envelhecimento no «topo» da pirâmide etária), ou à diminuição da importância estatística dos jovens (envelhecimento na «base» da pirâmide etária)". Deste modo os indivíduos estão associados em categorias etárias, a idade jovem, ativa e idosa. De acordo com a mesma autora, em Demografia, as categorias etárias são definidas por marcadores precisos, que correspondem às principais fases do ciclo de vida, assim sendo, "até aos 15 anos, a idade jovem; entre os 15 anos e os 64 anos, a idade ativa; com 65 e mais anos [...], os idosos, também referidos como terceira idade".

O envelhecimento societal corresponde à forma como a sociedade atua face ao envelhecimento demográfico, não existindo relação entre um conceito e o outro. Segundo Rosa (2012, p.24) "uma população pode estar a envelhecer e a sociedade não, o que significa que esta pode reagir ao curso dos factos, encontrando uma forma de os enfrentar. A marca visível do envelhecimento societal é uma sociedade deprimida".

Desta forma, o envelhecimento pode ser definido como um processo que integra um série de fenómenos, por um lado, o aumento da proporção de idosos face à população total e, por outro, como um processo natural durante o ciclo de vida, mas também de crescimento e desenvolvimento, relacionado com a experiência de vida, a trajetória e expectativas que são atribuídas por determinada sociedade (Carvalho, 2013).

2.3 A GERONTOLOGIA

A Gerontologia emerge ao longo do século XX, como ciência nova, num contexto em que se já se previa a mudança demográfica das sociedades. Esta nova área do saber reúne os contributos de outras ciências, nomeadamente das ciências sociais e humanas, e dedica-se ao estudo do envelhecimento humano e das pessoas idosas.

A Gerontologia ganha particular significado a partir da II Guerra Mundial, resultante do facto de as pessoas passarem a viver mais tempo, associado a conquistas científicas e tecnológicas. Contudo, desde os tempos mais antigos, a idade da velhice era já motivo de interesse por filósofos, segundo Birren & Schroots (2001, cit. por Marinho, 2011, p.20),

"Cícero (106-42 antes de Cristo), filósofo grego [...] levanta inúmeros dilemas sobre a velhice, abordando os estereótipos e a heterogeneidade dos anciãos em relação ao convívio, a manutenção da capacidade física e mental. Para o filósofo [...], a disciplina e as atitudes, diante da vida, eram conceitos importantes para se envelhecer bem".

Neste sentido, percebe-se que já existia algum conhecimento das particularidades do processo de envelhecimento, de como é um processo diferencial entre indivíduos e que requiere adaptações físicas, psicológicas e sociais para um envelhecimento bem-sucedido, com vista a aumentar a qualidade de vida na velhice.

Na Gerontologia, movem-se "[...] vários profissionais [...] oriundos da Saúde, da Psicologia e das Ciências Sociais e [...] de disciplinas que visem diretamente o ser humano, da Medicina à Nutrição, do Desporto ao Direito, com contributos [...] ao envelhecer [...]" (Paúl & Ribeiro, 2012, introdução).

De acordo com Birren & Schroots (2001, cit. por Fonseca, 2006, p.15), o acréscimo da população com 65 ou mais anos, verificado a nível mundial e principalmente nos países mais desenvolvidos, fomentou a necessidade de se saber mais sobre este grupo de pessoas, ou seja "de obtenção de mais conhecimento acerca dos idosos, do processo de envelhecimento, de como ele se encaixa na história de vida de cada indivíduo e das consequências sobre a condição de vida quotidiana".

Segundo Ballesteros *et al* (2000, cit. por Paúl & Ribeiro, 2012) a Gerontologia assenta a sua ação no estudo das bases biológicas, psicológicas e sociais da velhice e do envelhecimento e os Gerontólogos procuram clarificar "os problemas funcionais dos idosos em termos de incapacidades e dificuldades para levar uma vida independente; o envelhecimento como processo [...] ao longo do tempo, como é que os indivíduos crescem e envelhecem e a idade enquanto padrão de comportamento social".

A Gerontologia apresenta duas vertentes de atuação, uma mais teórica, de explicação e análise de como os fatores endógenos e exógenos interagem e condicionam os diferentes processos de envelhecimento humano e outra de carácter interventivo, no intuito de melhoria das condições de vida das pessoas em contextos institucionais e domiciliários, contribuindo de modo direto e indireto para a criação de políticas e serviços adaptados às circunstâncias individuais e geracionais (Paúl & Ribeiro, 2012).

Podemos assim dizer que o grande desafio da Gerontologia é conseguir garantir que a velhice seja um ciclo de vida que se construa como uma experiência positiva para todos, perspetivando sempre maior qualidade de vida, satisfação e bem-estar do idoso, de acordo com as necessidades, direitos e condições individuais.

2.4 A POPULAÇÃO IDOSA MASCULINA EM PORTUGAL

Grande parte dos nossos idosos do sexo masculino de hoje, em Portugal, são indivíduos que tiveram um passado associado à Guerra Colonial, experiência de vida em alguns casos traumatizante e que os une em termos de vivências comuns em determinado período da sua vida. São homens que no início da sua idade adulta cumpriram serviço militar, nas ex-colónias portuguesas, nomeadamente Angola, Moçambique e Guiné.

A Guerra Colonial Portuguesa desenrolou-se entre 1961 e 1974 e estiveram em confronto as Forças Armadas portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação de cada uma daquelas colónias. Nos três teatros de operações os efetivos das forças portuguesas foram aumentando constantemente à medida que as frentes de combate se alargavam, atingindo-se, no início da década de 70, o limite crítico da capacidade de mobilização de recursos. Um dos índices mais marcantes da intensidade da guerra, com profundos reflexos no moral das tropas portuguesas, foi o número de baixas, em especial os mortos nos teatros de operações (cit. por Gomes *et al* 2009). Estes homens que hoje têm entre 60 e 80 anos experienciaram, na primeira pessoa, episódios em palco de guerra, em alguns casos traumatizantes, que foram assimilados com diferentes interpretações.

De acordo com Albuquerque (1992) cerca de 800 mil portugueses participaram em combates, podendo este número ter ultrapassado um milhão de homens, se somarmos os efetivos do exército, marinha e força aérea, o que correspondeu a aproximadamente 10% da população. A generalidade destes homens que combateram na Guerra Colonial não eram voluntários, tinham dois anos de comissão e não tinham direito a férias longe dos contextos de guerra e em algumas colónias, devido à fragilidade das posições portuguesas, os militares permaneceram muito mais tempo em combate do que o previsto. Estes fatores associados à capacidade de cada homem para se adaptar às condições físicas de África e às ações subversivas da guerrilha contribuíram para o impacto negativo desta guerra.

De acordo com Começanda (2011, p.III) a guerra constitui-se como um acontecimento traumático para o ser humano, podendo este desenvolver respostas patogénicas, que se enquadram dentro do quadro clínico da Perturbação de Stress Pós traumático (PSTD), "por vezes concomitantes com o relato de crescimento Pós-traumático, ou salutogénicas, caracterizadas por uma trajetória estável de funcionamento adaptativo coerente com o Percurso Resiliente, ou de Recuperação [...] "em que o indivíduo volta ao nível de funcionamento físico e psicológico anterior ao confronto traumático.

Em Portugal, só em 1999, surge legislação de apoio a vítimas de PSTD e é criada a Rede Nacional de Apoio aos militares e ex-militares portugueses¹. Ou seja, só vinte anos

¹ A Rede Nacional de Apoio às vítimas de stress pós-traumático de guerra, foi criada em 1999, com a publicação da Lei n.º 46/99 de 16 de Junho e do Decreto-Lei n.º 50/2000 de 7 de Abril. Tem como objetivo ajudar todos os

depois do regresso de cerca de um milhão de ex-combatentes da guerra colonial, que foi um acontecimento potencialmente traumático, é que foi reconhecida oficialmente a existência de possíveis vítimas, surgindo nessa altura os primeiros estudos de recolha de dados e de diagnóstico. Deste acontecimento, para além dos mortos (cerca de 10 000) e muitos feridos visíveis, de acordo com especialistas na área, existem evidências de muitas sequelas psicológicas. Só agora, meio século depois do término da guerra, começa a existir um número significativo de estudos/trabalhos académicos no âmbito da PTSD e portanto dados concretos, reveladores de um conjunto de sintomatologia que se associa à PTSD, nos veteranos da guerra colonial.

De acordo com Pereira *et al* (2010, p.212), em 1992, Albuquerque, médico psiquiatra, estimou que existiriam em Portugal cerca de 140 mil ex-combatentes com transtornos psicológicos crónicos. Esta estimativa foi alicerçada nos estudos realizados aos veteranos da guerra do Vietname, feitos nos EUA. Já em 1997, Albuquerque e Lopes "desenvolveram um estudo com 120 ex-combatentes da guerra colonial, onde os resultados revelaram que 84,2% apresentavam PTSD crónico, 98,2% apresentavam patologia associada e 37,7% incapacidade severa".

Por seu lado os autores Ribeiro *et al* (2003, cit. por Roriz, 2012, p.30) constataram a existência de três tipos de evolução em veteranos de guerra do Ultramar com PTSD, são eles: total desaparecimento dos sintomas, acompanhado do regresso gradual ao comportamento anterior à exposição ao acontecimento traumático; resíduos de alguns sintomas, mas que após o regresso da guerra não limitaram o comportamento, permitindo assim uma reintegração social, laboral e familiar, verificando-se, no entanto, um agravamento a partir da meia-idade e entrada na velhice, atingindo a doença nessas fases etárias características crónicas; e, por último, pessoas grandemente afetadas pelo acontecimento, em grande sofrimento desde o seu regresso e que compõem o grupo mais vulnerável, estando associadas a dependências de álcool e estupefacientes, sendo no entanto uma minoria.

Apesar de só duas décadas depois da guerra se reconhecer oficialmente as possíveis sequelas psicológicas nos veteranos da Guerra Colonial, três anos antes do início do conflito já tinha sido criado o primeiro serviço social das Forças Armadas (SSFA). A assistência social nos seus primórdios era muito restrita, contudo ao longo dos tempos foi sendo objeto

militares e ex-militares portugueses no apoio médico, paramédico, social e até jurídico, daqueles que sejam portadores de perturbação psicológica crónica, resultante da exposição a fatores traumáticos de stress na vida militar. Integram esta Rede três associações: a Associação de Deficientes das Forças Armadas, a Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra e a Associação "Apoiar" (*in* Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra).

de ajustamentos que de alguma forma vieram contribuir para um maior bem-estar dos que dela mais necessitavam.

Segundo Carvalho (2013, p.75),

"[...] a mobilização de militares para o confronto militar, implicaria o acionamento de iniciativas no sentido de proteção dos seus agregados familiares - da família militar -, com a organização e articulação das várias instituições no âmbito da assistência das Forças Armadas [...] enquanto ação preventiva".

Neste sentido, logo em 1963 foi legislado pelo Decreto-Lei nº 44995 de 24 de abril, o direito à reabilitação e integração social, bem como um conjunto de direitos e regalias sociais aos combatentes que, no cumprimento dos seus deveres militares tivessem ficado diminuídos. Contudo, estas eram medidas que abrangiam apenas os militares deficientes do quadro permanente do Exército.

Já em 1973, face ao número crescente de feridos da guerra colonial, o Estado Português viu-se na obrigação de aprovar o Decreto-Lei nº 210/73, de 9 de Maio, que previa um conjunto de medidas de auxílio aos militares considerados deficientes das Forças Armadas (FA), tornando-as extensivas à generalidade dos militares, respetivamente militares do quadro permanente, do quadro de complemento do Exército e pessoal militar não permanente da Armada e Força Aérea. Neste diploma é dada possibilidade ao militar do quadro, com incapacidade (não estando fixado o grau de incapacidade), de ficar no ativo ou optar pela passagem à reforma e, neste caso, era atribuída uma pensão de reforma extraordinária. No caso dos homens que pertenciam ao quadro de complemento do Exército (os homens que tinham cumprido o serviço militar obrigatório), depois da reabilitação médica, vocacional e profissional prevista na lei era-lhes atribuída uma pensão de invalidez.

As regalias sociais previstas no Decreto-Lei nº 210/73, consistiam na possibilidade de os militares incapacitados ocuparem cargos públicos (direitos concedidos a todos os militares incapacitados do quadro, aos militares com graduação igual ou superior a primeiro cabo miliciano, do quadro de complemento do Exército, e militares com posto igual ou superior a marinheiro e primeiro cabo, respetivamente ao pessoal não permanente da Armada e Força Aérea); no direito à acumulação das pensões, com redução de dois terços de uma das remunerações, que poderia ser a pensão ou o vencimento auferido no desempenho do cargo; na possibilidade de promoção do militar na carreira militar, através de condições especiais (entre elas, a dispensa de realização de provas, estágios e cursos incompatíveis com a sua incapacidade); atribuição de uma pensão suplementar de invalidez ao militar que necessitasse de assistência constante de uma terceira pessoa e na concessão de uma pensão de preço de sangue aos familiares dos deficientes com grau de incapacidade fixada em 60%, na situação de morte do mesmo.

Deste modo, podemos assim dizer que todas as medidas políticas de ação social que visaram os militares, até 74, se impuseram naturalmente face às necessidades reais do universo da população militar, mas foram também resultado do alargamento natural do sistema de assistência social à população em geral que se impunha a um Estado de direito, tal como aconteceu noutros países.

Depois do 25 de abril de 1974 e instaurado um novo cenário político, o Estado Português reestruturou os seus planos e programas de ação social ao combatente e, em 1976, surge o Decreto-Lei nº 43/76 de 20 de janeiro, em que são definidos com maior clareza os termos em que se classifica o DFA, fixando-se o grau de incapacidade em 30%, para a qualificação de DFA com diminuição da capacidade de angariar meios de subsistência, sendo esta percentagem calculada com base em fatores como a gravidade da lesão, a idade do incapacitado, a profissão e o grau de reabilitação profissional.

O Decreto-Lei nº 43/76 pretendeu assim reforçar o encaminhamento dos incapacitados na reabilitação e integração social, nomeadamente, após a reabilitação médica do DFA, prevendo-se a sua avaliação profissional e encaminhamento para um Centro de Reabilitação, nacional ou estrangeiro, mas fazendo a ressalva que a reabilitação deveria ser feita sempre que possível na família e integrada no meio social e profissional ao qual o DFA pertence.

De acordo com Stiker (1999, cit. por Cardoso 2003, p.5),

"Com o século XX e com o aumento exponencial do número de deficientes, para o que muito contribuíram a I e II Guerras Mundiais bem como a industrialização, assistiu-se a uma nova atitude perante a deficiência. As alterações na integridade corporal passaram a ser encaradas como um acontecimento inesperado e catastrófico [...]. A ideia de culpa individual [...] deu lugar a uma culpabilidade coletiva, notória principalmente em relação aos «mutilados de guerra». A nível social instalou-se um sentimento de responsabilidade e de obrigação. Assim o conceito de reabilitação [...] consolidou-se e alargou os seus horizontes em direção a um segundo objetivo denominado de reintegração".

A regulamentação pelo Decreto-Lei nº 43/76 determinou também que o Estado, através da Comissão Permanente de Reabilitação (CPR) diligenciasse sempre, no sentido de colocar o incapacitado em trabalho remunerado. Neste diploma o Estado assumiu em qualquer circunstância os custos com o equipamento protésico, assim como com a sua manutenção ou substituição. Contudo, as grandes alterações deste diploma foram introduzidas ao nível das medidas de assistência social aos incapacitados, especificamente:

- Usufruir de facilidade no acesso aos alojamentos, aos transportes, aos locais de trabalho e a outros locais públicos;
- Redução nos transportes dos caminhos de ferro (75% sobre as tarifas gerais), e redução de 50% nos bilhetes da TAP;
- Acesso gratuito a tratamento médico-cirúrgico e medicamentoso, meios auxiliares de diagnóstico e hospitalização em estabelecimentos hospitalares do Estado;

- Prioridade no acesso a cargos públicos, em igualdade de circunstâncias com outros candidatos;
- Condições especiais para aquisição de habitação própria;

Foi também regulamentado que os DFA que apresentassem um grau de incapacidade igual ou superior a 60% teriam direito a uma extensão das regalias sociais, para além das já referidas, especificamente:

- Isenção de taxa e emolumentos na aquisição de automóvel utilitário;
- Transformação e adaptação do automóvel do DFA, a cargo do Estado;

O Decreto-Lei nº 43/76 é depois alterado por sucessivos decretos-lei (n.ºs 93/1983, de 17 de fevereiro, 203/1987, de 16 de Maio, 224/1990, de 10 de julho, 183/1991, de 17 de Maio, e 259/1993, de 22 de julho), que apresentam reformulação de alguns direitos concedidos no decreto de 1976, nomeadamente a permissão de acumulação de pensões com a totalidade da remuneração de outros cargos; o DFA pode requerer a revisão do grau de incapacidade sempre que se verifique um agravamento da lesão ou doença; acumulação dos subsídios de Natal, férias ou 14º mês com as pensões que lhe foram atribuídas e permissão de aquisição de veículos com maior cilindrada, não podendo ultrapassar os 2000 cm³.

Já em 1999, após o reconhecimento oficial do Síndrome Pós Traumático como doença, surge o Decreto-Lei nº 46/1999, de 16 de junho, que vem apoiar os combatentes vítimas de stress pós-traumático e reestruturar o ponto 3, do artigo 1º do Decreto-Lei 43/76, com a seguinte determinação *"é considerado deficiente das Forças Armadas, o cidadão português que, sendo militar ou ex-militar, seja portador de perturbação psicológica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar"* (in Diário da República - I SÉRIE-A, Nº 138, de 16 de junho de 1999, p.3443). Ainda neste diploma o Estado incumbese de criar uma Rede Nacional de Apoio aos militares e ex-militares portadores de stress pós traumático, com o objetivo de organizar todo o processo de acompanhamento do DFA e articular a prestação dos serviços de apoio médico, psicológico e social dos Serviços Médicos Militares com o Serviço Nacional de Saúde e com Organizações Não Governamentais (ONG) com as quais se estabelecessem protocolos (assentes na cedência de espaços físicos dessas Instituições e prestação de serviços).

A 7 de abril de 2000, ao abrigo do Decreto-Lei nº 50/2000, é criada a Rede Nacional de Apoio ao militar ou ex-militar passível de ser portador de perturbação psicológica. A esta Rede compete a informação, identificação e encaminhamento da vítima de perturbação psicológica, pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) em articulação com Serviços Públicos e Organizações Não Governamentais (ONG) e as Unidades de Saúde Militar, no caso de ser

militar ou ex-militar beneficiário do subsistema ADM. É regulamentado neste diploma que após identificação da possível situação de doença, o processo médico deverá ser reportado, no prazo de 30 dias, para a Junta de Saúde Militar do ramo das Forças Armadas a que o militar ou ex-militar pertenceu. Fará parte da equipa constituída pela Junta de Saúde Militar um médico especialista em saúde mental, que avalia, julga e, define o grau de incapacidade, terminando com o reconhecimento, ou não, do direito a uma pensão. Findo este processo e tendo sido viabilizada uma pensão, o mesmo é depois encaminhado para a Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações, que procede à decisão final de qualificar como deficiente das Forças Armadas e em caso positivo atribui-se um cartão de identificação de utente, que dá direito de acesso aos serviços médico, psicológico e social da Rede Nacional de Apoio.

Em 2001, ainda ao abrigo do decretado pela Lei nº 50/2000, surge o despacho nº 364, que vem aprovar dois modelos, modelo 1 e modelo 2, como forma de normalizar todos os procedimentos clínicos na Rede Nacional de Apoio. Tal despacho regulamenta que a admissão à Rede Nacional de Apoio é feita pelos Centros de Saúde e é a partir destes Serviços de Saúde que devem ser tomadas as primeiras medidas de avaliação do quadro de perturbação patológica em militares ou ex-militares. O modelo 1 é preenchido pelo Centro de Saúde onde o paciente foi admitido e, posteriormente, é elaborado o seu processo clínico, que corresponde ao modelo 2, a preencher pelo serviço de saúde mental do respetivo Centro de Saúde (para preenchimento deste modelo vêm definidos critérios de diagnóstico da patologia, de avaliação psicopatológica e instrumentos/escalas de avaliação, entre elas a escala de avaliação de atividade social e laboral EAASL-DSM IV) e enviado para os Serviços de Saúde das Forças Armadas, para o paciente ser sujeito a uma junta médica.

Contudo, perante as dificuldades de articulação entre as diferentes Instituições que constituíam a Rede da Apoio ao Militar e ex-Militares com Stress Pós-traumático, em 2004, ao abrigo da Lei nº 50/2000, pelo despacho nº 60/2004, o Estado celebra protocolos com ONG pretendendo-se assim assegurar as condições humanas, logísticas e técnicas para garantir a qualidade e eficiência do acompanhamento aos antigos combatentes, no diagnóstico da PSTD.

Este grupo de ONG é constituído por Associações formadas pela iniciativa dos próprios combatentes logo após o final da guerra, nomeadamente a Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) que surge a 14 de maio de 1974; a Associação Nacional de Combatentes do Ultramar (ANCU) a 18 de fevereiro de 1982; a Associação de Combatentes do Ultramar Português (ACUP) a 24 de junho do ano de 1997; a Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas de Stress Pós-Traumático (APOIAR) e a Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra (APVG) fundada em 18 de março de 1999. Todas refletem de forma transparente as necessidades desses homens e zelam pelos seus direitos, com o objetivo

de que os poderes públicos reconheçam a sua existência, que os apresentem à Nação na plenitude dos seus direitos e que os dignifiquem em correspondência com os seus sacrifícios e prejuízos pela Pátria.

Já em 2002, pelo Decreto-Lei nº 9 de 11 de fevereiro (posteriormente reformulado pelos decretos-lei nº 21/2004 de 5 de junho e nº 3/2009 de 13 de janeiro), paralelamente aos direitos e regalias sociais atribuídos aos antigos combatentes reconhecidos como Deficientes das Forças Armadas (DFA), o Estado instituiu um conjunto de benefícios aos antigos combatentes que tivessem prestado serviço militar em condições de dificuldade ou perigo, independentemente de serem, ou não, portadores de deficiência adquirida em combate, são eles:

- Contagem de tempo de serviço militar - Corresponde à contagem do tempo de serviço decorrido desde o mês de incorporação até ao mês de passagem à situação de disponibilidade, que é acrescido (bonificado) de acordo com as condições de perigosidade. Este benefício é também atribuído aos DFA, independentemente de já ter sido considerado aquando do cálculo da pensão de invalidez ou pensão de reforma extraordinária;

- Dispensa do pagamento de quotas - Benefício atribuído aos combatentes que ainda não estejam reformados ou aposentados e que tenham cumprido serviço em condições de perigo, dispensando o antigo combatente do pagamento das respetivas contribuições ao Sistema do qual é beneficiário, respeitantes ao período de prestação do serviço militar, uma vez que à data da incorporação poderia ainda não descontar para qualquer sistema;

- Complemento Especial de Pensão - Consiste numa prestação pecuniária, no valor de 3,5% (sobre o valor da pensão social que o antigo combatente receba), por cada ano de prestação de serviço militar. É atribuído aos combatentes (são abrangidas também as viúvas e pensionistas de sobrevivência) que auferiram uma pensão rural, pensão social de velhice ou pensão de invalidez e que em simultâneo tenham prestado serviço em condições de perigo. Este benefício é pago uma vez por ano;

- Acréscimo Vitalício de Pensão - Corresponde a uma prestação pecuniária, atribuída aos combatentes que recebam pensão de velhice ou de invalidez, que não é acumulável com o complemento especial de pensão e suplemento de pensão. É pago uma vez por ano, juntamente com a pensão de velhice, e abrange os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações e do Sistema Previdencial de Segurança Social. As viúvas e pensionistas de sobrevivência não têm direito a este benefício;

- Suplemento Especial de Pensão - Consiste num benefício calculado em função do tempo de serviço prestado em condições de perigosidade. Têm direito a este benefício os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, proteção social dos bancários, Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e Caixa de Previdência do

Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi. Não é acumulável com o Complemento Especial de Pensão.

De seguida, passamos à apresentação mais detalhada de uma Instituição que ao longo dos tempos tem procurado velar pelos direitos dos combatentes, a Liga dos Combatentes, que desde o início da sua existência tentou colmatar a ausência do Estado e que faz parte do grupo de Instituições que assegura o acompanhamento do antigo combatente, no processo de diagnóstico e assistência aos indivíduos portadores de PTSD. Neste sentido, iremos dar conta das suas origens e evolução ao longo dos tempos, bem como todo o trabalho desenvolvido na atualidade, em particular na sua atuação junto do idoso antigo combatente.

2.4.1 Liga dos Combatentes - Origem e Primeiros passos

A Liga do Combatentes, é uma Instituição que remonta ao início do séc. XX, mais propriamente a outubro de 1923, momento em que é reconhecida oficialmente (embora já existisse desde 1921). Inicialmente denominada Liga dos Combatentes da Grande Guerra, o seu aparecimento esteve associado à criação de uma Comissão Organizadora, formada por antigos combatentes da Grande Guerra, de seu nome João Jayme de Faria Affonso, Horácio de Faria Pereira e Joaquim Figueiredo Ministro. A Liga dos Combatentes da Grande Guerra aparece fruto da preocupação destes Combatentes, face à extrema necessidade social que se fez sentir quando do regresso de jovens portugueses que tinham combatido na 1ª Guerra Mundial e que voltaram completamente estropiados.

De acordo com Liga dos Combatentes (2013, p.11),

"Em abril de 1921 e em razão das injustiças feitas aos que combateram na Grande Guerra, especialmente aos mutilados e estropiados, e ainda devido ao desprezo que eram votados pelos Poderes Constituídos, os quais não tomavam na devida conta, mas até propositadamente esqueciam as justas reclamações de muitos [...] foi lembrado por J.J. Faria Affonso se tentasse agremiar quantos portugueses houvessem tomado parte na Grande Guerra a fim de só pugnarem pelos seus interesses e de suas famílias, valendo-se de si próprios, mas também para erguerem o nome do nosso País lá fora, e o moral da raça dentro dele".

Os estatutos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra vêm a ser aprovados em 1924, pela portaria nº 3888, e publicados no Diário do Governo, I Série, n.º 22, de 29 de janeiro de 1924. Nessa altura, dispunha-se já de catorze agências, oito subagências e cinquenta e sete delegações, espalhadas pelo país. Neste sentido, cinco anos após o término da I Guerra Mundial, a Instituição Liga dos Combatentes da Grande Guerra torna-se uma realidade, com o objetivo de colmatar a total falta de apoio por parte do Governo Português para com os combatentes, "promovendo a proteção e auxílio mútuo e a defesa

dos legítimos interesses espirituais, morais e materiais dos combatentes e suas famílias" (Velez Correia, 2011, p.26).

Segundo Liga dos Combatentes (2013, p.15),

"[...] a árvore tremeu por vezes, mas as raízes eram de tal essência que perdurou. Nelas se inspiram, como continuadores, novos combatentes e outros que, como militares em atividades afins, serviram a Pátria quando houve que defendê-la em ulteriores períodos difíceis da sua História".

Em 1960, a Instituição Liga dos Combatentes da Grande Guerra, decide mudar a denominação da Instituição para Liga dos Combatentes, em virtude de os combatentes da Grande Guerra naturalmente estarem a desaparecer e de, nesse momento, já estar a aceitar inscrições dos combatentes das Campanhas do Ultramar Português, iniciando-se um ano depois o conflito armado nas Colónias Ultramarinas. Considerou-se, portanto, que faria todo o sentido atribuir uma denominação que abrangesse todos os combatentes ao serviço da Pátria, de todas as épocas.

Segundo as palavras do **General Chito Rodrigues**, atual **Presidente da Liga**, na sua tomada de posse, a 13 de maio de 2003, "Não somos pois uma instituição que tem a esperança de vida em antigos combatentes de uma determinada guerra, mas que tem a garantia da perenidade da sua vida nos cidadãos combatentes do passado, atuais e futuros" (Liga dos Combatentes, 2013, p.21).

2.4.1.1 Estatutos da Liga dos Combatentes

A Liga dos Combatentes é, juridicamente, uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, de ideal patriótico e de caráter social, equiparada a uma Instituição Particular de Solidariedade Social (conforme despacho de 16 de setembro de 2005, que consta do ofício da Direção-Geral da Segurança Social, nº 5671 de 19 de outubro).

A Instituição Liga dos Combatentes foi oficializada pela Portaria n.º 3888, de 29 de janeiro de 1924, mantém-se, de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de fevereiro, sujeita à tutela do Ministro da Defesa Nacional e rege-se atualmente por um estatuto aprovado pela Portaria n.º 745/75 de 16 de dezembro. Contudo, pelas sucessivas alterações legislativas ocorridas posteriormente à sua publicação tem-se procedido à sua atualização, estando o estatuto vigente de acordo com a Portaria n.º 119/99 de 10 de fevereiro.

De acordo com o Cap. I, artigo 2º, da Portaria 119/99 de 10 de fevereiro, constituem objetivos da Liga dos Combatentes:

- Promover a exaltação do amor à Pátria e a divulgação, em especial entre os jovens, do significado dos símbolos nacionais, bem como a defesa intransigente dos valores morais e históricos de Portugal;
- Promover o prestígio de Portugal, designadamente através de ações de intercâmbio com associações congêneres estrangeiras;
- Promover a proteção e auxílio mútuo e a defesa dos legítimos interesses espirituais, morais e materiais dos sócios;
- Cooperar com os órgãos de soberania e da Administração Pública com vista à realização dos seus objetivos, nomeadamente no que respeita à adoção de medidas de assistência a situações de carência económica dos associados e de recompensa daqueles a quem a Pátria deva distinguir por atos ou feitos relevantes praticados ao seu serviço;
- Criar, manter e desenvolver departamentos ou estabelecimentos de ensino, cultura, trabalho e solidariedade social em benefício geral do País e direto dos seus associados. (À Liga dos Combatentes está vedado o exercício ou participação em atividades de caráter político, partidário, sindical ou ideológico)

A componente associativa da Liga dos Combatentes está aberta a qualquer cidadão português ou, estrangeiro, que tenha sido combatente, ou não, a associações (não necessariamente relacionada com a condição militar) e entidades coletivas.

De acordo com o Cap. II, artigo 4º, da portaria 119/99 de 10 de fevereiro, os sócios agrupam-se segundo as seguintes categorias:

- Sócios combatentes;
- Sócios efetivos;
- Sócios extraordinários;
- Sócios honorários;
- Sócios beneméritos;
- Sócios apoiantes.

2.4.1.2 A Liga dos Combatentes na Atualidade

A Liga dos Combatentes exerce as suas atividades através dos seus órgãos sociais centrais e dos seus Núcleos. Dos órgãos Centrais a Direção Central da Liga é o órgão máximo. Para além da Assembleia Geral, tem como órgão máximo de conselho o Conselho Supremo.

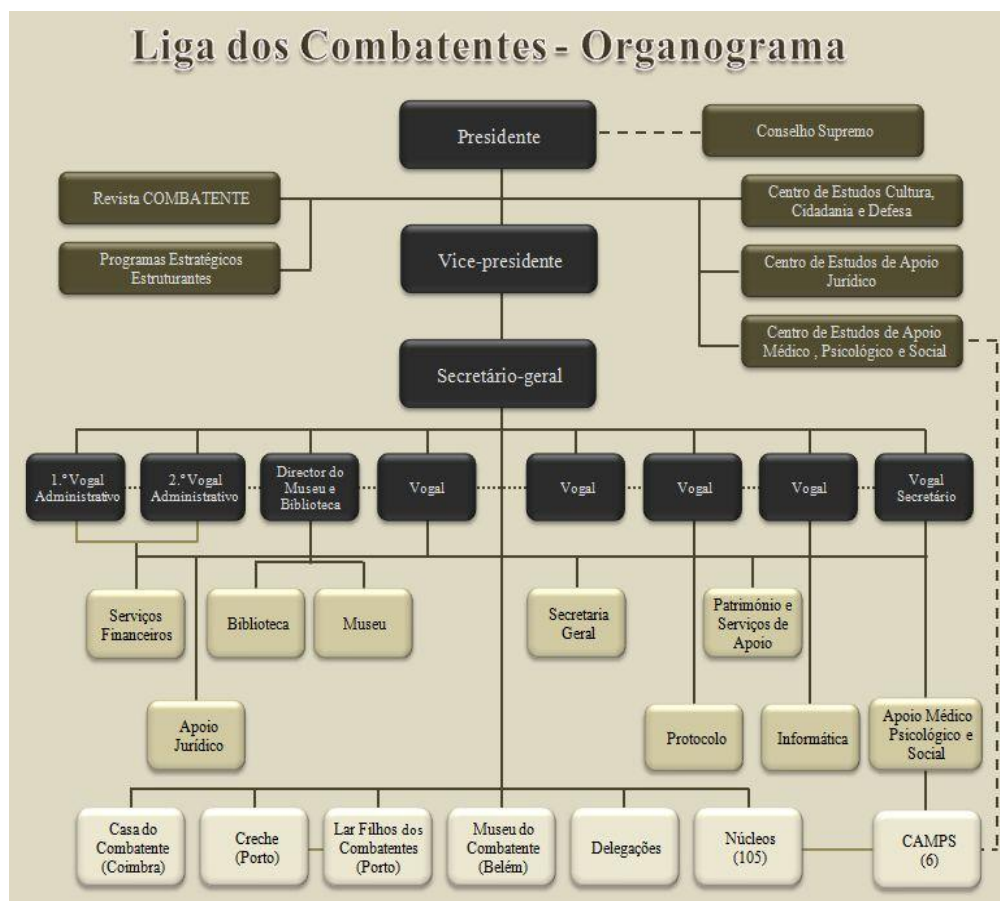


Fig.1 Organograma da Liga dos Combatentes - Direção Central
(Fonte: www.ligacombatentes.org.pt/)

Ao longo dos tempos, a LC cresceu, tanto em termos físicos, como de ações dinamizadoras de apoio e solidariedade ao próximo, sendo uma Instituição atenta às transformações sociais e, caminhando sempre em prol dos valores morais e sociais, no interesse da Instituição e do País. São disso exemplo os Programas "Cuidados de Saúde", "Liga Solidária", "Cultura, Cidadania e Defesa" e "Inovação e Modernização" que têm ao seu serviço técnicos especializados em diversas áreas, como psicologia, psiquiatria, entre outras.

A Instituição tem promovido novas formas de promoção e divulgação (como por exemplo, *website*, revista Combatente, utilização dos órgãos de comunicação social, nomeadamente, televisão, rádio e imprensa nacional, local e regional e criação de protocolos com Universidades) e passagem de testemunho dos antigos Combatentes aos novos combatentes das Operações Humanitárias e de Paz, através de campanhas informativas nas Unidades e Estabelecimentos de formação das Forças Armadas e das Forças de Segurança. Tem, assim, vindo a transformar-se numa sociedade mais aberta, não circunscrita apenas aos sócios combatentes, no ativo ou não, mas de todos aqueles que queiram juntar-se e partilhem de valores como a Solidariedade, a Liberdade, a Justiça,

Segurança e Bem-Estar. De acordo com Relatório de Atividades da Liga dos Combatentes de 2009, a Instituição tem um efetivo social de 53 420 sócios, distribuídos pelos diversos Núcleos espalhados pelo país (76 núcleos em Portugal Continental e Ilhas e 10 delegações além-fronteiras) e pelas diferentes categorias de sócios, sendo a categoria de combatentes a que apresenta maior representatividade.

A LC é tutelada pelo Ministério da Defesa Nacional e é principalmente através deste Organismo Estatal que assegura os custos para alcançar a sua missão, sem descurar todos os outros contributos, como apoio por parte de Organismos de Administração local (Câmaras Municipais, entre outros), doações de Entidades Singulares e Coletivas e quotas dos seus associados, não menos vitais para o funcionamento da Instituição. Anualmente, desenvolve um conjunto extenso de atividades, com o objetivo de, em primeira instância, apoiar os idosos, através do apoio material e social e garantir aos membros da Liga dos Combatentes - sejam eles deficientes físicos, com stress pós traumático, prisioneiros, ou gozem de saúde -, que se cumprem as leis e que são criados os mecanismos que lhes garantam pensões, subsídios, tratamentos, acompanhamento e apoio social. Para um cumprimento mais célere e eficaz das medidas atrás referidas, foram criados Programas Estruturantes, que conferem maior vitalidade e dinâmica a esta Instituição, reforçando todos os objetivos a que a Instituição se propõe nos seus estatutos, programas esses que se passa a descrever.

2.4.1.3 Programa "LIGA SOLIDÁRIA"

Atualmente coloca-se à Instituição LC o grande desafio que é o envelhecimento de grande parte dos seus associados, embora seja uma instituição abrangente da Sociedade Portuguesa, o seu núcleo duro são os veteranos da Guerra do Ultramar, indivíduos que se encontram na terceira e quarta idade, pelo que a Instituição tem acompanhado esta faixa etária. Exemplo disso foi a implementação de um conjunto de programas estruturantes, a partir de 2009, entre eles, o programa "Liga Solidária" e "Cuidados de Saúde".

O programa "Liga Solidária" é uma estrutura que está em estreita ligação com o envelhecimento e visa a construção de infraestruturas para os sócios que se encontrem na "Idade de Ouro". Ao longo da sua existência a LC tem tido a preocupação de proteger e auxiliar os combatentes e famílias, e tem-o feito reclamando o direito ao reconhecimento nacional, pelos Organismos Oficiais, dos homens que colocaram as suas vidas ao serviço da Pátria, fundamentalmente através do auxílio financeiro (entre eles, a atribuição de pensões de sobrevivência e subsídios). Este apoio também foi assumido pela própria LC, de acordo com os seus próprios recursos, junto dos mais necessitados. Esta missão de caráter

social levada a cabo pela LC atingiu assim a sua plenitude com o levantamento de dois lares, nomeadamente no Porto e em Estremoz, no presente ano.

2.4.1.4 Programa "Cuidados de Saúde"

O programa "Cuidados de Saúde" consiste num dispositivo de intervenção direta junto dos combatentes e suas famílias, implementado no terreno pelo Centro de Apoio Médico, Psicológico e Social (CAMPS), estrutura esta inserida num órgão estruturante do corpo da Liga dos Combatentes, o Centro de Estudos e Apoio Médico, Psicológico e Social (CEAMPS).

O CAMPS está dividido em sete subestruturas: CAMPS 1 que abrange a zona de Lisboa e Vale do Tejo (com instalações em Lisboa/Direção Central da Liga), o CAMPS 2, circunscrito à zona Sul e Algarve (localizado na cidade de Loulé), CAMPS 3, zona Norte (instalado na cidade do Porto), CAMPS 4, zona Centro (localizado na cidade de Coimbra), CAMPS 5, zona do Norte Interior (localizado em Chaves), o CAMPS 6, zona do Alto Alentejo (localizado em Évora) e CAMPS na Ilha Terceira. Estes Centros desenvolvem um trabalho que é coordenado pelo CEAMPS e a partir do qual saem as diretrizes orientadoras de atuação.

Todos os CAMPS estão em estreita articulação entre si, tendo, no entanto, em atenção as particularidades da sua zona de intervenção e dos núcleos que lhe estão circunscritos. A amplitude da intervenção está muito dependente do trabalho em equipa entre Núcleos e respetivo CAMPS, na sinalização dos casos que necessitam de intervenção e do estabelecimento de parcerias com as estruturas e instituições próximas das comunidades (nomeadamente Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Centros Sociais, Associações, entre outros), considerando-se o trabalho em conjunto com as redes sociais locais um fator imprescindível para se encontrar e articular recursos adequados às necessidades concretas dos combatentes e famílias.

Atualmente cada um dos CAMPS conta com um número vasto de profissionais ao seu serviço, nomeadamente psicólogos, psiquiatras, médicos de clínica geral, assistentes sociais, enfermeiros e fisioterapeutas e realiza semanalmente um conjunto de intervenções que incluem consultas de triagem, de psicologia, de clínica geral, de psiquiatria, atendimento social/apoio social, apoio psicossocial ao domicílio e acompanhamento psicológico individual ou de grupo.

As pessoas que chegam aos CAMPS são muitas vezes sinalizadas pelos próprios núcleos, funcionando estes também como postos de triagem e que posteriormente encaminham os sócios para o CAMPS da sua zona. Outras vão por iniciativa própria, por

indicação de familiar, de outro combatente, ou até de estruturas/instituições locais. O CAMPS tem ainda ao dispor do Combatente a linha S.O.S. Combatente e por essa via poderá também ser encaminhado para o CAMPS.

Segundo os técnicos entrevistados neste estudo, existe já um perfil traçado aos antigos combatentes que os procuram, sendo que uma parte apresenta um conjunto de patologias associadas à PTSD, como ansiedade, insónias, depressão e o outro grupo apresenta "debilidades" psicológicas, traduzidas na sua globalidade, por um sentimento de desamparo social.

A Instituição tem dado sempre atenção aos cuidados de saúde e apoio social (numa primeira fase intervenções pontuais, com recurso aos Hospitais Militares e ao auxílio das mais variadas Instituições, mas que careciam muitas vezes de um acompanhamento continuado), contudo para dar uma resposta mais pronta e contínua é criado o CAMPS (2004) e, em 2009, implementa-se o projeto "Cuidados de Saúde".

O Centro de Apoio à Inclusão Social (CAIS) constitui outra estrutura que integra o CEAMPS e se articula também com o envelhecimento. O CAIS dispõe de equipas de trabalho, no âmbito do apoio psicossocial ao domicílio e Missões de Rua, para combatentes e famílias que tenham sido sinalizados, em situações de pobreza extrema e excluídos (combatentes sem abrigo, toxicodependentes e alcoólicos), com o objetivo de promover caminhos para uma reinserção social. Inicialmente são pré-sinalizados, para posteriormente serem visitados pela LC para apoio psicológico, médico e social. Nas visitas de Apoio Domiciliário, as equipas são também constituídas por um psicólogo que muitas vezes se faz acompanhar por um assistente social, às casas ou sítios onde vivem antigos combatentes.

CAPÍTULO III - PROTOCOLO METODOLÓGICO

3.1 MÉTODO QUALITATIVO

Como opção metodológica face ao objetivo central de estudo, que consiste na interpretação dos relatos de vida de idosos antigos combatentes, considerou-se a metodologia qualitativa como a mais adequada, na medida em que, segundo Fortin (2000, p.22),

"O método de investigação qualitativo está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los. Esta forma de desenvolver o conhecimento demonstra a importância primordial da compreensão do investigador e dos participantes no processo de investigação".

De acordo ainda com Vilelas (2009, p.105) a investigação qualitativa é "uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem", conceito este que se considera ir ao encontro de toda a génese desta investigação, que é conhecer as formas de interpretação de um grupo de idosos, que em determinado momento das suas vidas incorporaram uma condição social, a de combatentes, numa sociedade "absorvida" pela Guerra do Ultramar, e de como essa condição marcou a sua identidade e consequentemente a sua vida na idade adulta e velhice.

Os autores Bodgan & Biklens (1994, p.48) acrescentam ainda que:

"Na investigação qualitativa os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. [...], incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais [...]. Os investigadores qualitativos tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registados ou transcritos".

Guerra (2010) classifica as metodologias qualitativas de "compreensivas ou indutivas", uma vez que estas se debruçam sobre a análise, compreensão e interpretação das formas de atuação de sujeitos concretos, que inclui toda uma panóplia de representações e trajetórias sociais e, neste sentido, Poupart (1997, cit. por Guerra, 2010, p.10) refere que:

"As vantagens das metodologias compreensivas são de várias ordens: de ordem epistemológica, na medida em que os atores são considerados indispensáveis para entender os comportamentos sociais; de ordem ética e política, pois permitem aprofundar as contradições e os dilemas que atravessam a sociedade concreta; e de ordem metodológica como instrumento privilegiado da análise de experiências e do sentido da ação".

Como já foi referido, toda a estrutura desta investigação está suportada pelos relatos de vida dos antigos combatentes, ou seja, utiliza-se a abordagem biográfica para se tentar aprofundar mais o objetivo central do estudo, considerando-se esta como a melhor forma de

conhecemos as vivências individuais e coletivas dos sujeitos alvo da investigação e ainda as suas interpretações face ao percurso como combatentes, de forma a percebermos como essa "marca" modelou a sua identidade e consequentemente a sua vida. Para Balandier (1983, cit. por Albarello *et al*, 1995, p.206) *"o método biográfico permite "aceder «pelo interior» a uma realidade que ultrapassa o narrador e o modela [...] capta o sujeito nas suas práticas, na maneira como negoceia as condições sociais que lhe são particulares"*. Os autores Albarello *et al* (1995, p.209) acrescentam que *"o método biográfico permite captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objetivas dominantes, aos determinismos macrossociológicos"*.

Pelo relato de vida, o indivíduo fornece-nos informações de acordo com o seu ponto de vista, a realidade que ele construiu (resultado de aspetos como a posição que ocupa socialmente, os seus valores, a sua personalidade). Contudo esta acaba por refletir forçosamente outras realidades do contexto social onde está inserido, pois sendo o indivíduo produtor da história ele é também produto da história (Albarello *et al* 1995).

Segundo Ferrarotti (1983, cit. Albarello *et al*, 1995, pp.206-208) *"qualquer narração autobiográfica conta uma prática humana [...], uma totalização ativa de todo o contexto social [...] apropria-se dele, mediatiza-o, filtra-o e retradu-lo, projetando-o numa outra dimensão, que é a dimensão psicológica da sua subjetividade"*.

Em suma, considerou-se que a abordagem biográfica associada a uma metodologia qualitativa seria o mais indicado em função dos objetivos que o presente estudo pretende alcançar e, deste modo, destaca-se o papel dos sujeitos investigados, neste caso, os idosos antigos combatentes, como elementos fulcrais em todo o processo de investigação, com todo um conjunto complexo de valores, atitudes e estratégias adquiridos por cada um, e sem os quais teríamos dificuldade em perceber o significado que cada um deu à sua participação na guerra. Isto, pois só se obtém o significado de um fenómeno social através de uma experiência vivida, da sua centralidade sobre a consciência individual e pela narrativa que lhe dá a forma (Albarello *et al*, 1995).

No método biográfico, o objeto da investigação é "um informador mais bem informado do que o «sociólogo» que o interroga" (Bertaux, 1980, cit. por Albarello *et al*, 1995, p.210). Nesta abordagem o investigador estabelece uma conversa com o sujeito da narrativa, de forma neutra, com o objetivo principal da construção do conhecimento, tentando sempre minimizar os efeitos da sua presença, de forma a captar aquilo que é verdadeiramente importante do ponto de vista do sujeito (Bodgan & Biklens, 1994).

3.2 OS PARTICIPANTES

Para Quivy & Campenhout (2008, p.160) num estudo sociológico a recolha de dados úteis, muitas vezes, só se consegue junto dos elementos que fazem parte do universo do campo de análise, contudo o investigador pode optar por três possibilidades: "ou recolhe dados e faz incidir as suas análises sobre a totalidade da população coberta por esse campo, ou a limita a uma amostra representativa desta população, ou estuda apenas algumas componentes, ainda que não estritamente representativa, desse universo". Em virtude de o instrumento de recolha de dados a utilizar ser a entrevista, a investigadora optou pela terceira possibilidade, que aliás é a mais utilizada e "nestes casos, o critério de seleção dessas pessoas é geralmente a diversidade de perfis relativamente ao problema estudado" (Quivy & Campenhout (2008, p.163)

Segundo Albarello *et al* (1995, p.213), "na abordagem biográfica prevalece o princípio geral de relatos de vida suficientemente [...] diversificados [...] o que implica que as entrevistas sejam recolhidas segundo um plano que possa garantir a representatividade do conjunto da problemática". Neste sentido, procurou-se assegurar no grupo de participantes a diversidade de trajetos e, para isso, a investigadora escolheu antigos combatentes cuja participação na Guerra Colonial tivesse ocorrido em diferentes cenários, Angola, Moçambique e Guiné, em diferentes períodos temporais, assim como indivíduos que pertencessem a diferentes ramos das Forças Armadas, com o intuito de dar a conhecer as diferentes experiências ao longo dos 13 anos de Guerra. Deliberadamente a investigadora não procurou antigos combatentes que, depois da guerra colonial tivessem prosseguido a vida militar, uma vez que interessava mais conhecer os casos daqueles que de alguma forma não estiveram "protegidos" pela Instituição Militar, no período do pós-guerra e simultaneamente na fase da velhice.

Os indivíduos selecionados para participarem no estudo fazem parte da malha associativa dos núcleos de Estremoz, Évora e Portalegre, por uma questão de maior proximidade com o local de residência da investigadora, e dos doze idosos selecionados, três são elementos que estão em acompanhamento psicológico pelo CAMPS de Évora.

Por uma questão de sigilo e privacidade os nomes atribuídos a cada um dos participantes são fictícios, decidindo a investigadora atribuir um apelido (à semelhança da forma de identificação de cada homem no mundo militar). O apelido escolhido para cada um dos participantes está de alguma forma relacionado com a pessoa, quer pela sua ação em combate, pela profissão que desenvolveu ou até pelos traços de personalidade que mais atenção despertaram na investigadora.

Foram constituídos dois grupos de antigos combatentes, um grupo formado por nove homens cujas marcas de guerra, à partida, não afetaram o desenrolar da sua vida e o outro grupo formado por três homens que estavam sinalizados, pelos núcleos a que estão

associados, como antigos combatentes que revelam sintomatologia que poderá estar associada a marcas de guerra e que de alguma maneira condiciona a vida quotidiana dessas pessoas. Considerou-se também importante entrevistar os profissionais que acompanham os antigos combatentes nos CAMPS-LC, como forma de conhecer a sua interpretação sobre as marcas de guerra que perduraram e que afetam os antigos combatentes.

O grupo de antigos combatentes selecionados para participar neste estudo é constituído por 12 indivíduos, do sexo masculino, com idades que variam entre os 65 e os 76 anos. Relativamente ao grupo dos profissionais, este é constituído por duas pessoas, uma Assistente Social e um Psicólogo, que desenvolvem a sua atividade profissional em estreita colaboração com os CAMPS.

De salientar que durante a entrevista não houve qualquer desconfiança inicial, todos os entrevistados, sem exceção, acabaram por manifestar entusiasmo na partilha das memórias. Contudo, foi no momento que se circunscreveu aos relatos sobre a participação nas operações de combate que aconteceram alguns momentos de maior emotividade por parte dos entrevistados e durante os quais a investigadora deu lugar a pequenas pausas, para que os entrevistados se restabelecessem. Também na última parte da entrevista, em que se abordava o reconhecimento dado pelo Estado ao combatente, denotou-se em alguns discursos uma mudança de postura, mais rígida, com expressões faciais que identificavam claramente uma revolta interior. Na globalidade, as entrevistas decorreram de forma tranquila, num contexto em que se estabeleceu uma conversa entre duas pessoas, mas em que uma delas (entrevistado) estava mais bem documentada do que a outra (investigador), pelo que este último adotou uma postura mais de ouvinte. Contudo, em alguns casos, houve necessidade de direccionar o discurso para o que o investigador pretendia, porque o sujeito alvo da entrevista falava ininterruptamente acerca dos vários aspetos da sua vida, sendo necessário por parte da investigadora alguma orientação, no sentido de este se centrar nos aspetos que interessavam ao estudo em causa.

3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

3.3.1 A Entrevista

O instrumento de recolha de dados escolhido foi a entrevista, uma vez que se considerou ser a forma privilegiada de recolha de informações provenientes de testemunhos pessoais, pois, como afirmam Bodgan & Biklens (1994, p.134), em investigação qualitativa "a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito,

permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo".

De acordo com Quivy & Campenhout (2008, p.192) a entrevista consiste "numa verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências".

Segundo Bryman, 2004 (cit. por Silvestre *et al*, 2012, p.149) "a entrevista corresponde a um processo de interação face a face [...]. O sucesso da entrevista está associado à capacidade do entrevistador para estabelecer um relacionamento com o entrevistado".

Para Marconi e Lakatos (2003) a entrevista apresenta várias vantagens na recolha de dados, comparativamente com outras técnicas (nomeadamente, inquérito ou questionário, em que as questões são fechadas), entre elas, a possibilidade de no momento da entrevista esclarecer ou reformular as questões; perceber os sentimentos latentes no discurso do entrevistado, através da escuta ativa do que diz e como o diz e permitir a recolha de informação que não se encontra em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.

De entre os diferentes tipos de entrevista que existem e de acordo com o âmbito da investigação, considerou-se a entrevista semiestruturada como a mais adequada. Ou seja, foram previamente preparadas questões que serviram de orientação ao investigador, com o objetivo de permitir algum controlo na narrativa do entrevistado, pretendendo-se que o entrevistado contasse a sua história, a sua vivência, de forma livre e autónoma, para que a investigadora acesse ao máximo de informação possível.

Foi elaborado um guião de perguntas, com algum grau de flexibilidade, de forma a permitir a condução do discurso do entrevistado para o tema que se pretendia explorar. De acordo com Silvestre & Araújo (2012, p.151), na entrevista semiestruturada,

"Predominam perguntas que estimulam o entrevistado a apresentar o seu ponto de vista, exprimir a sua opinião ou a justificar o seu comportamento [...] o entrevistador pode conduzir a entrevista de forma a obter os dados que pretende, orientando-a através da sequência em que coloca as perguntas que considera mais convenientes numa determinada fase da entrevista [...] para dar ao entrevistado uma liberdade de resposta controlada".

Para Quivy & Campenhout (2008, p.193), o investigador na entrevista semiestruturada,

"Tanto quanto possível, «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível".

Na abordagem biográfica, o investigador tem também de adquirir conhecimentos externos à narrativa dos entrevistados, segundo Bertaux (1980, cit. por Albarello, 1995, p.223) o trabalho do investigador "assemelha-se mais ao dos antropólogos no terreno do que ao dos sociólogos que utilizam inquéritos por questionário". Neste sentido foi

imprescindível que o investigador se "documentasse" sobre a realidade social em que os participantes estavam inseridos, sobre as suas origens, os valores da época, os comportamentos socialmente instituídos, o ambiente político da sociedade em que viviam ou as circunstâncias com que se deparavam quando chegavam às colónias, para assim melhor compreender o discurso de cada entrevistado e poder dialogar com esses homens com algum conhecimento sobre o período a que se reportava o discurso.

Ao longo da entrevista, a investigadora teve sempre a preocupação de atuar como elemento facilitador de ativação de memórias dos antigos combatentes, revelando uma atitude de interesse e disponibilidade para com o entrevistado e intervindo quando necessário, de forma a estimular a sua capacidade de autoavaliação perante situações que lhe pareciam pertinentes para o estudo em questão. Como forma de complementar a informação verbal, a investigadora esteve também sempre muito atenta às reações do entrevistado, nomeadamente à expressividade emocional.

Segundo Bodgan & Biklens (1994, p.136) as boas entrevistas caracterizam-se,

"[...] pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista, produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspetivas dos respondentes. Um bom entrevistador comunica ao sujeito o seu interesse pessoal, estando atento, acenando com a cabeça e utilizando expressões apropriadas".

A realização das entrevistas foi faseada. Na primeira fase, procedeu-se a uma seleção de antigos combatentes associados ao Núcleo de Estremoz, contacto que foi feito primeiramente por via telefónica, realizado pela investigadora, em que lhes foi explicado os objetivos da entrevista, as condições em que se desenvolveria a entrevista, nomeadamente a preservação da sua identidade e a confidencialidade dos dados recolhidos, solicitava-se a gravação áudio da conversa, frisando sempre que o objetivo seria unicamente o de permitir uma mais fidedigna transcrição da entrevista e, por fim, era combinado o dia e a hora para realização da mesma. Na segunda fase, ainda a antigos combatentes, o contacto foi institucional, pelos Núcleos de Portalegre e Évora, uma vez que envolveu indivíduos sinalizados para acompanhamento psicológico pelo CAMPS ou já em acompanhamento por essa estrutura de apoio aos sócios da Liga dos Combatentes. Numa terceira fase, realizaram-se as entrevistas aos profissionais que prestam apoio no CAMPS, nomeadamente ao Psicólogo do CAMPS de Évora e à Assistente Social do CAMPS de Coimbra. Em todos os contactos realizados, os sujeitos mostraram inteira disponibilidade para o estudo.

As entrevistas foram realizadas na residência dos combatentes, respetivamente aos combatentes associados ao Núcleo de Estremoz (à exceção de duas, que tiveram lugar onde os respetivos combatentes desenvolvem a sua atividade pós-reforma). No que respeita aos sócios dos Núcleos de Portalegre e Évora, foram realizadas nas instalações dos

respetivos núcleos. As entrevistas realizadas aos técnicos decorreram nas instalações dos CAMPS de Évora e Coimbra. Em todas as entrevistas a investigadora e os entrevistados estiveram sozinhos (à exceção de uma entrevista a um antigo combatente, em que a esposa do combatente esteve presente). As entrevistas aos antigos combatentes tiveram em média duas horas e meia de duração, enquanto aos técnicos a duração foi em média de uma hora.

No dia da entrevista, procedeu-se à apresentação formal entre entrevistado e investigador e explicação dos objetivos da entrevista. Antes do início da conversa foi solicitada ao participante a leitura e assinatura do consentimento informado e sublinhada a importância do seu testemunho para o estudo em causa.

Durante a realização das entrevistas, a investigadora não usufruiu da mesma intensidade de interação com todos os sujeitos entrevistados, nomeadamente com os antigos combatentes, o que na sua opinião é perfeitamente natural, uma vez que os seus entrevistados, embora todos de origem social humilde, tiveram percursos pessoais e profissionais muito diferenciados durante o decorrer da sua vida, o que permitiu a alguns um conjunto vasto de papéis sociais, encarando assim o momento de entrevista de forma descontraída, sem ansiedade, nem inibições, enquanto outros revelaram um pouco mais de insegurança. Contudo, mesmo as entrevistas que, pelas razões atrás apontadas, correram menos bem, pela necessidade de maior orientação pela investigadora, proporcionaram informação útil.

De acordo com Albarello *et al* (1995, p.216)

"A pessoa entrevistada conduz o relato de vida [...], o investigador está lá para escutar, aprender e, se necessário, recordar o tema de conversa [...]", mas não pode ser entendido com um monólogo, mas sim um diálogo "[...] o investigador deve permitir que o entrevistado entre em comunicação".

Nas entrevistas aos técnicos, o primeiro contacto foi feito pelo Coordenador do CEAMPS, o que facilitou sobremaneira todo o processo. Contudo a investigadora teve dificuldade em agendar as entrevistas, uma vez que os mesmos desenvolvem uma atividade profissional fora destas estruturas e portanto a primeira entrevista foi realizada ao psicólogo no início de junho e a entrevista à assistente social só aconteceu um mês depois. Foram processos muito ricos em informação sobre o trabalho que a Liga está desenvolver com os seus sócios e a investigadora conheceu, através destes contactos, a dinâmica interna dos Centros (CAMPS) e teve a oportunidade de participar numa ação de formação dirigida aos seus técnicos, permitindo-lhe um conhecimento mais aprofundado do trabalho desenvolvido, das dúvidas que se colocam diariamente aos técnicos e da forma como os diferentes CAMPS espalhados pelo país interagem uns com os outros na procura de melhorar cada vez mais as suas práticas profissionais.

À medida que se realizavam as entrevistas, tanto aos antigos combatentes como aos técnicos a investigadora tentou sempre o mais rapidamente possível proceder à sua transcrição, para assim poder refletir sobre o seu conteúdo, apurando os pontos fortes e menos fortes a fim de melhorar as entrevistas seguintes. Tal como referem Albarello *et al* (1995, p.212), *"A acumulação das entrevistas e a sua análise devem produzir um novo saber, gerar hipóteses confirmadas ou infirmadas pelas entrevistas seguintes"*.

Passa-se de seguida à descrição do momento da entrevista, com cada um dos sujeitos entrevistados, podendo assim o leitor perceber melhor como são estes homens e o grau de envolvimento que se estabeleceu entre entrevistado e entrevistador.

SR. ARDINA

Homem com grande capacidade de comunicação, revelando uma personalidade forte e com grande sentido de humor. Apesar de ser DFA, durante a entrevista teve sempre uma postura muito positiva, consciente das suas incapacidades, mas muito otimista, não revelando qualquer ressentimento relativamente ao seu período de participação na guerra, referindo que não se sente de forma nenhuma *"incapacitado"* para a vida. Durante o seu discurso houve necessidade de alguma intervenção por parte da investigadora, uma vez que o Sr. se entregou à tarefa de forma fervorosa e, muitas vezes era necessário a investigadora interceder, de forma a orientar a conversa para o assunto que pretendia conhecer com mais profundidade.

SR. MADEIRA

O entrevistado mostrou-se muito à vontade durante a entrevista, até porque antes propriamente do tema da investigação estar completamente definido, a investigadora teve conhecimento pelo próprio de que tinha sido combatente na guerra colonial e, nessa altura, o Sr. revelou muita vontade em colaborar na investigação, pelo que estava ansioso por contar a sua experiência. Em termos emocionais esteve sempre tranquilo e confirmando com palavras suas *"a guerra nunca me marcou psicologicamente"*, até mesmo quando se referiu a momentos mais dramáticos vividos por outros camaradas. Na parte final da entrevista manifestou alguns ressentimentos, de forma mais exacerbada, relativamente ao apoio aos antigos combatentes, que segundo ele não tem sido justo.

SR. ANÍBAL

Entrevistado com grande facilidade de comunicação, fisicamente muito marcado pela guerra e durante o seu discurso revelou momentos de grande emotividade, nomeadamente, o episódio em que foi ferido gravemente (sendo que, curiosamente, o dia em que foi feita a entrevista coincidiu com o dia em que há precisamente 50 anos tinha sido ferido) e o

regresso forçado a casa depois do acidente. Estes momentos foram marcados por pausas prolongadas, em que o entrevistado tentava segurar as lágrimas e durante os quais a investigadora se manteve em silêncio e esperou que o entrevistado se recompusesse. O entrevistado revelou também momentos de boa disposição e de grande descontração quando diz que aproveita a sua marca física para reclamar condições mais seguras para o cidadão em geral.

SR. MOTA

Entrevistado que se revelou muito humilde na sua postura com a investigadora, tendo apresentado alguma insegurança no início da entrevista. Pouco antes do começo o entrevistado referiu *"vamos lá ver se eu consigo responder à senhora"*. A investigadora tentou aprofundar as vivências do entrevistado no período antes da mobilização, algo a que o entrevistado correspondeu positivamente. O entrevistado teve alguma dificuldade em interpretar algumas das suas vivências, havendo necessidade de alguma intervenção por parte da investigadora, como forma de perceber melhor quais os significados atribuídos a determinadas situações pertinentes para a investigação em causa.

SR. MATA

O entrevistado esteve sempre muito comedido (a esposa estava presente), revelando dificuldade em descrever as suas vivências, situação que se manteve até ao momento em que a esposa saiu. Nesse momento disse à investigadora que *"aconteceram coisas que ninguém sabe, nem gosto de contar à frente, porque até nem acreditam"* e só aí a investigadora percebeu que a terceira pessoa (esposa) que ali estava, mesmo silenciosa, estava a condicionar o discurso do entrevistado. A partir desse momento o entrevistado descontraíu e revelou um pouco mais da sua interpretação dos factos por ele vividos. No final da entrevista o entrevistado manifestou sentimentos um pouco contraditórios, no que respeita ao complemento atribuído ao antigo combatente, referindo *"eu não preciso daquilo"*, mas por outro lado manifesta alguma revolta pelo facto de o montante ser pouco, dizendo *"eu até já pensei em devolver, para eles perceberem que aquilo que nos dão é uma vergonha"*.

SR. SALVADOR

O entrevistado permitiu aceder à sua história com uma grande simpatia, contudo no início apresentou uma postura um pouco séria, mas que se foi esbatendo com a continuação da conversa. Revelou-se uma pessoa muito emotiva, debilitada fisicamente por problemas de saúde e emocionalmente pela morte recente do filho. A investigadora tentou

sempre de forma discreta aliviar os momentos em que se percebia, claramente, que o momento estava carregado de significados para o entrevistado, fazendo algumas pausas e desviando o discurso do entrevistado para os aspetos mais positivos, porque até mesmo quando comentava com algum humor episódios mais felizes ele se emocionava.

SR. VELHINHO

Este Sr. foi o entrevistado mais velho. Faz parte do grupo que está em acompanhamento pelo CAMPS e revelou-se uma pessoa muito debilitada psicologicamente. Como esteve emigrado na Alemanha, fez questão de trazer para a nossa entrevista um folheto do museu onde trabalhou como vigilante, que descreveu de forma muito pormenorizada. Percebeu-se claramente que o estar afastado das filhas (que ficaram na Alemanha, pois ele voltou para Portugal com a esposa) lhe causa muita ansiedade e gostaria que estivessem todos juntos. Para ele o período de comissão em Moçambique foi muito penoso e é a principal causa de todos os seus problemas, apesar de nunca ter estado em confronto direto com o inimigo. O estar afastado dos seus familiares, o ter deixado o seu emprego na Câmara, como eletricitista, e ser obrigado a partir para Moçambique foi dramático para ele, situação que ainda vive e lamenta.

SR. MAGRO

O Sr. Magro foi outro dos entrevistados que pertence ao grupo dos antigos combatentes que estão em acompanhamento pelo CAMPS. Pessoa muito humilde, muito alegre, revelando-se um homem que, ainda que passando por tanto sofrimento (desde pequeno), conseguiu ultrapassar as vicissitudes da vida, mesmo tendo momentos em que se vai abaixo. Como ele diz em determinada altura *"apanhei um sistema nervoso, que não dava conta dele... já a minha mulher é que pagava as favas..."*. Contudo, segundo ele *"as recordações da guerra não me afligem, eu fui lá e fiz aquilo que me mandaram e pronto está feito..."*. O ter cumprido serviço militar é para ele um motivo de orgulho e afirma que se não tivesse ido, hoje não seria o homem que é.

SR. MARQUÊS

O Sr. Marquês mostrou-se uma pessoa muito confiante, para ele o tempo de guerra foi uma marca na sua vida, para o bom e para o mau, deu-lhe a conhecer o outro lado da vida e que ele desconhecia completamente. O diálogo entre a investigadora e este entrevistado foi muito fácil. Está reformado por invalidez, situação não relacionada com sequelas da guerra, e logo desde essa altura tentou ocupar a sua vida com atividades de ajuda ao próximo. Pertence à Direção do Núcleo de Évora-Liga dos Combatentes e outras coletividades relacionadas com o desporto.

SR. AGUIAR

Este entrevistado manifestou, logo no início da entrevista, a sua satisfação em falar sobre o seu tempo de guerra. Para ele esse período não foi doloroso, embora tenha consciência que houve outros camaradas que não tiveram tanta sorte. Mostrou-se uma pessoa desgastada com a idade, tem problemas graves de saúde e momentos de grande tristeza, mas que não têm nada a ver com o que passou na guerra. A sua maior alegria, aliás, é quando encontra alguém que esteve lá.

SR. ISABELINHO

A entrevista com o Sr. Isabelinho não foi fácil. Este Sr. foi um dos antigos combatentes a ser acompanhado pelo CAMPS (há cerca de um ano que deixou de comparecer às reuniões com o psicólogo; quando questionado sobre o motivo, referiu que se tinha aborrecido). O Sr. apresentou-se na entrevista com todos os seus relatórios médicos e insistiu que a investigadora os lesse. A documentação fazia referência a um conjunto de patologias associadas à PTSD, tais como ansiedade, depressão, claustrofobia (ataques de pânico), entre outras. No início a investigadora teve alguma dificuldade em orientar as questões que tinha preparadas, uma vez que o entrevistado falava incessantemente sobre os problemas familiares, mas aos poucos a investigadora foi conseguindo direccionar o discurso para o período da vida em que esteve mobilizado. O Sr. Isabelinho esteve sempre em zona de combate, passava o tempo em valas, que pareciam buracos de toupeira, e foi alvo de rebentamento de uma granada, segundo as suas palavras " (...) eu ainda hoje me sinto a levitar, sentimo-nos no ar. Eu faço a comparação com a ventosas que existem para desentupir os canos, faz aquele impacto. Eu muitas vezes ainda sonho com isso e é aquela coisa de me sentir no ar (...)" . A vida para este homem não tem sido fácil. Para além de todas as sequelas psicológicas adquiridas pela participação em guerra, acrescem graves problemas de saúde com a filha e esposa, que lhe transtornam grandemente a vida.

SR. MOURATO

O Sr. Mourato foi o último entrevistado e a entrevista decorreu sem grandes dificuldades. Revelou facilidade em falar sobre a guerra, mas também referiu que nem sempre foi assim. Quando voltou de lá não gostava de falar sobre o que tinha vivido e que teve muita dificuldade em voltar à sua vida normal, assustava-se facilmente com qualquer barulho e teve alguma dificuldade em controlar esse nervosismo, tendo mesmo de recorrer a medicação. Hoje continua a ser uma pessoa muito acelerada, mas como tenta estar sempre

ocupado, pertence a algumas associações e faz parte da Direção do Núcleo de Portalegre-Liga dos Combatentes e isso faz com que não tenha de pensar muito no passado.

3.3.2 O Processo de Construção do guião de entrevista

De acordo com os autores Albarello *et al* (1995, p.217), o guião de entrevista deverá ser construído "*tendo em conta as diversas facetas da problemática e a importância de recolher informações sobre práticas para compreender o seu sentido vivido*". Neste sentido a investigadora esforçou-se para que as questões colocadas aos entrevistados estivessem em consonância com as características socioculturais da sociedade portuguesa no período anterior a 1974 (final da Guerra do Ultramar e do regime político que governava o país), com o tipo de guerra experienciada por esses homens e em conformidade com o contexto de retorno à vida civil, finda a comissão militar.

Segundo Guerra (2010, p.53), na construção de um guião de entrevista "*a questão mais importante é a clarificação dos objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta*". Deste modo e tendo sempre como pano de fundo a guerra colonial, a investigadora elaborou o guião de entrevista assente em três dimensões: a vida antes da mobilização, para caracterizar o padrão comportamental construído durante a infância e adolescência, de forma a perceber-se o grau de resiliência face a situações de sobrevivência; a vida enquanto militar na guerra colonial, por outras palavras, conhecer o processo de construção de vulnerabilidades do ex-combatente, em cenário de guerra, para perceber a sua maior ou menor necessidade de reconhecimento; e, como última dimensão, a vida pós-guerra colonial, onde se tentou analisar como o "antes" (origens e cenário de guerra) interferiu no "agora" e explicar os sentimentos de cada idoso e a sua maior ou menor necessidade de reconhecimento público e político, face à sua condição de antigo combatente.

A entrevista propriamente dita iniciou-se sempre com uma pergunta genérica e ampla, de modo a estimular a narrativa do entrevistado em direção ao tema fulcral da investigação - "***É uma pessoa positiva perante a vida? Tenta/tentou sempre retirar algum significado positivo das situações que vivencia?***". Passou-se posteriormente para as questões que incidiam sobre fragmentos da vida, enquadradas em cada uma das dimensões referidas anteriormente.

Para a entrevista aos técnicos foi elaborado outro guião, com a finalidade de conhecer a motivação destes face ao trabalho que desenvolvem, saber qual o perfil do antigo combatente que recorre ao CAMPS, conhecer a interpretação do técnico face aos sentimentos do antigo combatente que é intervencionado nos seus serviços e perceber todo

o funcionamento da estrutura do CAMPS no apoio aos sócios da LC e, em particular, aos antigos combatentes.

3.4 ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental que se realizou neste estudo correspondeu a uma análise de toda a documentação sobre a problemática em torno do envelhecimento da população portuguesa e, em particular, ao idoso combatente da guerra colonial, com especial relevo sobre as questões legislativas relacionadas com as medidas acionadas pelo Estado Português no apoio a esta população.

O mesmo procedimento foi realizado no que se refere à génese da LC e, designadamente, ao trabalho desenvolvido na atualidade pelos CAMPS no acompanhamento clínico e social ao combatente. Tivemos também oportunidade de aceder ao Manual de orientações práticas para o técnico do CAMPS. Esta documentação consiste num portefólio, onde são expostos os objetivos do CEAMPS, assim como a descrição do conjunto de procedimentos a ter em conta na prática profissional do técnico que intervém, designadamente: na receção e acolhimento do sujeito a intervencionar, na marcação das consultas, no planeamento das missões e sua regularidade, listagem de protocolos estabelecidos com outros Organismos e respetivas fichas de registo dos dados de identificação do intervencionado, nomeadamente Ficha de Sinalização de Casos para Encaminhamento e Registo de Missão.

3.5 PROCESSOS E DIMENSÕES ÉTICAS

De acordo com Fortin (1999, p.128) *"para proceder ao desenvolvimento dos conhecimentos quer seja das ciências biomédicas, quer seja das ciências de comportamento humano, o investigador deve obter da parte dos potenciais sujeitos um consentimento esclarecido e livre"*. Assim sendo, para acautelar as questões de ordem ética com que nos poderíamos deparar durante o desenvolvimento da investigação, foram formulados pedidos de autorização, por escrito, nomeadamente ao CEAMPS, para recolha de documentação, autorização de entrevistas aos técnicos do CAMPS, nomeadamente Psicólogo e Assistente Social, bem como a solicitação de colaboração dos núcleos de Estremoz, Évora e Portalegre para seleção do público-alvo desta investigação.

Teve-se também em atenção os princípios que regem qualquer investigação, pelo que antes da realização das entrevistas se expuseram os objetivos e a natureza do estudo aos

participantes, respeitando sempre a vontade dos sócios em colaborar ou não no estudo, assegurando o direito à confidencialidade e garantindo o direito ao anonimato das informações.

3.6 O PROCESSO DE TRATAMENTO DE DADOS

3.6.1 Análise de Conteúdo

"Em investigação social, o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo [...], trata-se, de facto, de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos" (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.195).

Para Guerra (2006, p.62) a análise de conteúdo da entrevista contém duas dimensões, *"a descritiva que visa dar conta do que foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo"*.

De acordo com Amado (2000. pp.55-56) a análise de conteúdo *"trata-se de um processo de esquartejamento do texto e do seu sentido imediato, visível [...] em categorias de significação [...] com o objetivo de se descortinarem outros sentidos"*.

Segundo Albarello et al (1995, p.121) a análise de conteúdo é um trabalho indutivo do investigador, *"na medida em que tem de descobrir as categorias pertinentes a partir das quais é possível descrever e compreender a realidade observada"*. Os mesmos autores referem ainda que este tipo de análise é o indicado na sociologia compreensiva *"na medida em que esta se esforça por reconstruir, pela interpretação, o significado visado pelos atores em situação"*.

Neste sentido, após a transcrição das entrevistas aos antigos combatentes, a investigadora procedeu à categorização dos dados recolhidos, que teve como base a estrutura do guião de entrevista. Foram criadas cinco categorias, de acordo com as dimensões definidas no respetivo guião: RELAÇÕES FAMILIARES E CONDIÇÕES DE VIDA, MOTIVAÇÕES PARA A GUERRA (Dimensão - A vida antes da mobilização); PARTICIPAÇÃO NA GUERRA - COMPETÊNCIAS E VULNERABILIDADES (Dimensão - A vida enquanto militar na guerra colonial), e na última dimensão, que correspondeu à vida pós-guerra colonial, a investigadora decidiu criar duas categorias, respetivamente O SENTIDO DA VIDA - TRANSFORMADO PELA GUERRA e A CONDIÇÃO DE ANTIGO COMBATENTE NA VELHICE. Foram criadas posteriormente as subcategorias e associados os respetivos indicadores de cada subcategoria. Os quadros seguintes mostram a forma de organização de cada categoria:

Quadro 1 - "RELAÇÕES FAMILIARES E CONDIÇÕES DE VIDA"

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
RELAÇÕES FAMILIARES E CONDIÇÕES DE VIDA	Vida precária	Meio Rural
	Outra fonte de Rendimento Familiar	Apoio no sustento da casa Pouca valorização dos estudos

Quadro 2 - "MOTIVAÇÕES PARA A GUERRA"

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
MOTIVAÇÕES PARA A GUERRA	Dever com a Pátria	Sentimento incutido ao Povo
	Melhorar as condições de vida	A oportunidade para os mais desfavorecidos economicamente
	Revolta/Desânimo	Ruturas familiares e profissionais

Quadro 3 - "PARTICIPAÇÃO NA GUERRA - COMPETÊNCIAS E VULNERABILIDADES"

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
PARTICIPAÇÃO NA GUERRA - COMPETÊNCIAS E VULNERABILIDADES	Exposição a condições adversas /traumáticas	Contacto com a morte, sofrimento e medo
		Condições precárias
	Relações de Camaradagem	Apoio e ajuda
	Sentimentos de injustiça	Contacto com outras realidades sociais
	Comunicação com a Metrópole	Suporte da família
		Apoio Moral das Madrinhas de guerra

QUADRO 4 - "O SENTIDO DA VIDA" - TRANSFORMADO PELA GUERRA

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
"O SENTIDO DA VIDA" - TRANSFORMADO PELA GUERRA	Crescimento pessoal	Mudanças pessoais e profissionais
	Estigmatização	Marcas Físicas e psicológicas

QUADRO 5 - "A CONDIÇÃO DE ANTIGO COMBATENTE NA VELHICE"

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
A CONDIÇÃO DE ANTIGO COMBATENTE NA VELHICE	Satisfação com a vida e com as memórias de guerra	Orgulho em ter sido Combatente
		Os convívios com os outros camaradas
	O papel das Associações no apoio ao Combatente	A necessidade de se associar à Liga dos Combatentes
	Marcas de guerra na Velhice	Stress Pós traumático Depressões Ansiedade
	O Reconhecimento ao Combatente	Os benefícios ao antigo combatente
		O silêncio face à Guerra Colonial

No que respeita às entrevistas realizadas com os técnicos, a investigadora seguiu o mesmo procedimento que com os antigos combatentes - adotou uma postura pouco interventiva, uma vez que o seu objetivo era o de conhecer "o olhar" dos técnicos do CAMPS sobre o antigos combatentes e a forma de atuação dos Centros.

Os dois técnicos entrevistados são ambos militares e desenvolvem o seu trabalho em regime de *part time*, com carácter voluntário. Pertencem a CAMPS diferentes, com realidades muito distintas em termos de dimensão associativa.

O técnico 1 tem 49 anos a sua formação académica é em psicologia. Entrou para o CAMPS em 2011 e anteriormente tinha desenvolvido atividade como psicólogo, mas fora da Instituição Militar.

O técnico 2 tem 36 anos, a sua formação é em Educação social e iniciou a atividade profissional no âmbito de um acordo técnico militar entre Portugal e Angola, no Hospital militar. Terminado o estágio ingressou na carreira militar e continuou a desenvolver funções de assistente social no Hospital Militar. Como oficial, para além da ligação à atividade militar, nomeadamente dar formação aos pelotões, estava também afeta à secção do pessoal, onde prestava serviços de apoio social aos militares, nomeadamente em situações em que era necessária intervenção do serviço social, assistência na família, em termos económicos, situações de adaptação a todas as rotinas militares, morte de familiares, resolução de questões legais, tais como licenças de amamentação em mulheres militares, entre outros casos.

O desenvolvimento das entrevistas com cada um dos técnicos foi diferente. No que concerne ao psicólogo este cingiu-se muito à sua função como psicólogo, contudo foi um diálogo muito rico em informação sobre o trabalho no Centro e as suas expetativas, não

havendo necessidade de grande orientação relativamente ao guião previamente elaborado. A entrevista com a Assistente Social foi mais informal, tornando-se assim reveladora de toda a envolvente emocional associada à atuação profissional que acontece no trabalho realizado pelo Centro.

À semelhança do procedimento seguido nas entrevistas com os antigos combatentes, após transcrição das entrevistas procedeu-se à categorização dos dados recolhidos, que teve como base a estrutura do guião de entrevista utilizada para os técnicos. Foram criadas três categorias, respetivamente PERCURSO NO CAMPS, O COMBATENTE DO CAMPS e por último A AÇÃO GLOBAL DO CAMPS. De seguida apresentam-se os quadros que mostram a forma de organização de cada uma das categorias construídas:

QUADRO 6 - "O PERCURSO NO CAMPS"

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
O PERCURSO DO TÉCNICO NO CAMPS	Motivação	Altruísmo Ser militar Formação Académica

QUADRO 7 - "O COMBATENTE DO CAMPS"

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
O COMBATENTE DO CAMPS	As vulnerabilidades	O pós-reforma
		Fragilidades psicológicas Fragilidades sociais
	O diagnóstico e os Apoios	Ouvir e encaminhar o combatente Apoio Social Terapia em grupo Terapia Individual

QUADRO 8 - "A AÇÃO GLOBAL DO CAMPS"

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
A AÇÃO GLOBAL DO CAMPS	Suprir as lacunas do passado	Apoio psicológico
		Apoio social
	A relação entre o CAMPS e as outras Instituições	Cooperação
	Visibilidade Social e Política	Reconhecimento ao Combatente

CAPÍTULO IV - NARRATIVAS DE VIDA MARCADAS PELA GUERRA: RELATOS BIOGRÁFICOS

Este capítulo está dividido em dois subcapítulos. No primeiro, procede-se à caracterização sociodemográfica dos participantes e no segundo faz-se a apresentação das categorias construídas com base nos testemunhos obtidos, dando conta da realidade vivida por estes homens (com relevância para o período de mobilização na guerra), das suas interpretações face a essa experiência e do seu significado durante o percurso de vida e, em particular, no tempo presente, enquanto idosos. Como dizem os autores Albarello *et al* (1995, p.230), "não se trata de «demonstrar» qualquer coisa, de verificar hipóteses previamente elaboradas, mas antes de produzir conhecimentos novos respeitantes a este ou àquele aspeto da realidade social encarada".

4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES

Os participantes neste estudo residem todos na região do Alentejo e são sócios da Liga dos Combatentes - Núcleos de Estremoz, Évora e Portalegre. As razões deste contexto de seleção estiveram relacionadas com a maior facilidade de recolha de dados, por parte da investigadora. São homens que nasceram na década de 1940 e que partiram para as colónias com idades entre os 20 e os 23 anos. O tempo de permanência nas colónias varia entre os 21 e os 25 meses.

No que respeita às origens sociais, todos provêm de contextos familiares muito humildes, com fracos recursos económicos e maioritariamente inseridos no meio rural.

O grupo de homens que participaram neste estudo apresenta escolaridade bastante baixa, em que a grande maioria (75%) frequentou apenas a 4ª classe. São todos reformados (um deles já pensionista desde os 23 anos de idade) e, em relação à profissão que desenvolveram até ao momento da reforma, na globalidade reflete de alguma forma a baixa escolaridade, com exceção de um participante que, após o serviço militar e por força das circunstâncias, aumentou a sua formação académica e desenvolveu uma profissão equiparada às suas habilitações literárias e de outros dois indivíduos que desenvolveram profissões mais qualificadas.

Os participantes, na sua maioria, não foram voluntariamente para as Forças Armadas, apenas 25% foram voluntários. Relativamente ao ramo das Forças Armadas em que estiveram incorporados, 75% dos participantes pertenceram ao Exército e 25% às Forças Especiais de Paraquedistas. Na sua globalidade todos pertenciam à categoria de praças, à exceção de um participante que chegou a sargento. No que respeita às colónias onde

estiveram mobilizados, Moçambique foi a mais representada (41,7%), seguida da Guiné (33,3%) e Angola (25%).

Os participantes são todos casados, com filhos (à exceção de um que é viúvo e outro que é casado, mas não tem filhos) e maioritariamente vivem só com a esposa, uma vez que os filhos já saíram de casa, uns por razões profissionais, outros porque já constituíram família (à exceção de um, que vive com a esposa e filha que apresenta grave problema mental). No presente, mais de metade dos participantes (58,3%) dedica-se a pequenos trabalhos relacionados com a agricultura (pequenas hortas), por prazer e como forma de passar o tempo, enquanto os restantes (41,7%) desenvolvem uma atividade que os ocupa a tempo inteiro, alguns com funções de chefia e outros como voluntários em Instituições. Passa-se de seguida à apresentação de uma tabela com apresentação dos dados descritos anteriormente.

QUADRO 9 - CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES

Nome	Idade (Anos)	Naturalidade	Hab. Literárias	Profissão	Posto Militar	Colónia
Sr. Ardina	75	Estremoz	Lic. História	Professor	Sargento Paraquedista	Angola
Sr. Madeira	69	S. Bento do Cortiço/Estremoz	4ª Classe	Carpinteiro	1ª Cabo Paraquedista	Moçambique
Sr. Aníbal	71	Estremoz	4ª Classe	Pensionista p/Invalidez	Soldado Paraquedista	Angola
Sr. Mota	71	Estremoz	4ª Classe	Motorista	Soldado Exército	Guiné
Sr. Mata	65	Ponte Sôr/Portalegre	4ª Classe	Téc. Telecomunicações	Soldado Exército	Moçambique
Sr. Salvador	69	S.Tiago Rio de Moinhos/Estremoz	4ª Classe	Charcuteiro	Soldado Exército	Guiné
Sr. Velhinho	76	Évora	3º Ano Curso Industrial	Vigilante de Museu	1º Cabo Exército	Moçambique
Sr. Magro	67	Vale Verde/Évora	4ª Classe	Operário Fabril	1º Cabo Exército	Moçambique
Sr. Marquês	66	Évora	3º Ano Curso Industrial	Eletricista de Automóveis	1º Cabo Exército	Guiné
Sr. Aguiar	72	S. Bento de Ana Loura/Estremoz	4ª Classe	Revisor (Rodov. Nacional)	Soldado Exército	Moçambique
Sr. Isabelinho	65	Portalegre	4ª Classe	Tecelão de 1ª	Soldado Exército	Guiné
Sr. Mourato	68	Portalegre	4ª Classe	Operário Químico	1º Cabo Exército	Angola

4.2 RELAÇÕES FAMILIARES E CONDIÇÕES DE VIDA

A construção desta categoria pretendeu retratar as vivências pessoais e familiares nas décadas de 40 e 50 do século XX, período em que decorreu a infância e adolescência dos participantes do estudo, como forma de melhor perceber os padrões comportamentais assumidos pelos participantes ao longo da sua vida e o grau de resiliência face a situações adversas. Após analisadas as transcrições pode-se constatar que durante os primeiros anos de vida destes homens, até irem para a tropa, todos experienciaram condições de vida muito difíceis.

4.2.1 "Falta de muita coisa básica para uma vida normal..."

Até aos anos 60 do século XX, viviam em Portugal dois tipos de sociedades. Uma urbana, situada no litoral, em processo de modernização, com acesso ao mundo exterior, mais industrializada e a apostar na alfabetização da sua população. A outra, a sociedade rural, estava "dispersa" pelo interior do país, sem acesso ao consumo e informação e em que a base das relações humanas e sociais assentava na família e costumes (Barreto, 2002).

No interior Alentejano, de onde são naturais todos os participantes, vivia-se num grande isolamento face ao resto do país, as famílias eram numerosas e vivia-se com muitas dificuldades económicas. A agricultura era o principal meio de subsistência e grande parte das vezes mal dava para alimentar todos os elementos da família. Segundo Bandeira (2014 pp.22-23) as famílias *"angariavam o seu sustento exclusivamente da terra, explorando as suas pequenas parcelas ou trabalhando à jorna para um patrão. Não eram assalariados, não tinham rendimento assegurado, dependiam de uma economia de subsistência"*.

As relações familiares eram muito conservadoras, com valores morais muito rígidos. Era exigida aos filhos grande disciplina e em muitos casos eram aplicados castigos como forma de garantir uma posição de obediência por parte dos mais novos em relação aos mais velhos. Contudo, apesar das dificuldades económicas e de relações familiares com papéis sociais bem definidos, a grande maioria refere que o ambiente familiar era bom, de grande proteção por parte dos pais, sem castigos. Situação que pode ser constatada pelos seguintes testemunhos:

"Morei no campo (...), muito perto aqui da cidade (...) havia muito isolamento... Somos cinco irmãos, os meus pais eram rurais (...) o meu pai trabalhava de sol a sol (...) a minha mãe na horta e a tratar de nós (...), eu aos 8 anos ia aos desperdícios, aquilo que as pessoas não querem do jantar e a gente ia dar aos porcos (...), antigamente havia pouca quantidade e muita qualidade (...), eu andei de pata descalça até aos doze anos (...)" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho)

"Nasci e morei num monte, localidade muito pequena e isolada, na altura tinha 80 ou 90 habitantes, mas havia muita criança... era uma relação muito boa, ainda me lembro do dia em que apanhei a camioneta para ir para a tropa, abracei o meu pai três vezes e nunca mais o vi (...) ele morreu enquanto eu estava lá em Moçambique (...) os meus pais eram agricultores, trabalhavam na horta, na seara (...) trabalhavam muito, nunca nascia o sol na cama, mas à sua maneira tentavam que não faltasse nada aos filhos, principalmente atenção, eram muito compreensivos" (Entrvt. 11 Sr. Aguiar);

"Morei no campo, fui criado num monte isolado, naquela altura estava tudo povoado, havia monte a 2 km, outro a 3 km sou o último de 6 irmãos, a relação com o meu pai era praticamente nula, ele era feitor de um lavrador, saía de madrugada (...), nunca me senti desprotegido, porque tinha os meus irmãos mais velhos que ajudavam em relação aos estranhos (...), o meu pai era muito exigente com os filhos quando estava em casa, mas nunca foi de castigar os filhos" (Entrvt. 2 Sr. Madeira);

Contudo, houve participantes que testemunham ter recebido alguns castigos, mas não apresentam sentimentos de revolta, de injustiça, considerando até que esse aspeto na sua educação os tornou mais responsáveis e os fez amadurecer mais rápido.

"Morava no meio rural, era mesmo no campo... a relação com os meus pais era boa (...), família grande, muita pobreza (...), naquele tempo vivia-se assim, éramos cinco filhos, eu era o do meio (...), nos anos 60, tudo o que ia para casa era ganho, era a necessidade da vida, nem que fosse uma bolota (...) a disciplina e os castigos que havia fez-me crescer como homem" (Entrvt. 5 Sr. Mata).

"Morava na aldeia, meio rural... boa relação, basicamente pobre (...) apesar da falta de muita coisa básica para uma vida normal, já era uma relação muito boa (...) a rigidez era o termo de responsabilidade, da disciplina (...) ainda hoje considero isso, é necessário alguma rigidez na educação dos filhos" (Entrvt. 6 Sr. Salvador);

Os testemunhos apresentados são de participantes que moraram no meio rural. Contudo mesmo nas cidades do interior, já menos isolados e com mais informação e possibilidade de ter acesso a outros empregos, a vida em termos globais era muito semelhante em termos de precariedade de condições de vida e de relacionamento com os filhos.

"Morei sempre em Estremoz, mas isto naquela altura era praticamente campo... os meus pais eram pessoas muito boas, mas muito boas mesmo, nunca bateram nos filhos (...), tinha cinco irmãos, eu era o mais novo (...) eram pessoas muito dadas com os filhos, sempre a acarinhá-los dentro das dificuldades que tinham" (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"Morei sempre em Estremoz, os meus pais eram pessoas humildes, o meu pai era pastor (...) era uma pessoa muito liberal, pôs-me a mãozinha em cima quatro vezes e em todas elas tinha mais que razão, isso fez-me crescer, tornar-me mais responsável (...), a minha geração era muito de saber respeitar e ouvir os mais velhos, logo desde cedo, éramos até criticados pela sociedade quando não o fazíamos." (Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

Desta forma conclui-se que apesar da origem social humilde, que é transversal a todos, o sentimento latente na globalidade dos testemunhos é que a infância foi uma idade feliz e normal como a das outras crianças. Nesses tempos a grande maioria das famílias do interior vivia em condições semelhantes ou piores e portanto aquela forma de vida representava a normalidade para a maioria das crianças e adultos.

4.2.2 "Logo que a gente deitasse corpo íamos trabalhar e ajudar lá para casa"

No que respeita à educação, em 1960, existiam em Portugal cerca de 40% de analfabetos. Apesar de a escolaridade obrigatória ser a 4ª classe para os rapazes e 3ª classe para as raparigas (foi só a partir de 1964 que a escolaridade obrigatória passou para 6 anos), estava longe de ser cumprida, principalmente nas classes mais pobres, em que grande parte das crianças apenas concluíam o ensino primário e cedo ingressavam no mundo do trabalho. Era este o cenário social que caracterizava a grande maioria dos jovens que combateram na guerra do ultramar. De acordo com um estudo exploratório realizado pela Liga dos Combatentes, entre setembro de 2008 a julho de 2009, a um grupo de 750 ex-combatentes do ultramar (correspondendo a 1,3% do total de associados da LC), com idade média igual a 64,49 anos, verificou-se que 46,3% dos inquiridos tinham apenas o ensino primário, 17,3% tinham a frequência do secundário, 13,4% possuíam o secundário completo, 10,7% tinham curso médio ou superior e 8,8% um curso profissional.

O contexto atrás relatado foi o cenário que caracterizou todos os participantes deste estudo. Todos deixaram a escola logo após a conclusão da 4ª classe - uns arranjam emprego ou iniciaram a aprendizagem de um ofício, como aprendizes, e desta forma contribuíam para sustento da casa, como podemos verificar pelos testemunhos que se apresentam:

"O meu sonho era ser artista, queria ser escultor (...), os meus pais não tinham dinheiro suficiente para fazer o exame de admissão, de modo que acabei a 4ª classe com 10 anos e fui aprender canteiro, não pude ser escultor" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"Os meus pais não tinham possibilidades nenhuma de mandar ensinar os filhos, eles não ganhavam nada, nada (...), nem havia reforma (...), logo que a gente deitasse corpo íamos trabalhar e ajudar lá para casa (...), eu fui o único que fiz a 4ª classe, os meus irmãos, uns nem sabem ler e outros aprenderam qualquer coisinha, mas de adultos..." (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"Comecei a trabalhar com 11 anos (...) de modo que trabalhei nos lavradores aqui da zona (...), isto para arranjar para a sopa (...) a dormir lá nos lavradores (...) eu era o mais velho de três filhos, eu e mais duas irmãs e por isso cabia-me a mim sempre mais responsabilidade (...) ainda hoje as minhas irmãs me pedem conselhos (...), depois mais tarde fui para uma pedreira, com 17 anos já estava como mestre (...), mas não era serviço que eu ambicionasse para a vida, nessa altura os acidentes nesses sítios aconteciam a toda a hora e era uma vida muito dura (...) metido no buraco, fizesse sol ou chuva" (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

"Eu acho que nunca passou pela cabeça dos meus pais eu continuar a escola, nem na minha, era assim para toda a gente, principalmente os do campo (...) primeiro não havia dinheiro e depois era mais algum que entrava lá para casa (...)" (Entrvt. 5 Sr. Mata)

Na escola do Estado Novo, época em que os nossos participantes viveram a totalidade da sua infância, assim como os seus pais, de acordo com Rosas e Brito (1996, cit, por Lemos 2014, p.3) *"pontificava-se o princípio de que cada um devia ser educado de acordo com o seu estatuto social de forma a evitar desencadear novas expetativas sociais e minimizando os efeitos de uma hipotética utilização do capital escolar como fator de mobilidade social"*. Neste sentido o próprio contexto em que se vivia e o facto de os pais saberem ler e escrever, ou não, contribuíam para uma maior ou menor valorização dos estudos.

Desta forma percebe-se que o regime em que se vivia privilegiava apenas o prosseguimento dos estudos nas classes mais altas, o que se refletiu em taxas de analfabetismo elevadíssimas.

Segundo Teodoro (2001, cit. por Lemos, 2014, p.5), a taxa de analfabetismo em 1950 atingia,

"40% da população maior de 7 anos e eram atribuídas às virtudes do povo português [...]. O analfabetismo, mormente entre as populações rurais, é devido a circunstâncias de diversa natureza, mas a sua mais funda razão de ser reside [...] no facto de o nosso povo, pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua atividade, não sentir a necessidade de saber ler" (Plano de Educação Popular, 1952, cit. por Lemos, 2014, p.5)

No caso dos nossos participantes, o seu meio envolvente era o meio rural, onde o trabalho que existia estava quase todo relacionado com as tarefas agrícolas e por isso os estudos eram pouco valorizados. Não existia necessidade de saber ler, mas sim de força física, como refere um dos participantes.

"(...), eu só fiz até à 4ª classe, naquela altura havia muito trabalho no campo e portanto não havia necessidade nenhuma de se saber ler, mas sim de robustez física (...) as minhas irmãs nem isso, porque o destino delas era casar e tomarem conta da casa e dos filhos (...)" (**Entrvt. 2 Sr. Madeira**).

"Quando fiz a 4ª classe comecei a trabalhar (...), não havia possibilidades de continuar a estudar, nem havia esse hábito (...) os meus pais não sabiam ler nem escrever e achavam que não fazia falta" (**Entrvt. 10 Sr. Aguiar**).

"(...) os pais de ontem tentavam fazer com que a gente não passasse fome e eram essas as suas preocupações, não havia tanta informação e nunca pensaram mandar à escola (...), isso era só para os ricos, os filhos dos lavradores (...), mas as coisas foram mudando e até já os professores insistiam e foi assim que o meu irmão mais novo foi um bocadinho mais à frente (...) já teve outras possibilidades (...) mas olhe depois em casa também não havia ninguém que o ajudasse e a coisa não ia muito além." (**Entrvt. 11 Sr. Isabelinho**).

"Quando fiz a 4ª classe comecei a trabalhar (...), comecei por ajudar o meu pai na horta, lavrava a terra, depois um pouquinho mais tarde fui trabalhar com o meu avô, que era feitor numa herdade (...), eu nem sei se gostava, não havia mais nada, fazia o que via fazer (...), não tinha outra ambição (...) nós estávamos muito isolados, nem transportes públicos tínhamos (...) só muito de vez em quando é que íamos a Estremoz, a pé, pelos atalhos, aos mercados (...) trabalhei aí até ir à tropa" (**Entrvt. 10 Sr. Aguiar**).

4.3 MOTIVAÇÕES PARA A GUERRA

Entre 1961 e 1974 a "Sociedade Portuguesa" envolveu-se num conflito armado, naquilo a que se designou por Guerra Colonial. Esta desenrolou-se entre as tropas Portuguesas e os movimentos de Libertação das colónias africanas, Moçambique, Guiné e Angola.

De acordo com Carreiras (2013, p.13),

"Durante os treze anos de guerra, Portugal mobilizou o equivalente a cerca de 1% da sua população. Homens portugueses, dos 18 aos 40 anos, iam «às sortes», expressão associada à inspeção militar, a fim de saberem se estavam aptos ou não para o serviço militar, e muitos deles participaram na guerra".

Nos anos 60, em Portugal, qualquer jovem com a idade de 20 anos vivia na iminência de ir para a guerra. Para alguns, esse destino era uma oportunidade de crescimento e enriquecimento pessoal (o povo costumava dizer que era na tropa que se faziam os homens) e a forma mais honrada de servir a sua Pátria, contudo para outros representava um atraso nas suas vidas e a participação numa guerra com a qual não concordavam, o que levava alguns, os que conseguiam, a fugir do país.

Em geral, os jovens portugueses que partiam para África iam absorvidos em sentimentos de dever para com a Pátria, de receio pela pouca informação a que tinham acesso e que lhes revelava um inimigo sem escrúpulos, um "terrorista", mas também uma oportunidade de mudar de vida, apesar do risco de vida que poderiam correr, pois muitos deles tinham vivido toda a sua vida em pequenas povoações, onde muito pouco se passava, a não ser a rotina diária da vida agrícola e que para eles se afigurava pouco ambiciosa.

Existia por parte dos militares como que uma aceitação do cenário de lutas e sacrifícios, que implicava na maioria dos casos a separação das famílias, pois para a grande maioria dos jovens portugueses, até irem para a tropa, toda a sua vida tinha sido dura e difícil e portanto a sua capacidade de enfrentar adversidades desde sempre tinha sido posta à prova.

4.3.1 "Defender o que era nosso..."

Para a grande maioria dos jovens militares portugueses era uma honra e um grande orgulho ser militar e lutar pelo seu país. A ideia do dever de defender a Pátria estava muito divulgada pelo regime vigente e inculcada em cada português, situação que se confirma com os relatos que se apresentam:

"Estávamos mentalizados que tínhamos de ir, éramos patriotas (...), porque até na escola na disciplina de história nós estudávamos os rios, os caminhos de ferro, tudo aquilo era Portugal e íamos defender o que era nosso (...)" **(Entrvt. 2 Sr. Madeira).**

"(...) não tínhamos sentimento de revolta, não tínhamos sido preparados para isso, o nosso sentimento era essencialmente salvar a nossa pele (...), lá era feita muita propaganda contra os terroristas e portanto nós estávamos ali para defender a Pátria amada e lutar contra os terroristas" **(Entrvt. 3 Sr. Aníbal).**

"A gente estava todos contentes uns com os outros, porque naquela altura «eh, vamos às inspeções», a gente tinha muita alegria de ir às inspeções (...), quando íamos às inspeções uns ficavam apurados, outros adiados e outros livres (...), eu fui logo apurado (...), para se ficar livre era preciso ter problemas (...), mas eram poucos (...) porque aquilo lá estava iminente (...), os que ficavam livres ficavam muito, muito tristes (...) eu quando soube que tinha sido mobilizado para a Guiné já se ouvia alguma coisa, mas pouco (...), a minha mãe coitadinha é que chorou e eu dizia-lhe «deixe lá isso, não há de ser nada», mas eu fiquei a pensar «eh, agora dois anos fora daqui», eu nem sabia onde ficava a Guiné, não tinha ideia nenhuma (...), pronto (...), mas a falar uns com os outros animávamos (...), «eh pá, não desmoreças, não estejas lá a pensar nisso, então a gente vamos todos juntos, há de ser o que Deus quiser» (...), estávamos muito orgulhosos de ir lá, de ir defender a Pátria, mesmo com aquele ritmo de vontade de ir lá e voltar cá com outras capacidades profissionais" **(Entrvt. 4 Sr. Mota).**

"(...) a minha geração cresceu com a guerra, sabíamos que se tudo corresse bem íamos parar lá com os costados (...), só pensávamos «vamos, agora não sabemos é se voltamos» (...), era uma obrigação que tínhamos como portugueses, defender aquilo que era nosso" **(Entrvt. 5 Sr. Mata).**

"Já tínhamos na nossa mente o ir para a tropa, isto para darmos um passo a sermos homens (...) porque como se dizia «era ali que se formavam os homens, era ali que os homens deixavam o medo, era ali que os homens eram mais homens uns com os outros e aquela obrigação dos superiores de ter um quarto de hora para se formar (...) e isto e aquilo (...) fez de nós realmente homens verdadeiros com responsabilidade» (...), em 66, quando soube que ia para a Guiné, não era bem para aí que eu queria ir (...), já se ouvia dizer que a Guiné era das três províncias a mais perigosa (...) e mais pobre (...), mas para esses lados não havia padrinhos e foi para aí que eu fui para ir defender a minha Pátria" **(Entrvt. 6 Sr. Salvador).**

"Fui às inspeções, tinha 18 anos e fui apurado (...) e fiquei muito feliz (...) quem é que não ficava contente! (...), só não ia à tropa quem era um inválido, um cego ou um coxo, porque toda a gente achava que eu não era chamado (...) eu era muito fraquinho, o meu pai dizia-me assim «o meu filho se for à tropa morre, não pode com a mochila» (...) eu era um gaiatinho, e até disse lá ao sargento «olhe que eu quero ficar apurado» isto para dar nas vistas ao meu pai (...), para mostrar que era capaz e que era tão homem como os outros" **(Entrvt. 8 Sr. Magro).**

"Eu quando assentei praça mentalizei-me logo que mais cedo ou mais tarde ia para o ultramar (...) naquela altura já era tudo apurado (...), depois vínhamos para a nossa terra e fazíamos um baile, que era o baile da inspeção, andávamos pela aldeia com o bombo, era um momento importante na vida dos rapazes (...), era um orgulho para todo o jovem português poder defender a sua Pátria (...), aqueles que não eram apurados ficavam muito, muito tristes e sentiam-se inferiores a nós, acho eu (...) o ir para a tropa era também uma forma da passagem a homens de verdade. **(Entrvt. 12 Sr. Mourato).**

Pelos relatos apresentados percebe-se claramente o sentimento de obrigação para com a Pátria amada, pois deles dependia a defesa do que pertencia a Portugal e, simultaneamente, era a partir daí que eram reconhecidos publicamente como verdadeiros

homens. De acordo com a cultura da época os que não eram apurados eram olhados como menos capazes e de alguma forma menos homens.

4.3.2 "A Tropa podia salvar a nossa vida..."

Para uma grande parte dos jovens nos anos 60, o cumprimento do serviço militar afigurava-se também como uma porta de entrada para um futuro escolar e profissional, principalmente por parte daqueles que não tinham poder económico e que viviam no meio rural, constituindo-se como uma alternativa à vida no campo, pobre e sem futuro. Estes jovens ambicionavam uma vida diferente da dos seus pais e por isso o ser combatente era uma forma de sair do isolamento onde viviam e uma oportunidade de mudar de vida. Quando regressassem poderiam ter mais facilidade em entrar para a guarda-fiscal, para a guarda republicana e até para um emprego na função pública, ou seja para uma profissão que desse mais segurança, com vencimento certo, com direito a reforma, a férias, por outras palavras, que melhorasse as condições de vida.

Os testemunhos que se apresentam de seguida são reveladores desta motivação:

"O alistar-me na tropa foi por vontade própria (...), o espírito de aventura de um jovem com 18 anos, mas também uma forma de mudar de vida, porque sabia muito bem como se vivia, não era uma questão de servir o país, no meu caso e dos meus companheiros, era mais o orgulho de pertencer a uma tropa de elite, éramos poucos, o meu nº de diploma de paraquedista, o brevê era o 312, éramos os pioneiros, era mais o orgulho de sermos os melhores deste país, quer física, quer psicologicamente (...)" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"As coisas começaram a mudar no Alentejo (...), a agricultura começou a mecanizar-se (...), apareceram os tratores e outras máquinas e a austeridade que hoje falamos começou na agricultura (...), já não eram precisas tantas pessoas (...), e eu comecei a ver que o meu futuro não estava ali, não podia estar de maneira nenhuma (...), a guerra tinha começado e não havia ninguém que escapasse (...), tinha 17 anos ainda não tinha ido às inspeções e comecei a planear a maneira de passar o tempo de guerra o melhor possível e depois ter outro tipo de vida. Aquela tinha acabado e eu não a queria (...), fui tentando perceber qual seria a menos perigosa (...), fui conversando com outras pessoas (...), a marinha seria a mais fácil, mas não me seduzia (...) até porque nem sabia nadar e apareceu a hipótese de ir para os paraquedistas e para aí só se ia como voluntário (...), por isso antecipei a minha ida para a guerra escolhendo o ramo que achei que seria melhor para mim" (Entrvt. 2 Sr. Madeira).

"(...), sabia que mais cedo ou mais tarde iria para a tropa e como não tinha nenhum ofício certo, achei que se me oferecesse para os paraquedistas (porque tinha amigos que tinham ido para a força aérea), aos 21 anos estaria cá fora e podiam-se abrir portas e estava convencido que era aquilo que eu queria, sabia das minhas capacidades físicas e psíquicas e era aquilo que queria seguir" (Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

"Eu queria ir para a tropa, para sair daquele isolamento que tinha (...) para melhorar a minha vida (...) eu tinha a noção que o ir para a tropa podia salvar a nossa vida (...) ir para a guarda republicana, para a guarda fiscal ou ter um emprego no serviço, podia ter depois um emprego que me desse mais garantias, uma reforma, férias (...) porque naquela altura um trabalhador rural não tinha nada (...)" (Entrvt. 10, Sr. Aguiar).

"A gente naquela altura queríamos crescer para ir para a tropa (...), havia pouca informação, mas havia muita curiosidade, queríamos sair, saber o que era (...) a aceitação de um mobilizado era natural, se fosse hoje nós se calhar ficávamos a tremer, mas naquela altura queríamos mudar, a gente queria ir conhecer (...) eu com a idade que tenho andei quatro vezes de avião (...) se não tivesse ido para a tropa nunca tinha andado (...)" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho)

A tropa significava também a possibilidade de aumentarem as suas habilitações literárias, oportunidade que tinha sido negada à grande maioria, associada às suas origens humildes e com fracos recursos, como refere Almeida (2013, p.42),

"[...] o analfabetismo ainda era muito visível, mesmo naqueles com idade de cerca de 20 anos, idade com que ingressavam no serviço militar [...] muitos sabendo ler e escrever, não tinham o exame do 2º grau, ou seja, da 4ª classe e, por esse motivo, durante a guerra, foram obrigados a frequentar aulas, que eram ministradas por militares. Calcula-se que cerca de 10% dos setecentos mil, que estiveram na guerra, melhoraram as suas habilitações literárias. [...] assim como outros tiveram oportunidade de aumentar as suas habilitações, tanto ao nível dos liceus ou escolas técnicas. Pelo menos enquanto se encontravam sediados em cidades [...]".

Os excertos que se apresentam retratam muito bem esta realidade:

"Aumentei uma parte das minhas habilitações no tempo em que estive no ultramar e foi assim que progredi na carreira militar, como passávamos algum tempo em Luanda, tinha tempo para ter explicações e propor-me a exame e cheguei a sargento (...)" (Entrvt. 1 Sr. Ardina)

"Enquanto lá estive ainda tentei aumentar as minha habilitações, mas eu estive quase sempre em zona operacional e, mesmo nas alturas de descanso, não dava muito jeito pegar nos livros, nem tinha vontade, isso era mais para os que estavam nos quartéis-generais, nas cidades (...)" (Entrvt. 2 Sr. Madeira).

Em todos os testemunhos aqui apresentados se verifica a mais-valia que o ir para a tropa poderia oferecer, principalmente para estes jovens de origens mais humildes. Eles tinham plena noção dessa realidade, pois nessa altura era uma alternativa (senão a única) que tinham ao seu alcance para terem uma vida melhor do que a dos seus pais e fora da agricultura.

4.3.3 "Virei, não Virei..."

Embora para a grande maioria dos jovens oriundos do meio rural a tropa fosse uma espécie de trampolim para alcançar outro futuro, para alguns essa obrigação para com a Pátria não era vista com satisfação, mas sim com algum desânimo, de rutura com a família e com projetos profissionais, como podemos verificar pelos testemunhos que se apresentam:

"Quando fui mobilizado para Moçambique (...), o sítio para onde ia não tinha importância, (...) cheguei a Évora lavado em lágrimas (...) porque o meu tempo estava praticamente no fim, eu era para sair em setembro (...) isso foi o que me revoltou mais (...), porque já tinha planos para voltar para Évora, para o meu trabalho certo na câmara, mas eletricitas havia poucos, de modo que não podia dizer que não naquele tempo, senão era dado como reacionário e ia para o Forte da Graça, em Elvas" (**Entrvt. 7 Sr. Velhinho**)

"Eu tirei o curso de rádio montador, reparava os rádios dos rádios telegrafistas, aqueles que iam nas operações e que depois comunicavam com as forças de auxílio (...), nós só entrávamos em ação em último recurso (...) tirei uma nota boa e na minha cabeça era que já não ia para ali (...) volto para Évora para o posto de transmissões do R16, aquilo era uma maravilha, aquilo era um emprego que eu tinha (...), quando a ordem vem que eu me tinha de apresentar em Stª Margarida foi complicado (...) porque já tinha 13 meses de vida militar e em 70 vou (...), o maior drama da minha vida foi o dizer à minha mãe que estava mobilizado e que ia para a Guiné (...) eu sentia revolta dentro de mim e dizia «mas que mal fiz eu, para me mandarem para ali» (...) a minha mãe coitadinha chorava (...), quando abalo daqui, quando o barco se faz ao rio (...) uma angústia total, pensava «virei, não virei, entrei um bocado em desespero», eu não comia, eu não bebia, entrei em paranoia, foi terrível (...) só normalizei quase a chegar à Madeira, onde fomos buscar uma companhia de madeirenses (...) a partir daí houve qualquer coisa cá dentro que me disse «eh pá, dá a volta a isto, porque senão morres antes de chegares»" (**Entrvt. 9 Sr. Marquês**).

4.4 PARTICIPAÇÃO NA GUERRA - COMPETÊNCIAS E VULNERABILIDADES

Para a grande maioria dos jovens na década de 60 a expectativa de ir para a tropa era aguardada com grande ansiedade. Contudo, o conhecimento do que se passava nas colónias era praticamente nulo, situação que se verificava principalmente na população rural, contrariamente ao que se passava com a classe estudantil universitária e citadina, pelo mais fácil acesso à informação.

Os relatos que se apresentam dão prova dessa realidade:

"A preparação militar foi muito grande, mas não tínhamos noção nenhuma do que íamos na realidade encontrar, tanto que todos nós pensávamos que «quando chegávamos lá dávamos duas ou três bofetadas nos pretos e vínhamos embora»" (**Entrvt. 3 Sr. Aníbal**).

"Nessa altura não havia conhecimento do que se passava lá fora (...) estava tudo no segredo dos deuses (...) tínhamos receio da PIDE (...), havia muito medo, até para ouvir rádio tínhamos dificuldade, as notícias eram todas muito poucas e a respeito da guerra zero (...) não havia divulgação do governo, mas a eles também lhes convinha isso... não é!" (**Entrvt. 5 Sr. Mata**).

"Em 61 fui para Moçambique e nessa altura ainda não havia guerra (...) eu naquele tempo de tropa em Lisboa ia fazer instalações elétricas no quartel, em casa dos oficiais (...) só peguei numa arma durante a recruta e de três em três meses fazíamos exercícios (...), portanto foi já lá que me preparei e tínhamos as piores armas que podiam haver (...) quando fomos não tínhamos noção nenhuma do que se ia encontrar, era como se fossemos fazer um passeio (...) nem ninguém nos dava explicação nenhuma (...) quando lá chegámos aquilo foi uma desolação (...) ficámos completamente no mato, a primeira ordem foi a de fazer uma vedação em volta do aquartelamento, porque naquele sítio passava bicharada (...) animais de lá (...) a vila mais próxima ficava a três quilómetros (...) era só as palhotas dos pretos (...) éramos à volta de 150 homens, de vez em quando íamos fazer treinos, mas já muito tempo depois de lá estarmos, porque tivemos de esperar pelas armas que vieram depois de nós" (**Entrvt. 7 Sr. Velhinho**).

"Não tinha conhecimento nenhum do que ia viver no mato, em casa ouvia o meu irmão, mas pensava «será que é mesmo assim!?» e depois ninguém falava sobre isso (...) não tínhamos nem rádio e as pessoas só se preocupavam com os seus afazeres agrícolas (...), até quando fui para a tropa os meus superiores nunca me disseram nada, do género «olhem preparem-se que podemos encontrar isto, aquilo ó o outro», nada" (Entrvt. 8 Sr. Magro)

"Nada, a gente que vínhamos do campo (...), e eu acho que até os da cidade, não tínhamos ideia nenhuma do que era aquilo (...) eu pelo menos não (...), pensava que se seria muito quente, que íamos encontrar bicharada por todo o lado (...) agora sobre os pretos, como atacavam, como não atacavam, nada (...), era só o que eu pensava (...) nós jovens não falávamos sobre isso, também estávamos muito atrasados, não pensávamos muito e para onde se mandasse a gente ia" (Entrvt. 10 Sr. Aguiar)

"Na altura em que eu fui, em 69, já se ouvia falar qualquer coisinha, mas pouco (...) eu não tinha ideia nenhuma formada (...) as pessoas tinham muito medo de ser acusados de traidores (...) e por isso também não se perguntava (...) só se falava que a Guiné era dos piores sítios, muito pobre, clima muito pesado, mas acho que mesmo que a gente tivesse cá alguma informação, quando lá chegássemos íamos apanhar uma coisa completamente diferente" (Entrvt. 9 Sr. Marquês)

"(...) a televisão em Portugal só chegou em 59, 60, eu no campo só ouvia o rádio de plástico (...), não estávamos informados de nada, no interior a gente éramos pior do que calhau" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

"Não tínhamos noção nenhuma do que nos esperava e os nossos superiores, os oficiais também pouco conheciam, as pessoas com mais experiência naquela altura era a classe de sargentos, eram os homens que estavam mais dentro do assunto (...) por exemplo, o meu capitão era engenheiro agrónomo, o homem quando foi para o ultramar, não percebia nada de guerra, o sargento é que era a pedra base daquilo tudo" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

Denota-se pelos discursos aqui apresentados a desilusão que muitos deles sentiram quando chegaram às ex-colónias. Grande parte sentiu-se enganada e pouco preparada para o que ia enfrentar. Contudo esta perceção não é igual para todos. Para uma parte dos homens que participaram neste estudo, o tempo de recruta constituiu um momento de grande aprendizagem e preparação para a guerra, tal como refere um dos entrevistados *"a preparação para a guerra foi muito rigorosa... quando lá chegámos as coisas tornaram-se mais fáceis, estávamos automatizados"*.

Após o apuramento para o serviço militar os jovens militares eram sujeitos a um tempo de recruta, onde eram distribuídos pelas diferentes armas, nomeadamente Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Transmissões e "preparados" para a guerra até serem classificados de "Soldados Prontos".

"O processo que levava um jovem até Angola, Guiné ou Moçambique iniciava-se habitualmente logo após o final da instrução da especialidade. Para um atirador, e tanto fazia sê-lo de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia, após ser dado como pronto vinha a ordem de mobilização. A ordem de mobilização originava a guia de marcha para a unidade mobilizadora. Aí se juntavam os militares vindos dos vários centros de instrução, os graduados e os comandantes. A companhia e o batalhão já tinham um número de código atribuído e, aos poucos, surgiam os especialistas diversos, os condutores, transmissões, enfermeiros e cozinheiros, de modo a que se preenchesse o quadro orgânico respetivo.

Enquanto se formava a unidade, realizavam-se os exercícios de instrução - IAO, a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional -, com os conselhos sobre o que fazer em África para sobreviver. Recebiam-se as vacinas, o camuflado e, por fim, a unidade estava pronta." (Associação 25 de Abril, in www.guerracolonial.org).

Era durante o período de recruta que os jovens militares aprendiam a manejar as armas e eram sujeitos a treinos de simulação de cenário de guerra e era também nesse momento que alguns recebiam alguma informação sobre o que poderiam encontrar nas colónias, como podemos verificar pelos testemunhos que se apresentam:

"A preparação para a guerra foi muito rigorosa, nós tínhamos treinos como se estivéssemos lá na guerra, até cubatas nos puseram no pinhal, isto em agosto de 64, os nossos instrutores superiores davam-nos toda a informação, ao pormenor, do que se poderia lá encontrar, acho até que foi isto que não aconteceu no exército, a falta de preparação das pessoas e que levou a muitas baixas (...) portanto quando lá chegámos as coisas tornaram-se mais fáceis, estávamos automatizados, o treino foi de tal forma intenso que lá poupou muitas vidas, tínhamos de estar sempre alerta (...) nunca aparecia uma companhia com soldados acabadinhos de chegar, éramos integrados em companhias com elementos que já lá estavam e isso ajudava muito" (Entrvt. 2 Sr. Madeira).

"A preparação foi uma preparação boa, porque tínhamos as armas que utilizávamos lá, primeiro era a «Mauser» e depois de termos conhecimento é que passámos para a G3 (...) nós tínhamos um alferes que era uma coisa (...), o que ele queria era que nós fizéssemos o cross, era a gente a correr (...) quanto mais melhor, íamos para o mato, de dia e de noite, isto durou à volta de 2 meses (...) eu o pouco que soube antes de ir para lá foi pelo nosso alferes (...) era um homem extraordinário (...), era uma pessoa que sabia muito, até sabia todas as línguas (...) era pouco mais velho que a gente (...) era uma pessoa muito inteligente e ele explicava até à gente «eh pá, aquilo lá é assim, o clima é muito quente, é só bolonhas, é tudo a direito, não há serras, é tudo plano e pântanos de água», isto era o que ele dizia à gente, quanto ao resto era só mato, capim (...) e pouco se conhecia, porque a guerra na Guiné estava no início (...), só o que ele disse ainda à gente «a gente vai sem preocupação, lá somos todos irmãos» e isso animava-nos " (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"Antes de embarcar o meu batalhão e o meu pelotão em especial (...) éramos bem preparados, porque o nosso pelotão era um grupo de comando preparados por um capitão de força de comandos, vindo de Lamego (...) portanto fomos para a Guiné com a intenção de sermos bons (...) de entrar em ação (...) e assim tivemos bons oficiais que sabiam o que andavam a fazer (...) diziam-nos «nunca se esqueçam que vocês levam uma arma na mão e é para defenderem a vossa vida, porque se vocês virem outra arma apontada a vocês e se não forem mais rápidos, são vocês que marcham primeiro» (...) antes de qualquer ação reuniam-nos sempre na caserna e explicavam-nos o que íamos fazer (...), para estarmos atentos (...) para não fumarmos, porque no mato, à noite, o borrão de um cigarro era um ponto luminoso, que nos denunciava (...) e que o resto do grupo estaria à espera em determinado sítio (...) havia muito espírito de grupo" (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

Embora o tempo de recruta fosse, para um pequeno grupo, um treino rigoroso para o que poderiam enfrentar, o certo é que se percebe que para a maioria esse período foi curto e com pouca informação sobre tudo o que iriam encontrar.

4.4.1 "Eh mãe, que a gente morre aqui todos"

Os militares, uma vez chegados ao seu destino, confrontavam-se com um conjunto de adversidades, em primeira instância, as condições climáticas que lhes exigiam, numa fase inicial, a necessidade de adaptação corporal ao terreno, que desconheciam por completo (*"os combates eram no mato, onde os guerrilheiros procuraram tirar o melhor partido do meio, onde melhor se moviam e que melhor se adaptava às suas características, florestas tropicais densas, terrenos acidentados, planaltos áridos e vales profundos"*, in www.guerracolonial.org/), mas, também, a falta de meios para enfrentar o inimigo e muitas vezes a incapacidade/falta de conhecimentos para utilização correta de determinado armamento.

"As Forças Armadas Portuguesas, por fraqueza do aparelho produtivo nacional, que não dispunha nem de indústrias nem de tecnologia para as equipar, e por embargo político, que limitava as aquisições no estrangeiro, tiveram muitas dificuldades em obter os meios mais adequados para combater em África [...], o armamento existente estava obsoleto e não era o mais adequado para a guerra de guerrilha, com peso elevado, excesso de potência, vocacionado para a luta anticarro e antiaérea, munições não apropriadas." (Associação 25 de Abril, in www.guerracolonial.org/).

O excerto que se apresenta é bastante elucidativo do armamento pouco adequado com que os militares estavam equipados e da sua pouca preparação para o utilizar:

"Olhe, nós que éramos as tropas mais especiais das tropas especiais, quando fomos para Ilha do Sal, em 58, fomos armados até aos dentes, com uma espingarda de 1904 (da 1ª guerra mundial) e, à cautela, uma pistola metralhadora, que para a época era uma arma boa, mas sabíamos que estávamos mal armados (...) só quando embarcámos para Angola é que recebemos uma espingarda americana, uma arma muito boa, mas não sabíamos trabalhar com ela, só quando fui para a primeira missão é que a experimentei (...) dei uns tiros para ver como funcionava (...), outro equipamento não tínhamos, fomos para as primeiras operações com a espingarda, uma capa e as munições distribuídas pelos bolsos do camuflado e nessa altura, em 61, nós os paraquedistas éramos os únicos que tínhamos camuflados" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

A força contra a qual as tropas portuguesas se batiam criava com frequência ações de emboscada, em particular, a colunas apeadas e colunas de viaturas, ações que pelo efeito surpresa que tinham, provocavam muitas vezes, um número considerável de baixas, com gravidade. A utilização de minas era também uma prática constante por parte da força inimiga, que provocou muitos danos físicos nos soldados portugueses. A interdição das vias de comunicação era outra forma de atuação da guerrilha, para limitar o avanço das tropas portuguesas e, muitas vezes, era durante os trabalhos de limpeza das estradas/caminhos que os soldados portugueses sofriam os ataques surpresa. Também os militares portugueses acabariam, ao longo dos anos de guerra, por realizar o mesmo tipo de ações.

As operações desenvolvidas pelas forças portuguesas eram levadas a cabo por pequenas unidades de homens, com cerca de trinta homens (pelotão), que atuavam numa determinada zona. "As operações constavam de um plano de atividade operacional (PAO), que correspondiam a: defesa de pontos sensíveis; proteção de itinerários; patrulhamento; batida; limpeza de povoações; golpe de mão; emboscada e interdição da fronteira" (Associação 25 de Abril, *in* www.guerracolonial.org/).

O dia a dia dos militares nos quartéis do mato passava-se entre as tarefas de segurança, as operações e a rotina nos quartéis. O grande desgaste físico e psicológico dos militares ocorria nos locais sujeitos a grande pressão pelos guerrilheiros, não só pelas constantes investidas do inimigo, mas também pelas condições naturais adversas em que combatiam, a temperatura e humidade muito elevadas durante o dia e temperaturas baixas durante a noite, terreno muitas vezes acidentado, a densidade da vegetação, entre outras situações que dificultavam os movimentos militares quer apeados, quer em viatura.

Foi durante as operações de patrulhamento, golpe de mão e de emboscada, a maioria realizadas no mato, que aconteceu uma parte dos acidentes da guerra colonial, alguns deles mortais.

*"A coluna um a um, em fila indiana, ou «bicha de pirilau», foi a formação de combate mais utilizada pelos militares portugueses nas suas deslocações apeadas pelas matas de África. Seguir por trilho já aberto na floresta ou avançar a corta-mato era a difícil opção a tomar em cada momento da progressão [...] constituía esforço tremendo que os esgotava em poucos quilómetros, enquanto aproveitar os trilhos já batidos pelas populações ou abertos por outros militares permitia avançar com maior facilidade, mas representava risco acrescido de enfrentar uma emboscada ou mina" (Associação 25 de Abril, *in* www.guerracolonial.org/).*

Quando ocorriam acidentes, todo o processo de acompanhamento ao ferido era começado no local do acidente. Os camaradas iniciavam logo os primeiros socorros, pois cada pelotão transportava consigo equipamento básico de primeiros socorros. Os feridos, quando pouco graves, eram transportados para os postos médicos das unidades da base militar e, aí, recebiam os tratamentos necessários pelo médico que pertencia à companhia. No caso de serem graves eram evacuados por helicóptero (meio de transporte utilizado apenas para este fim), para os hospitais militares de cada colónia, ou para o hospital militar central, em Lisboa. Esta evacuação acontecia muitas vezes no mato, se as condições assim o permitissem. Relativamente aos mortos, eram transportados para a unidade da base militar e, aí, enterrados num cemitério construído pelas próprias unidades, mas outros eram enterrados no próprio local onde tinham sucumbido, por não ser possível o transporte, ou pelo facto de o acidente ter sido muito destruidor (no caso, do rebentamento de minas, houve corpos de militares completamente dilacerados).

De seguida apresentam-se alguns testemunhos que ilustram claramente as situações de perigo a que os militares portugueses estiveram sujeitos, momentos em que o contacto

com a morte foi iminente, bem como outras condições adversas com que se deparavam diariamente:

"Houve dois momentos muito difíceis, o primeiro foi quando tivemos de substituir um grupo no norte de Angola (4 ou 5 dias depois de lá estarmos), que lá estava desde o princípio (...) nessa missão morre um camarada nosso, o Quim. Foi a nossa primeira missão em socorro dos outros camaradas, para fazermos 50 km levávamos muito tempo, porque as estradas eram cortadas por árvores, as pontes eram destruídas (...) tínhamos muitas dificuldades em progredir e foi aí que sofremos uma emboscada e o nosso camarada morreu, foi o pior momento para mim, de pena, de tristeza (...). O outro momento mais dramático foi quando já todos tínhamos acabado o tempo e fomos fazer a nossa última missão, em maio de 63, no norte de Angola (...) nós vamos fazer uma operação muito grande (...), já era muito mais difícil (...), é que ao princípio era mau porque eles eram muitos, eram às centenas, mas tinham poucas armas, até costumavam avançar contra as tropas a dizer «bala de branco, não mata preto...» e havia massacres (eu nunca participei em massacres, porque foi quando estive no hospital, por causa do braço), tenho um grande amigo que fez parte dessas missões e evita falar sobre isso, não fala mesmo. Em 63, nós estávamos já melhor equipados, mas eles também (...), de maneira que, antes da missão, fomos informados que no local costumava haver muitas emboscadas, mas não foram tomadas as devidas precauções, eu vou na viatura da frente e, eles tinham uma emboscada muito bem preparada, nunca tinha visto uma coisa assim e, dispararam e dispararam e mataram-nos um rapazito que fazia 24 anos nesse dia. No meu pelotão ficámos 14 bons, o resto ficou tudo ferido, o Coimbra, o tal rapazito, nunca tinha bebido, nunca tinha fumado e nesse dia, como era a nossa última missão, tinha-o feito e pouco antes de morrer disse «agora só já quero viver mais meia horinha, para ver a minha mãezinha», mas o coitado foi atingido e morreu a caminho de Luanda, porque era fim de semana e os helicópteros não foram buscar os nossos feridos, ainda não havia nada, nem hospital militar. Foi a única vez que senti mesmo ódio pelos pretos, porque quando saltei da viatura, vi o preto que estava comandar a metralhadora e pareceu-me que ele se estava a rir e pensei «então este preto está-se a rir de nós»" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"O susto que eu mais lá apanhei, sabe qual foi (...), foi quando a gente saiu para o mato e estávamos em local em que fomos atacados (...) chamámos a aviação (...) porque quando era ataque forte chamávamos reforço, mas o piloto nem percebia onde é que a gente tava (...) fartávamos de fazer sinal e o nosso comandante a falar para lá e nós só pensávamos «eh mãe, que a gente morre aqui todos», eu via as bombas a cair cá em baixo e nós era só fazer sinal (...) «olha é aqui agora que eu morro», mas depois o piloto lá se orientou e parou com as bombas (...) e a gente nem podia sair dali, porque senão ainda era pior prá gente (...) porque ainda menos ele nos via (...) o que nos dava alguma segurança era o termos o rádio, que estava sempre em comunicação «como tá, como é que não tá» e se tivéssemos em perigo vinha logo a aviação...porque aquilo estava sempre controlado (...) outra coisa que era muito má lá era a água, não havia, tínhamos de ir aos poços (...) eu era um desgraçado, porque sempre bebi muita água e lá ainda pior (...) houve alturas que havia camaradas que davam da sua água (...), sabia mal e às vezes estava turva" (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"Fui metido num avião para um destacamento no meio do mato, rodeado de arame farpado (...), só éramos nós (...) ao segundo dia fomos logo atacados (...) foi muito, muito complicado (...) no nosso sentido só tínhamos um pensamento: «eu se não mato morro». Nós fazíamos prisioneiros, só para os superiores os interrogarem (...) recordo-me como se tivesse sido hoje (...) e houve um dia em que se fez um e o nosso superior olhou para nós e disse «o último corta-lhe as goelas», por acaso não era eu o último, era o alferes (...) lembro-me muito bem de o ver limpar a faca às calças e então era assim (pausa). Outra situação também muito difícil que se viveu, quase durante todo o tempo que lá estive, foi a falta de comida e de água (...), passei três meses a comer esparguete com farinheira, o avião que levava a comida não podia lá aterrar, porque choviam balas (...) uma vez apanhámos 33 minas na pista do avião, que eles tinham posto (...), evitávamos ir buscar mantimentos à cidade mais próxima, Moeda (...) uma vez tentámos fazer em coluna, levou oito dias para fazer 40 quilómetros (...) a sede era o pior, a saliva colava-nos a boca, às vezes tínhamos de passar a língua pelo capim e, muitos chegaram a beber urina (...), eu dormia numa barraca de tenda, outros numa de zinco, tudo à volta do aquartelamento, a gente não tinha refeitório, o refeitório era no meio do coiso,

onde se fazia uma fogueira, punha-se uma panela a ferver e a gente ia buscar o comer numa lata de conserva e sentava-se em qualquer lado (...), a nossa zona era de tal forma que, muitas vezes, quando havia feridos ou mortos, chamávamos o helicóptero e ele vinha acompanhado do bombardeiro (...), «aconteceu àquele, quando será a minha vez» (pausa), outro momento também de muito receio foi depois do 25 de abril (...) eu embarquei em 72 e no 25 de abril ainda lá estava, só vim a 22 de setembro de 74 (...), deixou de haver combates, a gente foi para as povoações (...), mas tínhamos de ter muito cuidado com eles, diziam-nos «o que é que estás aqui a fazer, vai prá tua terra» e a gente caladinhos (...), e pensávamos cá para os nossos botões «tão o nosso presidente foi preso, como é que a gente abala daqui» (Entrvt. 5 Sr. Mata).

"Na maior missão que lá tivemos, durou 22 dias e 23 noites (voz embargada), tivemos 4 ou 5 feridos, perdemos 1 soldado (...) aí é que foi a doer (...) saímos à noite (...) era uma missão para entrarmos em ação (...) íamos intercetar grupos que tentavam passar armas de uns pontos para outros (...) chegámos por volta das 8.30h e às 9h já estávamos a ser bombardeados (...) aquilo era tudo, obuses, morteiros, metralhadoras rápidas (...) logo no início houve um capitão que foi baleado na garganta (...) toda maralha já estava a ficar sem munições (...) e eu tentei fazer o reconhecimento, uns bocados rastejando, outros de tronco em tronco, para chegar à beira deste ou daquele que estavam feridos e depois levar os carregadores aos que estavam à frente da ação (...) apanhei um rapaz que estava ferido num rego do arroz (...) estava muito exposto e precisava de auxílio de um enfermeiro (...) se não o tirasse mais tarde ou mais cedo era novamente atingido (...) e arrastei-o para trás de um palmeira e depois novamente para o pé do enfermeiro (...) (pausa) ficámos todos espalhados (pausa) os contrários notaram que já não tínhamos muitas munições e o objetivo era mesmo esse, para depois nos eliminarem (pausa) (...) eu passou-me pela cabeça «se ainda posso e ainda estou bem, vou fazê-lo» (pausa) e foi chegar à beira do telegrafista e pedir-lhe que chamasse a aviação (...) foi um momento chocante (pausa), a aviação levou meia hora, se tanto (...), vieram dois bombardeiros, pilotados por açorianos (...) disseram-nos logo que eram os açorianos (...) e isso «aliviava-nos a carga, porque já toda a gente sabia que eles eram bons e certos» apareceram com as metralhadoras a picar sempre em frente (pausa) (...)" (Entrvt. 6 Sr. Salvador)

"Uma vez fez-se uma grande operação, havia militares do exército, da marinha, da força aérea (...) e o capitão da força aérea que comandava avisou a gente «aqui ninguém fala e ninguém fuma», mas houve um rapazito que não se aguentou e acendeu o cigarro, mesmo escondido na mão, no escuro o preto turra que estava em cima da árvore (...), porque os pretos punham-se em cima das árvores, olhe mandou logo uma bazucada «morreram todos os que lá estavam, um deles só se aproveitou uma perna» aquilo custou-me tanto, tanto (voz trémula), ver os meus colegas mortos custou-me muito, foi muito duro (...) é que eu conhecia muito bem os rapazitos, fiquei mesmo impressionado (...) já lá estava há um ano, mais ou menos (...) a mim nunca me passou pela cabeça que ia morrer ali, porque a gente quando vai para lá, não se pensava nisso (...), eu estou convencido que os outros pensavam como eu, íamos com uma descontração, era como se fossemos dar um passeio (...), só nos lembrávamos da morte quando víamos os nossos colegas mortos (...) o exército dava mil escudos a quem levantasse a mina (...) mas eu tá quieto, quem é que fazia isso (...), a gente nunca sabia como é que aquilo estava armadilhado (...) eu chegava ali punha uma granada ofensiva ela rebentava e seguíamos viagem (...) e também cheguei a chorar (...) de ver colegas que ficavam doentes, com aqueles problemas das meninas (...) depois cortavam-lhe tudo (...) porque as pretas o que queriam eram brancos (...) dávamos vinte escuditos, elas não tinham higiene, mas a gente ia na mesma, porque como se diz «em tempo de guerra não se limpam armas» e havia muitos rapazes que ficavam doentes (...)" (Entrvt. 8 Sr. Magro).

"O momento em que abalo daqui, foi talvez o pior para mim (...) quando o barco se faz ao rio (...) uma angústia total, pensava «virei, não virei», entrei um bocado em desespero, eu não comia, eu não bebia, entrei em paranoia, foi terrível (...) só normalizei quase a chegar à Madeira, onde fomos buscar uma companhia de madeirenses (...) a partir daí houve qualquer coisa cá dentro que me disse «eh pá, dá a volta a isto, porque senão morres antes de chegares» (...) depois quando chego a Bissau e sou destacado para Teixeira Pinto (...) foi outro drama para mim por aquilo ali era considerado a estrada do Vietname, era pancada de meia-noite, saía-se do quartel e éramos atacados, comecei a ficar com um bocado de receio,

mas depois encarei aquilo (...) não tínhamos outro remédio (...) mas havia muita gente que não conseguia e passavam-se por completo" (Entrvt. 9 Sr. Marquês).

"Estávamos a fazer a proteção à tal junta de estradas e, havia lá um deles, um chefe, que tinha já sido militar e tratava muito mal os pretos (...) e os gajos, os turras, andavam já com ideia de o matar, então fizeram uma emboscada (...), mas nós acabámos por ter informação do que se ia fazer, porque houve um gaiato pretito que nos veio dizer que, no tal dia, os turras estavam à nossa espera (...), a gente preparou-se (...) a maralha ia espalhada pelo campo e alguns iam nas camionetas, mas as balas foram tantas que eu e o meu colega vimo-nos obrigados a saltar, depois encostei-me a uma árvore, mas os turras aperceberam-se onde eu estava e acabei por ser atingido, estive ainda em coma 8 dias (...) quando acordei estava no hospital de Sá da Bandeira" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

Face aos fragmentos de texto apresentados constata-se de forma bastante clara a luta pela sobrevivência a que quase todos os participantes estiveram sujeitos. As constantes emboscadas, a falta de comida e a dificuldade em obter água em condições para ser ingerida, deixaram sentimentos de tristeza, de dor, de alguma revolta e, como no caso do Sr. Aníbal e Sr. Isabelinho, profundas marcas físicas e psicológicas. Como diz António Lobo Antunes **"OS QUE AQUI ESTIVERAM, NÃO VOLTARAM OS MESMOS"**.

"O pior momento que lá vivi foi o acidente que tive. Fico completamente cego e tive três ou quatro fraturas expostas na perna (...) não me doía nada, lembro-me que só tinha sede, uma coisa terrível e pensava «é aqui que eu vou morrer» (...), mas houve uma estrelinha que nunca mais me abandonou, porque vou para Luanda, sou estabilizado, tenho sorte porque está um avião a sair e espera pelos feridos e venho para Lisboa e foi isso que me salvou (...). Antes do acidente eu tinha tudo planeado, chegar a furriel, marchar para Moçambique e depois para a África do Sul, mas dia 1 de abril de 64 esboroou-se tudo e somos destacados para uma zona muito má, íamos a pé, o condutor de cães de guerra olha para trás e diz-me «Manecas, olha que deixaste cair qualquer coisa», eu olho para o capim e percebo imediatamente o que me vai acontecer, morrem à volta de 10 pessoas (...) pisei uma granada armadilhada das nossas forças e fiquei com uma incapacidade de 95,7%" (Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

"A 7 de março dá-se um ataque ao destacamento, com uma granada de canhão que me afetou psicologicamente, depois havia os abrigos que eram buracos toupeira, caiu a 50 metros e manda o vácuo lá para dentro (...) eu ainda hoje me sinto a levitar, senti-me no ar (...) Eu faço a comparação com a ventosas que existem para desentupir os canos, faz aquele impacto. Eu muitas vezes ainda sonho com isso e é aquela coisa de me sentir no ar (...)" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

4.4.2 "Éramos um bloco... a malta estava ali toda unida"

Era nos momentos de pausa que os combatentes estabeleciam amizades entre si. Aí eram ultrapassadas muitas vezes barreiras hierárquicas, ou seja, eram apenas homens que partilhavam a experiência da dor, dos medos e os sonhos, deixando-se de lado as divisas e as diferenças dos meios sociais e culturais de origem; eram unicamente homens com as mesmas experiências, vividas nos mesmos locais e em que o adversário era o mesmo. As relações entre camaradas corresponderam a importantes elos de apoio, compreensão e de amparo em momentos de muito desespero.

Embora se apresentem apenas os testemunhos mais ilustrativos da força das relações entre os militares, salienta-se que nos doze testemunhos recolhidos todos manifestam o mesmo sentimento de pertença relativamente ao grupo de camaradas, como podemos comprovar pelos testemunhos que se apresentam:

"Entre camaradas havia companheirismo (...), havia muita camaradagem, espírito de grupo, de entrega e de sacrifício entre camaradas, era um bocado como nos mosqueteiros «um por todos e todos por um»" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"Havia grande espírito de camaradagem, tanto nos momentos bons como nos momentos maus, nas zonas de combate. Quando íamos na picada tínhamos de ir muitos atentos e os elementos que eram escolhidos, o primeiro e o último da coluna, eram os responsáveis pela vida de todo o grupo, se não fossem atentos estávamos todos tramados (...)" (Entrvt. 2 Sr. Madeira)

"Boa relação com os camaradas, «um por todos e todos por um» e penso que isso vinha automaticamente do contacto diário, 24 horas sobre 24 horas uns com os outros, a formar a fardar (...) era um bocado como estar casados uns com os outros (risos) aquilo era um «casamento coletivo»" (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

"Era um sentimento de irmandade, de família, a gente estávamos todos ali com o mesmo objetivo para o bom e para o mau, não me recordo de ninguém se dar mal uns com os outros, vivia tudo em função do mesmo, de que se passasse ali o tempo o melhor possível (...)" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

Todas as Organizações têm como estrutura central as pessoas que dela fazem parte, contudo o que as "move" são os valores instituídos na cultura da Organização. No caso da Instituição Militar, à semelhança das Instituições civis, também é o homem que funciona como "espinal medula" desse "corpo", mas existe uma célula que a comanda, a Cultura Militar.

A partir do momento em que o indivíduo ingressa na Instituição Militar são-lhe transmitidos, pelos elementos mais antigos, princípios orientadores de conduta que têm como objetivo criar um vínculo irreversível entre camaradas, chamados de valores militares, dos quais se destacam a lealdade, a disciplina, o espírito de corpo, a obediência, a coragem e a honra.

Os autores Paulos *et al* (2005, p.306) reforçam que *"a assimilação destes valores contribui para o desenvolvimento do caráter de autoconfiança e de autoestima do militar"*, referindo ainda que é a partilha dos valores militares e o compromisso assumido (por exemplo, o ritual do Dia do Juramento) de atingir objetivos comuns que fomentam a coesão na Instituição Militar.

Em momentos de conflito, é o fator coesão, alicerçado nos valores militares, que assegura a união entre camaradas de armas e essa coesão deve ser tanto horizontal como vertical, pois os superiores devem ser persuasivos, no sentido de assegurarem que os

objetivos dos seus homens são os mesmos que os seus, pois só assim a coesão será positiva.

"Eu penso que em ambiente de guerra como foi a que a minha geração viveu, o grupo de camaradas era uma família (...) havia um grande espírito de corpo, que era logo trabalhado cá, incutido logo na preparação, éramos um bloco (...) até com os nossos superiores, tratávamos o oficial por chefe (isto nos paraquedistas), havia uma relação de família" (Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

"Eu com os meus camaradas éramos todos irmãos (...), não havia cá zangas (...), tudo se dava bem uns com os outros (...) ainda hoje (...) ainda cá o nosso alferes (...) era um homem extraordinário (...), era uma pessoa que sabia muito, até sabia todas as línguas (...) era pouco mais velho que a gente (...) só o que ele disse ainda à gente «a gente vai sem preocupação, lá somos todos irmãos e o objetivo é igual para todos, o de nos protegermos uns aos outros e de cumprir a nossa missão» e isso animava-nos" (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"Aquilo era assim, unia-nos porque precisávamos mesmo uns dos outros (...), houve uma altura em que tivemos uma baixa e houve um maçarico que foi fazer uma rendição. Logo pouco tempo de lá estar, fomos fazer uma operação e o alferes avisou o maçarico em relação à água e alimentação (...) beber pequenos goles e não gastar tudo de uma vez (...), chegámos à noite fomos para acampar, estávamos a comer e chega o gajo ao pé de mim e diz-me «olha lá, eu preciso de água» e eu não lhe dei, acabou por levar uma descasca do alferes, mas depois entre todos lá lhe demos uma pinga de água para ele (...), depois essa noite até choveu e a gente enchíamos o cantil com água das folhas e às vezes dos buracos que ficavam das patas dos elefantes, ou daqueles rios, mas eu nunca gostava, até tínhamos aqueles comprimidos para por na água (...) para já a malta estava ali todos unidos, porque eu preciso de ti e tu precisas de mim (...) sozinhos teríamos dificuldade em sobreviver (...) era uma relação de companheirismo e de dependência" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

4.4.3 "Tenho pena também daqueles africanos... alguns eram boas pessoas."

Outro aspeto importante durante o período de mobilização foi o papel dos nossos combatentes no apoio assistencial às populações naturais dessas colónias. Tinha uma vertente psicossocial e *"constituiu parte integrante da guerra e da manobra militar portuguesa e foi talvez a mais decisiva para assegurar a permanência das Forças Armadas no terreno, durante 13 anos, que as operações de assalto, as emboscadas e os golpes-de-mão"* (in Associação 25 de Abril, in www.guerracolonial.org/). Os militares portugueses davam apoio às populações na construção de infraestruturas básicas, apoio médico ou educação, e este tipo de ações, para além de funcionarem como formas de pressão psicossocial sobre o inimigo, *"ajudaram os militares portugueses a justificar a sua presença em África, suavizando, de algum modo, as ações de guerra e dando sentido humano ao seu sacrifício"* (in Associação 25 de Abril, in www.guerracolonial.org/).

As populações autóctones das três colónias dividiam-se entre os revoltosos e os não revoltosos. A grande maioria vivia de forma muito precária e os militares portugueses foram importantes, no sentido em que os auxiliavam nas suas necessidades mais básicas, como cuidados de saúde e alimentação, como percebemos pelo testemunho que se apresenta:

"Na Guiné existem onze raças e então eles faziam sempre que não nos entendiam (...), mas nós não esquecíamos a nossa missão, era dar apoio às populações (...) às crianças, às mulheres, aos velhotes (...) tratava-se dos doentes, aplicavam-se uns pensos, davam-se uns comprimidos (...) estávamos ali para proteger aquelas pessoas (...) e também ver as caras novas, para ver se havia infiltrados" (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

A ação de apoio às populações permitiu simultaneamente aos militares portugueses um contacto mais estreito com os povos autóctones de cada uma das colónias. Os jovens militares que saíram das suas terras, algumas muito isoladas, tiveram assim possibilidade de conhecer outras culturas, outros costumes, outras línguas e estabeleceram-se relações de verdadeira amizade com algumas dessas populações. A empatia, em alguns casos, foi recíproca e, por isso, nos períodos de descanso dos militares desenvolviam-se atividades de verdadeira troca de experiências culturais.

"Era gente muito diferente de nós (...) eu via-os a meter lá umas ervas nos cachimbos e ficavam todos marados (...) dançavam ao som dos batuques, eles e elas, e nós acabávamos por nos envolver nessas festas, ficávamos todos amigos (...) eu digo-lhe uma coisa nunca experimentei, para mim não (...), tenho pena também daqueles africanos, alguns deles boas pessoas, que estavam connosco e que quando foi o 25 de abril foram assassinados (...) pensar nisso custa-me muito" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

"(...), eu fui sempre uma pessoa muito dada e quando via os pretos a pedir, aquilo apertava-me o coração, o meu sentimento nunca foi de guerra e havia aqueles pretinhos pequeninos que vinham aos arames pedir comida (...) houve um dia que eu saquei um pretinho pequenino para dentro do quartel e comecei a protegê-lo, o pessoal dizia que era a minha mascote, o miúdo tinha aí 7, 8 anos, a mãe e o pai sabiam, esteve quase dois anos (...) dormia, comia, ia para todo o lado comigo, tomei aquele miúdo como se fosse meu filho, às vezes íamos à tabanca ver os pais(...)" (Entrvt. 9 Sr. Marquês)

O contacto com essas populações, para além do sentimento de curiosidade e de partilha de saberes e costumes de ambos os lados, contribuiu também para o jovem militar que tinha vindo da metrópole ter a perceção do que se passava nas colónias, da forma como eram explorados e da total submissão dos pretos à vontade dos brancos, criando-se assim um sentimento de injustiça face à forma como os pretos estavam a ser tratados no seu próprio país. Situação que pode ser confirmada pelo testemunho que se apresenta:

"Com o tempo a gente foi tendo cada vez mais consciência do que se passava e pensávamos «o que é que a gente anda aqui a fazer», os pretos eram mortos como no faroeste, as pessoas não podiam viver naquelas condições e isso revoltava-me (...), eu chegava muitas vezes a ser imprudente e éramos até provocadores (...) revoltava-me a forma como eram tratados os pretos, houve um dia que empunhei um punhal contra um branco e disse-lhe «paga já ao puto ou enfio-te este punhal pela pança, por causa de ti é que eu ando aqui» (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

Contudo, também houve testemunhos de total interiorização de que estavam ali para defenderem o seu país e para se defenderem a eles próprios e, portanto, assumiram a sua missão como algo a cumprir custasse a quem custasse e que os pretos eram todos inimigos a abater, como podemos concluir pelo relato que se segue:

"A nossa relação com a população nativa era praticamente só de vigilância (...) é que o preto era assim fazia seis ou sete palhotas aqui e a dez ou quinze quilómetros fazia outras e a gente quando detetávamos íamos lá destruir aquilo e matar aquilo que lá ficasse (...) nunca tive pena deles, para mim era tudo inimigo" (Entrvt. 5 Sr. Mata).

4.4.4 "Crescia-nos uma alma nova..."

Nos momentos da não operacionalidade os militares passavam o seu tempo livre dentro dos quartéis, onde conviviam com os outros camaradas de armas (algumas vezes, quando era permitido, deslocavam-se aos centros urbanos mais próximos, para irem ao cinema e para outras distrações), jogavam futebol ou procediam à higiene das suas roupas, mas o que ocupava a maior parte do tempo disponível era a correspondência com a família, as namoradas e os amigos. Durante os treze anos de guerra as Forças Armadas organizaram um serviço postal militar gratuito, para facilitar o contacto dos militares com os seus familiares, com vista a aliviar tensões e manter o moral das tropas. Apesar de pouco se falar sobre o que se passava nas colónias, por receio de a sua correspondência ser interceptada por informadores da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a necessidade de estar em contacto com a metrópole era constante e motivo de felicidade para todos, como podemos concluir pelos relatos a seguir apresentados:

"Eu lembrava-me muito da minha família, principalmente da minha mãe, os contactos eram por aerogramas, os bate estradas, mas as notícias que dávamos eram sempre que estava tudo bem (...), muitas vezes eles nem sabiam que éramos feridos, a propaganda cá é que estava tudo a caminhar bem (...) e nós sabíamos que se houvesse desconfiança a correspondência podia ser violada" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"(...) todas as semanas havia sempre aerograma (...) era uma alegria (...) quando a gente não tinha correio ficávamos tristes (...) era vermos a avioneta e corríamos logo para a pista (...) eu escrevia à minha mãe e para a minha senhora, que já namorava com ela (...) só falávamos de coisas boas (...) tínhamos medo de dizer mais alguma coisa (...), eu nunca disse à minha mãe como passava lá, tava sempre tudo bem (...) até quando tive com paludismo, nunca disse nada (...) ainda tive lá com isto muito tempo no hospital de campanha (...) tínhamos médico, enfermeiro (...) «vou indo bem», não passava disto (...), havia rapaziada que não recebia nada (...) eu até escrevia sempre a um colega meu, um rapaz aqui de S. Lourenço e eu dizia-lhe «eh pá, não te preocupes lá com isso que eu escrevo» (...) e escrevi sempre as cartas a ele durante os dois anos que lá estive" (Entrvt. 3 Sr. Mota).

"Escrevia muito à minha família (...), era uma maravilha quando recebia carta da metrópole, crescia-me uma alma nova (...) aqueles minutos em que lia a carta era como se cá estivesse, eles diziam-me coisas como, o pai ou a mãe estão bem, agora a horta está muito bonita, casou este, morreu aquele (...) o que se passava na vida rural, era mais ou menos isto e eu pouco mais dizia também, tava sempre tudo bem (...) a nós nunca nos disseram nada, não escrevas isto ou aquilo, mas havia lá infiltrados, a gente via, pela maneira como andava, como se comportava e a gente desconfiava que ele fosse do regime, para ver o que é que a gente dizia (...)" (Entrvt. 10 Sr. Aguiar).

"Escrevia muito à minha família, a minha mulher mandava-me fotos do meu filho, era um aperto no meu coração, o meu menino era um espetáculo (...), era gordito, mas também era

de muita alegria quando chegavam os aerogramas (...), não tinha vagar para as madrinhas" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

A correspondência com as "Madrinhas de Guerra" era a outra forma de contacto dos jovens militares com a metrópole. Estas eram jovens que se tinham voluntariado no Movimento Nacional Feminino (MNF). O MNF foi um movimento patriótico de mulheres, criado em 1961, que se desenvolveu durante o período da guerra colonial, com o intuito de apoiar os militares (e as suas famílias) que prestavam serviço no Ultramar. As "Madrinhas" tinham de obedecer a um conjunto de requisitos: ter nacionalidade portuguesa, serem maiores de 21 anos, terem moral idónea, espírito patriótico, capacidade de transmissão de ideias, pertencerem à mesma região ou estarem próximas da zona de origem do combatente (para mais fácil contacto com a família), entre outros.

Às "Madrinhas de Guerra" competia a troca de correspondência com seus afilhados/militares, onde deveriam expressar a coragem, confiança e orgulho pelo serviço que estes prestavam à Pátria e, em simultâneo, funcionavam também como um elo de ligação entre o combatente e a sua família na metrópole.

Durante os treze anos de guerra o serviço de correspondência entre militares e "Madrinhas de guerra" foi um sucesso e funcionou como apoio moral e psicológico às tropas em combate, transmitindo palavras de esperança, de força e de coragem. O contacto com as "Madrinhas" era, muitas vezes, a forma de o militar ter notícias dos seus familiares, uma vez que existiam muitos combatentes que provinham de estratos sociais muito baixos, em que os seus progenitores eram analfabetos e esta seria a única via de contacto. Mas, para alguns militares, este movimento envolveu outro tipo de sentimentos, dando-lhes ainda mais alento face às adversidades que viviam.

"Tive uma madrinha de guerra, era mais uma conversa do tipo «facebook» dos tempos modernos, elas eram importantes, mas a gente aguentava-se (...)" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"As madrinhas de guerra eram o nosso suporte (...), porque era muito chato eu contar à minha mãe, ao meu irmão, o que se passava (...), para a gente desabafar (...), eu não contava ao pormenor o que se estava a passar (...) desabafava um bocadinho de modo ela percebesse (...), porque eu sabia que podia sofrer as consequências (...) nós tínhamos noção quando mandávamos os aerogramas que aquilo passava pelo rastreio" (Entrvt. 9 Sr. Marquês).

"Lembrava-me da família, mas escrevia pouco, era uma defesa (...), acho eu (...), escrevia para cá, mas para este e para aquele, e pedia para dar notícias à minha família (...) eu escrevia mais para a minha madrinha de guerra que para a família (...) foi no dia do embarque, havia uma Sr^a muito fina, que devia ser da alta sociedade e foi ela que me arranjou essa rapariga (...) quando vim para o hospital, a minha madrinha visitava-me todos os dias, foi muito importante para a minha recuperação, até me queria dar um olho" (Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

"(...) tinha três madrinhas de guerra (risos) elas funcionavam como um «tubo de escape», davam-nos um grande alívio (...), no momento da chegada do correio, havia sempre algum

que dizia «hoje recebi carta da minha madrinha de guerra», era motivo de festa e de algazarra e logo algum mais cusco dizia «atão o que te diz ela» (risos) com elas era mais divertido (...) havia uma delas que cada vez que mudava de penteado mandava-me fotografias (...) (risos)" (**Entrvt. 6 Sr. Salvador**).

"(...) madrinhas de guerra eram aos montões (...), mas olhe quer ver uma passagem (...), uma vez enviei um aerograma e disse Sr. Carteiro por favor entregue à primeira menina que encontrar, tã ã foi que arranjei um padrinho de guerra (...), mas mandava-me fotografias das raparigas na mesma (...) mais tarde vim a descobrir e olhe os meus colegas brincavam comigo à farta (...), depois comecei a escrever-me com uma de Aveiro e tive até casamento marcado, sem a conhecer (...), mas quando cá cheguei não tinha dinheiro para ir até lá e olhe nem lhe disse nada, porque ela era uma rapariga séria, percebia mesmo pela maneira como ela escrevia e eu envergonhei-me de lhe dizer o que se passava (...) que não tinha um tostão, porque o meu pai me tinha gasto tudo (...), custou-me muito" (**Entrvt. 8 Sr. Magro**).

"(...) tive uma madrinha de guerra (...) (risos) tá uma ali de coiso que eu depois abandonei-a, não sei porquê (...), essa rapariga dava-me tudo o que eu lhe pedia, eu até tinha pena dela (...) era muito boa e gostava muito de mim" (**Entrvt. 10 Sr. Aguiar**).

"Arranjei uma madrinha de guerra, mas também nunca lhe disse que já tinha namorada (risos) e eu até me sentia um bocadinho mal, porque ela nos meus anos, no natal, mandava-me sempre presentes e eu nem queria (...) isto era uma forma da gente se distrair (...) arranjam-se muitos casamentos assim, mas ela não sei como, lá soube que eu tinha namorada na terra e deixou de me escrever" (**Entrvt. 12 Sr. Mourato**).

O MNF desenvolveu ainda outro conjunto de ações para apoio moral dos combatentes, tais como "o Natal do Soldado, a visita a feridos, a oferta de lembranças aos contingentes mobilizados no momento da despedida e o envio de artigos de desporto e lazer às unidades em África, desde bolas de futebol, a isqueiros, discos, livros e revistas" (in Associação 25 de Abril, in www.guerracolonial.org/).

4.5 "O SENTIDO DA VIDA - TRANSFORMADO PELA GUERRA"

Qualquer conflito armado traz sempre para as partes envolvidas prejuízos humanos, económicos, sociais e políticos, aspetos que se interrelacionam, mas, centrando-nos nas sequelas físicas e psicológicas que podem afetar o ser humano envolvido numa guerra, e de acordo com um estudo² realizado em 2001 a 350 veteranos da guerra colonial existe "uma associação direta entre a vivência da experiência de guerra e a morbilidade física, psicológica e social, indicando que as sequelas da experiência são duradouras e repercutem-se nas várias dimensões de vida do ex-combatente" (Maia et al 2006, p.27). Contudo, será também interessante verificarmos as conclusões a que alguns investigadores chegaram, quando para além das patologias físicas e psicológicas que podem advir da

² Estudo realizado no âmbito do projeto POCTI/39515/ESP/2001 financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com o apoio da Associação de Veteranos de Guerra.

participação numa guerra, se analisam as alterações positivas que podem ocorrer ao nível da personalidade.

Segundo Bossé, Ekdert e Silber (1984, cit. por Sendas, 2006, p.832), num estudo efetuado a veteranos de guerra, concluíram que eram apontadas mais consequências positivas do que negativas, relativamente à sua participação na guerra. Realçando o desenvolvimento de competências sociais, como a aprendizagem de cooperação e trabalho de equipa e também aspetos relacionados com alteração de valores pessoais, como clarificação do objeto e sentido da vida, valorização da paz, sentido de independência, reconhecimento do valor da vida e desenvolvimento de sentimentos positivos em relação ao Eu.

Num outro estudo realizado por Linley e Joseph (2004, cit. por Sendas, 2006, p.833), também a veteranos de guerra, os resultados revelaram que os veteranos reconheciam muito mais alterações positivas do que negativas na sua personalidade, no período pós-guerra, tais como mais facilidade no relacionamento com os outros, mudanças positivas na filosofia de vida e na perceção do Eu, o que lhes permitiu um funcionamento físico e psicológico melhor do que anteriormente à guerra.

4.5.1 "A guerra permitiu-nos abrir os olhos... foi o selo da vida"

No que concerne ao grupo de antigos combatentes envolvidos nesta investigação, podemos constatar que a grande maioria destes militares que participaram na guerra colonial manteve um funcionamento positivo em termos de crescimento pessoal, ou seja houve capacidade de abertura à experiência e de desenvolvimento e expansão pessoal. Deste modo, os próprios testemunham mais mudanças positivas do que negativas na sua pessoa, referem que essa experiência os fez ver a vida sob outra perspetiva e como diz um antigo combatente *"a guerra serviu-me para abrir os olhos"*.

Vivendo a sociedade portuguesa sob um regime de opressão, em que o acesso à informação era praticamente nulo, a prática associativa era negada e vivendo a grande maioria da sociedade portuguesa num estado de grande pobreza e isolamento (principalmente aqueles que viviam nas zonas rurais), este conflito permitiu-lhes o contacto com outras realidades, algumas bem piores que aquela que tinham vivenciado até então, o caso das populações autóctones das colónias, mas outras bem melhores que a sua. Esse facto fê-los questionar o que na realidade se estava a passar e qual era o papel deles naquela guerra. Isso criou-lhes sentimentos de inconformidade perante as injustiças praticadas, como podemos perceber pelos excertos que se apresentam:

"Vinha-se mais homem, já não se voltou ao mesmo, tanto que a maior parte da minha geração já não veio para a sua terra e é aí que começa o despovoamento do interior, vínhamos com um sentimento de repúdio pela vida que se tinha cá e uns ficaram, mas outros

foram para a zona de Lisboa e outros vão para o estrangeiro. A guerra permitiu-nos abrir os olhos, criou-nos outras perspetivas. Quando uma vez um comandante me diz, um dia «vamos sair daqui, esta guerra não merece um ferido, quanto mais mortos, esta guerra não se ganha tem de ser resolvida pelos políticos, porque agora a nossa missão é de aguentar, até que os políticos se resolvam», esse senhor tinha estado em Timor e era um jovem de 28 anos e era o convívio nas horas boas e más que fazia a gente pensar «como é que é! andei aqui a dar o corpo ao manifesto e chego cá e a miséria é a mesma» (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"Quando voltei já tinha outra maneira de ver as coisas (...), aprendi a respeitar os pontos de vista dos outros e acho que essa parte foi devida principalmente ao tempo de tropa e também ao tempo que estive fora e percebi claramente que aquele povo tinha razão, nós tínhamos sido uns carrascos para eles e mais cedo ou mais tarde eles acabariam por se revoltar (...) por outro lado também percebemos que se podia viver bem (...) a vida dos portugueses brancos nas colónias dava-nos um pouco de inveja, dava-nos a ideia que aquilo poderia ser a nossa salvação (...)". (Entrvt. 2 Sr. Madeira).

"Vim diferente sem dúvida (...) eu com 17 anos, antes de ir para a tropa, já era mestre numa pedreira e isso deu-me termo de responsabilidade (...) mas gostei de ir para a tropa, fiz-me mais homem e culturalmente fiquei mais maduro (...) aprendi muito (...) convivíamos com muita gente, os sargentos eram como nossos pais e os alferes eram em grande parte rapazes com outros conhecimentos do mundo, que nós até ali não tínhamos (...) serviu-me para abrir os olhos e conhecer melhor o ser humano (...), deu para entender que ali tanto podíamos ser nós os terroristas como eles, dependia do lado em que estivéssemos, por isso é que eu gosto de os chamar de contrários (...), foi o «selo da vida»". (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

"Mais forte, vinha mais homem, tinha outra mentalidade, porque estava em contacto com outras pessoas de outras terras (...) aprendi muito com os meus colegas, mais uns com os outros do que com os alferes e eles se calhar também aprenderam muito comigo (...) e quando vim já vinha com uma ideia muito mais alargada, disse logo cá para mim que «isto do campo já não era vida para mim» (...) fui tirar o curso de canalizador e fiz-me à vida (...) com 23 anos fui viver sozinho, nunca mais precisei dos meus pais para nada e fui para Lisboa, que era onde tínhamos mais possibilidades (...)» (Entrvt. 8 Sr. Magro).

"Muito diferente (...) eu abalei para lá com a sensação que isto era uma vida fácil, um mundo fácil, pensei sempre que as coisas se iam levar a bom porto, apesar das dificuldades que cá se viviam (...), quando vim de lá as coisas não eram iguais (...) quando lá cheguei, verifiquei que andei a ser enganado aqueles anos todos, aquilo não era nada do que diziam, o preto estava a ser explorado por nós e pensei assim «mas por amor de deus o que é que eu tenho a ver com aquele desgraçado que está ali, para lhe dar um tiro» isso fez mudar a maneira de ser e de pensar (...)» (Entrvt. 9 Sr. Marquês).

"Senti-me mais homem, mais preparado para enfrentar as dificuldades da vida, (...) durante aqueles dois anos, a gente acabava por aprender muita coisa uns com os outros (...) a gente percebia que havia muita gente que vivia ainda mais mal do que nós, não eram só os pretos, que esses coitados, alguns estavam pior que os bichos, até fugiam de nós (...) eu acho que não era só por medo de a gente levar uma arma, era também porque nunca tinham estado com outras pessoas (...) e havia também camaradas nossos que eram do Algarve, do baixo Alentejo, que na minha maneira de ver as coisas estavam ainda mais atrasados, tinham vindo lá daquelas serras, viviam completamente isolados antes de irem para ali, a gente até dizia lá para os algarvios «eh pá, tá lá calado que tu na tu terra só comes alfarroba, a gente no Alentejo tem trigo e aveia» (...) a guerra a eles também os fez evoluir como seres humanos" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

Para muitos o sentimento de revolta traduziu-se na ambição de uma vida melhor do que aquela que tinham conhecido até então. No contacto com os seus camaradas de armas, criaram-se expectativas de vidas diferentes e grande parte dos que voltaram da guerra já não retornaram ao trabalho no campo. Paralelamente também Portugal estava a mudar, apesar da guerra e de todos os custos que envolveu, pois "desviou fundos apreciáveis de duas

áreas fundamentais durante os anos 60: a do investimento em infraestruturas viárias e de transporte em geral e da educação (...) a guerra colonial acabou por coincidir com um período de desenvolvimento económico (...)" (Pinto, 2001, p.47).

De acordo com Barreto (2002, p.3),

"(...) nos finais da década de cinquenta e início da de sessenta (...) iniciar-se-á o primeiro processo de abertura da economia (do comércio e da indústria, especialmente) ao exterior (...). Pela primeira vez, parecia haver uma alternativa industrial ao emprego agrícola (...). Entre 1960 e 1973, o rendimento nacional por habitante cresceu (...). Foi este o período de maior crescimento económico da história do país. (...) e ao mesmo tempo, o número de emigrantes atinge valores muito elevados (...)".

Neste sentido, quando o militar regressa à metrópole depara-se com mais alternativas ao trabalho agrícola e grande parte destes homens abandonam as pequenas povoações de onde são naturais e migram para os grandes centros, onde a indústria começa a dar os primeiros passos, com melhores salários e maior estabilidade profissional. Contudo, mesmo com maior abertura económica ao exterior, *"(...) Portugal não deixava de ser um país relativamente atrasado e pobre. O mais pobre do Ocidente europeu"* (Pinto, 2001 p.47). A escassez de possibilidades mantinha-se, assim como a severidade da ditadura do regime que governava Portugal, pelo que outros houve que optaram pela emigração, não só pela opressão exercida pelo governo, com a qual alguns não concordavam (e que depois da guerra tinham assumido posturas menos passivas), mas também pela perspectiva de melhores e maiores oportunidades noutros países, principalmente países europeus.

"Quando cá cheguei a profissão que eu tinha já não existia, nem eu a queria, mas não cruzei os braços, saí daqui, fui para Lisboa e fiz de tudo um pouco, trabalhei nas obras, estive numa fábrica de móveis, vendi enciclopédias porta a porta e acabei por emigrar. Estive primeiro em Moçambique e depois fui para a Rodésia. Só voltei depois do 25 de abril" (Entrvt. 2 Sr. Madeira).

"A minha visão do mundo tinha mudado (...) para o melhor ou pior eu queria sair (...) por isso fui para Lisboa, arranjei emprego numa fábrica, a contar parafusos (...) mas fui subindo degrau a degrau (...), um dia (...) fui abordado por um tipo que tinha sido capitão do exército, para trabalhar numa firma de carnes (...) e foi a partir daí que a minha vida mudou (...) ele já trazia referências minhas da tropa (...) esse Sr. ajudou-me muito, a mim e à minha família, porque eu já tinha mulher e filha (...) mais tarde tive a oportunidade de ir para a Alemanha, também para o ramo das carnes (...), no fim de 69 fui e aí estive durante 37 anos (...) só voltei em 2007, já reformado" (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

"Quando cá cheguei pensei logo «agora já não quero a vida de canteiro» (...) ainda na mesma empresa comecei a trabalhar como motorista, isto em Pero Pinheiro (...), depois como pensei em casar é que me decidi a voltar outra vez cá prá terra" (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"Logo que vim, comecei a ficar farto (...) já não estava para ser pau mandado e decidi ir para Lisboa (...), não foi fácil, custou-me afastar-me outra vez da minha família (...), mas como eu tinha alguma instrução e já sabia um ofício, arranjei emprego como eletricista (...) depois já lá em Lisboa é que encontrei camaradas meus do ultramar (...) e eles foram uns grandes amigos (...) e como eles andavam a tratar da papelada para irem para a Alemanha eu acabei por me entusiasmar também com a ideia de sair de Portugal (...) e fui (...) lá tive momentos bons porque fui sempre muito acarinhado pelos meus chefes (...) trabalhei como vigilante e davam-me muita responsabilidade (...)" (Entrvt. 7 Sr. Velhinho).

"Eu percebi durante o tempo que tive lá fora que tinha de mudar, por isso fui tirar um curso profissional de canalizador (...) quando vim, é que antes do 25 de abril havia muita falta desses profissionais (...), mas depois fui para guarda profissional, mas aborreci-me dessa vida porque os outros prendem-nos e a gente é que os tinha de aturar (...) éramos a criadagem deles, reclamavam com a gente (...) e eu disse «não eu não estou para isto» e foi quando pensei ir para a Suíça" (Entrvt. 8 Sr. Magro).

"Voltei diferente, principalmente a querer outro futuro (...) pensei assim «vou meter um requerimento para a guarda fiscal» (...) porque a guarda republicana e polícia estavam muito militarizadas (...) com mais ambição (...) estive a trabalhar no campo, à volta de um ano, mas sempre com vontade de arranjar vida melhor (...), entretanto meti os papéis para a setubalense (...) na guarda fiscal não me quiseram lá, diziam que eu tinha o pé chato, acho que faltava as cunhazinhas (...) na setubalense fiz um exame de escritas e um ditado e mais tarde chamaram-me (...), era uma empresa privada, era uma das boas empresas que estavam cá em Portugal (...) os empregados eram todos distinguidos dos outros, pelo fardamento que o patrão pagava (...), recebíamos mais que a média das pessoas daquela altura" (Entrvt. 10 Sr. Aguiar).

"Eu já não queria fardas e continuei a minha profissão de estucador. Vim para aqui para Portalegre, mas sempre com vontade de encontrar outra coisa melhor. Ainda tentei a rodoviária e depois acabei por conseguir entrar para a fábrica, onde me mantive até à reforma" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

Em todos os testemunhos recolhidos se verifica que a comissão nas ex-colónias possibilitou o acesso a mais informação e, por consequência, a mais opinião. Os jovens que partiram para a guerra eram na sua grande maioria pouco letrados e informados, contudo, o contacto com outros mais informados dá-lhes a conhecer outras realidades, o que os faz pensar e questionar tudo e todos.

4.5.2 "Punham-se a olhar para mim, com pena, não com admiração"

Para Goffman (1975) o termo estigma tem uma conotação negativa, ou seja, as sociedades constroem estereótipos e tudo o que apresente características diferentes é alvo de marginalização, tornando-se estigmatizado socialmente.

Ainda segundo Goffman (1975, cit. por Cardoso e Siqueira, 2011, p.92),

"O estigma pode ocorrer devido a três circunstâncias: abominações do corpo, como as diversas deformidades físicas; culpas de caráter individual, como: vontade fraca, desonestidade, crenças falsas; e, estigmas tribais de raça, nação e religião [...]. Em todas elas pode encontrar-se a mesma característica sociológica [...] possui um traço que pode impor atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus"

A guerra sempre foi palco de grandes tragédias humanas, para além dos mortos que provoca, traz sempre consigo um grupo de mutilados. Esses veem-se muitas vezes rotulados como pessoas diminuídas, o que consequentemente se traduz por menos possibilidades de serem aceites na sua totalidade.

Para Link & Phelan (2001, cit. Cardoso e Siqueira, 2011, p.97),

"As pessoas são estigmatizadas quando rotuladas e ligadas a características indesejáveis [...] (que não quer dizer que a pessoa necessariamente as possua) [...], dando-lhes uma experiência de perda de status e discriminação".

Face aos testemunhos que se apresentam, percebe-se que as pessoas sentiram na pele a discriminação. Segundo, Becker & Arnold (1986, cit. por), "os indivíduos estigmatizados tornam-se rapidamente cientes da forma que os outros os veem". Tomemos o caso do Sr. Aníbal que, ao voltar da guerra colonial com grande deficiência visual, foi rotulado e teve de provar que "vinha inteiro, pelo menos à sua mãe", desconstruindo aos poucos o estigma a ele associado. Manteve-se equilibrado, contudo teve necessidade de se afirmar. Como ele diz em determinada altura do seu discurso "às vezes vestia a minha farda para impressionar e gostava de passar ali pela frente do quartel, até me faziam a continência (...) reclamo quando as coisas não estão bem e sou assim com tudo na vida, reivindico, porque só assim as coisas mudam (...)".

"Eu vim muito revoltado, porque todos os meus projetos, os meus sonhos tinham sido cortados (...), senti-me perdido (...) tive a infelicidade de ser o primeiro ferido da guerra a chegar a Estremoz e o primeiro paraquedista (...), depois do acidente e da recuperação vim para Estremoz, o nome que me puseram foi «bengalas», e as pessoas chegavam ao pé de mim e perguntavam «como é que foi?», «como é que te sentes?» e diziam «estás a ver o que tu ganhaste!» e isso para mim era terrível (...) chegava a fazer outros caminhos de casa até ao sítio onde queria ir, só para não encontrar pessoas (...) elas punham-se a olhar para mim, com pena, não com admiração (...) à minha mãe até chegaram a dizer (...) (a voz fica trémula) que eu não vinha inteiro, completo (...) que me faltava qualquer coisa (...) como se isso fosse possível (...) um dia quando me estava a vestir a minha mãe veio ter comigo e pediu-me pra ver se eu ainda era homem (silêncio) a minha mãe, tá a ver, ela uma mulher eu já um homem (...) aquilo custou-me muito (...) foi revoltante para mim (...) mas não senti propriamente discriminação (...) eu acho que era às vezes mais provocação." (Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

O caso do Sr. Isabelinho apresenta contornos diferentes. Quando regressou a sua autoestima estava debilitada e ele sabia que a sociedade teria dificuldade em aceitá-lo (porque não perceberia o que ele tinha passado). Tentou camuflar as perturbações adquiridas em guerra. Contudo, o nascimento da filha com graves problemas mentais tem constituído um fardo muito pesado para toda a família e sua qualidade de vida tem-se degradado, pois para além das dificuldades económicas e sociais suporta o impacto negativo do estigma e da discriminação associados à deficiência da filha.

"A gente vinha um bocado desconfiados, de tudo e de todos, de ver como nos encaravam, não sabíamos o que esperar estava tudo mudado e a gente percebeu bem que não tínhamos lá andado a fazer nada (...) eu até não gostava de falar (...) de dizer que tinha estado na guerra, com receio de ser posto de parte, de acharem que era daqueles cacimbados (...) mesmo quando andava pior da minha cabeça (...) fazia das tripas coração para me concentrar no trabalho (...) foi muito difícil, mas depois comecei a aprender a viver com elas e o resto da minha vida também não me ajudava (...) não era olhado por ter estado na tropa, mas passei a ser olhado por causa da fatalidade da minha filha (...) o pai que tem uma filha deficiente por culpa do médico" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho)

4.6 A CONDIÇÃO DE ANTIGO COMBATENTE NA VELHICE

Para Fonseca (2012) a velhice não é uma fase desligada das restantes e a maioria dos idosos continua a ter capacidade de controlo sobre as suas vidas, uma vez que o ser humano, desde que nasce até que morre, está em interação recíproca e dinâmica com o meio e esta interação explica a diferenciação interindividual entre os indivíduos.

Neste sentido, a visão que cada indivíduo tem da velhice é variável de pessoa para pessoa, pois, como já referido, o processo de envelhecimento ocorre de forma heterogénea e depende não só dos aspetos genéticos e fisiológicos, mas também de todo o percurso vivencial e psicossocial.

4.6.1 "Confesso que vivi... quando vemos os camaradas sublimamos a situação"

Na globalidade dos testemunhos recolhidos nesta investigação constata-se uma atitude positiva perante a fase da velhice, estando subjacente que é uma etapa normal do ciclo da vida. Tal como refere um dos testemunhos *"é um processo contínuo, há uma adaptação constante"*. Embora alguns relacionem a velhice com a doença, esta nem sempre aparece associada diretamente com a sua participação na guerra.

Outro aspeto importante para um maior bem-estar na velhice, para além da ausência da doença, é o sentir-se incluído na sociedade e para isso é necessário que após a reforma o idoso continue a manter redes relacionais. O autor Barreto (1988, p.166) refere que *"para um envelhecimento bem-sucedido é importante estar ocupado e desempenhar vários papéis importantes"*. Neste sentido percebe-se que para uma maior satisfação com a vida é necessário que todo o indivíduo ao longo da sua vida dê continuidade e invista nos contactos sociais, ou seja, que mantenha os mesmos hábitos da vida adulta e desempenhe atividades sociais relevantes para si, o que vai refletir-se numa autoimagem positiva.

Em termos globais, verificou-se que apesar da experiência de cada um na guerra, mais ou menos penosa, denota-se uma aceitação natural tanto dos aspetos positivos como dos negativos ao longo do percurso de vida, algo que podemos comprovar pelos excertos que se seguem:

"Estou a viver bem a minha velhice, só digo como o Pablo Neruda «confesso que vivi». Vale a pena viver. Temos que ver o lado positivo das coisas, pois deus ajuda a quem se ajuda a si próprio (...) (risos). Eu continuo a estar ativo, tenho continuado a investir em mim e também a contribuir para a sociedade (...) em relação à saúde, para além dos problemas nos olhos, tive perfuração dos tímpanos, agora noto que estou a ficar surdo e isto deve-se ao tempo que estive na tropa. Desde os 25 anos que ouço apitos (...), é frequente nos ex-combatentes que cumpriram muito tempo de serviço, por causa dos tiros, porque não é nos ouvidos, é na

cabeça (...), e de há dois anos para cá tem piorado (...), os sons agudos não os ouço e tenho algumas três músicas cá dentro (...) (risos), no início transtornou-me um bocado, mas acabei por me habituar (...), estes problemas impediram-me de fazer muita coisa desde o meu relacionamento com as pessoas, não reconheço as pessoas, não posso ir ao cinema, ver televisão também me incomoda, sítios com muito barulho não me sinto bem (...), portanto perdi muitas coisas, mas também tem aspetos positivos (...) (risos) e tudo isto fez-me ter orgulho em mim mesmo, porque eu faço coisas que não lembra ao diabo e não vejo quase nada (...)" (Entrvt. 1 Sr. Ardina)

"Para mim a vida é um processo contínuo, há uma adaptação constante, por isso não sinto grande diferença, continuo a trabalhar, não notei alterações, ao nível da saúde, não tenho tido problemas, sou saudável (...), a guerra era inevitável para qualquer jovem da minha geração e portanto foi uma adaptação natural na minha vida, nunca me senti revoltado, embora achasse que não era justa, mas quando lá estávamos, éramos nós ou eles e não se pensava muito nisso." (Entrvt. 2 Sr. Madeira).

"Eu acho que todas as pessoas têm três idades, a que temos efetivamente, a que sentem no seu interior e a idade com que nos veem os outros (...) eu acho sempre que as outras pessoas são sempre mais pessoas do que eu (...) isto não é subserviência (...) é que a maior parte das vezes não me sinto com a idade que tenho (...) e só quando me tratam como pessoa mais velha é que eu percebo e digo cá para mim «eh, espera lá aí, é que este tem idade para ser meu filho» (...), mas vivo bem com a minha idade, continuo ativo, tenho uma atividade por «carolice» que me ocupa e muitas vezes até me privo de ir a determinados sítios porque tenho compromissos que tenho de cumprir (...) mazelas que certamente têm a ver com o meu tempo de guerra, os saltos que fizemos, os zumbidos nos ouvidos, por causa dos tiros, mas aprende-se a viver com isto (...)" (Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

"(...) eu não estou parado e por isso não me sinto velho, talvez se andasse aí encostado aos bancos do Rossio, talvez me sentisse velho (...) eu tenho uma pequena horta e vou para ali passar os meus dias (...) tenho árvores de fruto, tenho um trator para semear (...) os dias passam-me a correr, isto dá-me muita força (...) eu não tenho sábados, nem domingos é tudo igual, mas organizo os meus dias, tou sempre ocupado (...) não tenho assim muitos problemas de saúde, a única coisa que sinto é os apitos nos ouvidos e até ouço um bocadinho mal (risos), mas isso se calhar é da idade" (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"Quando me reformei ainda era muito novo e sempre bem (...), e continuo bem, não me sinto velho (...) mantive contacto com os meus colegas e isso tem sido muito bom para mim (...) faço uns trabalhinhos na parte das telecomunicações, que me trazem mais uns trocos e mantenho-me ocupado, mas ao meu ritmo sem pressas (...), uns dizem «ah e tal eu não consigo passar os dias», mas eu é mais «eh, já é noite outra vez, enquanto o dia se passa» (Entrvt. 5 Sr. Mata).

"Reformei-me muito novo, com um problema de joelhos, derivado do futebol, o trabalho nos carros e o deitado debaixo dos carros também não ajudava e fui a uma junta médica e deram-me a reforma (...), não noto os efeitos da guerra nesta fase da minha vida, já tive problemas de coração e outros problemas de saúde, mas sou uma pessoa que não gosto de estar parado e tenho-me envolvido em projetos que acabam por me obrigar a pensar mais nos outros que em mim e por isso não dá para me queixar disto ou daquilo." (Entrvt. 9 Sr. Marquês).

Em contrapartida, o grupo de antigos combatentes que se reformou e que não fez uma adaptação à nova fase da vida, com criação de novas redes sociais e novos projetos de vida, manifestou uma menor satisfação com a vida. Neste grupo, todos associam os problemas de saúde à velhice, embora nem todos tendam a relacioná-los com a guerra, mas sim ao processo natural de envelhecimento biológico e a outras situações que os debilitaram física e psicologicamente, como podemos comprovar:

"Tem sido saudável, mas agora aborreço-me muito, os dias são sempre iguais, às vezes é que saio para aqui ou para ali, bebo uma cerveja e penso muitas vezes o que é que eu estou aqui a fazer feito parvo (...) passo muito tempo em casa, sinto falta de uma atividade, (...) o ter ido para África só influenciou de forma positiva a minha vida, foi tudo positivo (...) os problemas que tenho hoje de saúde, nunca ninguém me disse que tivessem a ver com a tropa e eu também acho que não." (Entrvt. 10 Sr. Aguiar).

"A idade é o livro da vida, mas eu não sei se chego até muito longe, a partir de 2010 tem sido cada vez pior com a minha filha (...), estou reformado, porque a fábrica fechou em 2004, trabalhei lá 40 anos (...) depois de reformado é que as coisas começaram a piorar, em 2009 tive uma queda, porque eu sei fazer de tudo um bocadinho, fiquei com duas hérnias e a doutora disse que mais valia dizer ai, do que ter de ser empurrado numa cadeira de rodas, porque tenho muita gente para ser empurrada lá em casa (...), agora toda a minha vida roda à volta dos problemas da minha querida filha, foi um erro humano, na altura do nascimento e isso revolta-me muito e depois todos os problemas que trouxe da guerra" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

"(...) tenho tentado expandir (...), mas sinto que este tempo já não é o meu, agora sinto-me muito angustiado, estou muito mais sensível e acho que é de tudo isso que se passou comigo (...) neste momento é que está tudo a vir ao de cima (...) ando até a iniciar os tratamentos, já não posso passar sem os medicamentos (...), chegou-se à conclusão que não tenho stress de guerra, até fui fazer uns exames à cabeça, um deles era só barulho como se estivesse na guerra, mas chegou-se à conclusão que não têm a ver com a guerra (...) tenho uma mulher que tem sido uma grande companheira, ela é que me tem dado força e ânimo (...) é o meu amparo (...), mas sinto muito a falta dos meus filhos (...) (choramingando) eles continuam na Alemanha e não pensam voltar (...) eu quis voltar para o meu país, porque é o meu país, onde fui criado com pontapés daqui, dali, mas consegui sempre endireitar-me e por isso voltei" (Entrvt. 7 Sr. Velhinho).

"Esta fase da minha vida, como reformado levou-me um bocadinho a habituar (...) estou reformado desde 2004, o primeiro mês foi um bocado difícil (...), porque há muita gente que se vai abaixo nesta mudança de vida (...) depois fiquei viúvo, o que também foi um grande abalo na minha vida (...) senti-me perdido, os dias eram intermináveis (...), mas depois nasceu-me a minha netinha e pronto comecei a adaptar-me, os meus filhos são muito próximos (...) envolvi-me em associações para me sentir útil e ocupar o tempo (...) faço parte da Liga e além disso faço parte de uma confraria do senhor do calvário (...) pronto tenho o tempo assim mais ou menos ocupado (...)" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

Outro fator que se revelou como fundamental para o bem-estar destes homens, e que de certo modo contribui para a sua atitude positiva face às adversidades que viveram, é a manutenção de um contacto próximo e regular com os seus camaradas de armas. Podemos comprovar este facto pelas transcrições que se apresentam:

"Gosto de me encontrar com os meus camaradas, parecemos uns gaiatos. Eu vou a muitos convívios, tinha camaradas de várias zonas do país, mas muitos alentejanos (...) é uma alegria, mas às tantas também é chato, é rebobinar a cassete, mas também é importante porque a gente sublima toda esta situação" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"Tento ir aos convívios. Não vou a tantos como gostava de ir, mas há um aqui no Alentejo que é sagrado, habitualmente levo a minha mulher e acho que à família também lhe faz bem ir, para perceberem com quem estão a viver, saberem que às vezes as nossas mudanças de humor são iguais às dos outros e que têm uma explicação" (Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

"Eu gosto muito. Quando nos encontramos começamos logo a falar «eh pá, tão não te lembras daquela vez» é uma alegria (...) este ano vamos a tomar, no dia 25 de abril (...) mas

há muitos que já faleceram, outros que já não podem ir, ó porque andam doentes, ó porque não podem (...), o dinheiro é pouco (...), ó porque já não podem beber um copinho e depois não querem ir" (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"Ainda hoje nos vimos uns aos outros, é uma maravilha (...) (risos) e eu como estive ausente muito tempo (...) só fui ainda a dois (...) o meu pelotão já faz estes almoços há pelo menos 40 anos (...) há sempre uns que ficam mais marcados (...) mandamos uns postais pelo natal, adoro isto (...) quando isto acontece dispenso dois comprimidos (risos)" (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

"Todos os anos, a minha companhia era toda quase no norte e portanto é mais para essas bandas que vou (...) agora dia 6 vou a um almoço, Alcobaça, a minha companhia vai toda (...), assim se vê, somos camaradagem, vão os alferes, vai o capelão, esse vai a todas (...). vou com satisfação, com alegria (...) levo o meu álbum de fotografias e os outros fazem o mesmo (...) todos os anos é a mesma conversa e levo a família também (...) dormirmos lá e tudo, porque depois aquilo mete bailarico e convívio (...)" (Entrvt. 8 Sr. Magro).

"Sim, às vezes durante a viagem vou um bocado ansioso, mas depois quando lá chego é uma festa (...), fez agora neste sábado 8 dias que tivemos o nosso almoço, em Tomar, mas eu não consegui ir, mas fiquei com muita pena, primeiro porque foi desse quartel que nós partimos e porque cada ano que passa parece que somos menos, uns porque estão doentes, outros porque a vida está mais complicada, mas aquilo é uma espécie de terapia que a gente faz, é uma satisfação muito, muito grande, venho muito bem de lá" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

4.6.2 "Agora mais velho até me tenho lembrado mais..."

A exposição a acontecimentos traumáticos ao longo da vida é um fator que contribui para a alteração da perceção que cada indivíduo cria do mundo, de si próprio e dos outros, parecendo afetar consideravelmente os indivíduos a vários níveis: emocional, comportamental e fisiológico (Van der Kolk, 1996, cit. por Maia & Couto, 2009, p.266).

Após a exposição a uma situação traumática, o ser humano desenvolve um conjunto de sintomas específicos, ao qual se dá o nome de Perturbação de Stress Pós Traumático (PSTD). Porém, nem todas as pessoas expostas a um mesmo acontecimento desenvolvem PSTD. Segundo Anunciação (2003, cit. por Roriz, 2012, p.30), em muitos casos pode assistir-se à PSTD em remissão, ou seja a sintomatologia associada só é desencadeada quando da ocorrência de outro episódio traumático.

"Os sujeitos com Perturbações Pós-stress Traumático podem descrever sentimentos intensos de culpa por terem sobrevivido quando outros não o conseguiram, ou acerca de coisas que tiveram de fazer para sobreviver. [...] Pode ocorrer comportamento impulsivo e autodestrutivo, queixas sintomáticas, hostilidade, isolamento social, sentimento de ameaça constante, [...], deficiência nos relacionamentos com os outros, ou uma alteração nas características da personalidade [...], incluem também o reexperienciar persistente do acontecimento traumático [...] o mais comum são as lembranças recorrentes e intrusivas do acontecimento ou sonhos perturbadores onde o acontecimento é revivido [...]. Em casos raros a pessoa pode experimentar estados dissociativos, em que durante horas ou dias, a pessoa revive o evento e se comporta como se estivesse a vivenciá-lo novamente, estes episódios são designados de flashbacks (DSM IV- 2003, p.465).

A Perturbação de Stress Pós Traumático (PSTD) só foi considerada oficialmente doença psiquiátrica em 1980, a partir do momento em constou da lista oficial americana de

doenças psiquiátricas, inserida no capítulo "Doenças Ansiosas". Em 1993 é assumida pela Organização Mundial de Saúde e posteriormente é incluída na Classificação Internacional das Doenças (Anúnciação, 2003, cit. por Roriz, 2012).

Segundo DSM-IV (2003) associa-se quase sempre também ao quadro da PSTD patologias tais como ansiedade, perturbações de pânico, fobias, depressão, problemas de saúde física e até défices cognitivos. Outra disfunção muito associada à PSTD consiste na dificuldade em estabelecer relações interpessoais, refletindo-se, em particular, nas relações familiares.

Face ao exposto e de acordo com os testemunhos recolhidos nesta investigação pode-se constatar que a grande maioria dos combatentes se enquadra no grupo que vivenciou momentos marcantes, mas que não os limitaram em termos de saúde física, mental e social após o seu regresso e durante a sua vida ativa. Contudo, agora, na fase da velhice, regressam com frequência às vivências diárias da guerra, como podemos perceber pelos excertos que se apresentam:

"É curioso, isto tem a ver com certeza com a idade das pessoas. Atualmente recordo-me com mais clareza das coisas que vivi do que há 20 anos. Tenho pensado muito nisso. Por que é que eu que fui professor durante 25 anos e não sonho com isso e agora sonho com a tropa, com a realidade, não propriamente com situações específicas (...), mas não é coisa que me transtorne o dia a dia, porque acho que nós que ficámos deficientes, ficámos muito tempo nos hospitais militares e foi aí que sublimámos, limpámos o disco, de conversa com os nossos camaradas, nas diferentes circunstâncias (...), porque foram muitos os feridos, cerca de 30 000, tanto que não há muitos deficientes físicos militares que tenham problemas psicológicos graves. Já os que não ficaram feridos recalcam essas situações (...) agora vê-se muito situações de violência, isto, aquilo (...), é um bruto (...), se formos descortinar a situação, existem muitos camuflados e as situações encontram-se e é aí que está a explicação, as pessoas não falam sobre o que aconteceu. Eu não tenho problemas nenhuns em falar" (Entrvt 1 Sr. Ardina).

"Agora mais velho até me tenho lembrado mais. De vez em quando tomo uns medicamentos naturais (...) mas antigamente sentia assim uma coisa aqui no peito, muita ansiedade, a minha mulher até dizia «tu és como o leite, tão depressa levantas, como abaixas» (...) eu era uma pessoa muito stressada e sou (...) tá a ver, se tenho de estar nalgum sítio às 8, quando é ao quarto para as 8 já lá estou (...) antecipo-me sempre (...), mas acho que antes de me reformar era pior (...) era o stress da fábrica, para não perder o autocarro, para não chegar atrasado (...), mas também agora tomo para aí uns seis comprimidos no princípio do mês (...), mas acho que tudo tem a ver com o tempo de guerra." (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

"Olhe, eu não sei o que tenho na minha cabeça, porque eu ainda hoje sonho muito com aquilo (...) mais agora do quando de lá vim (...) agora então é uma desgraça (...) e em combate e ponho-me não sei (...), com aquele stress (...), levanto-me com a cabeça desorientada (...) às vezes até digo à minha mulher «olha, hoje estou desgraçado» (...) eu até já contei a um médico e ele disse-me «eh pá, isso é capaz de ser dos medicamentos que anda a tomar para os rins» (...) mas o que é certo é que às vezes levanto-me e depois volto-me a deitar e tão não é que começo na mesma tecla, parece tal e qual como se estivesse lá." (Entrvt. 4 Sr. Mota).

Existem ainda estudos que consideraram a existência de fatores protetores ou de risco face a situações potenciadoras de stress extremo. É o caso de Brewin e colaboradores

(2010, cit. por Começanda, 2011, p.13) que enumeram 14 variáveis de risco associadas ao percurso de PTSD,

"[...] variáveis socio-demográficas, como a idade, gênero, estatuto sócio-econômico, escolaridade e raça; variáveis históricas, que remetem para a história psiquiátrica familiar, abuso na infância, situações prévias de trauma, história psiquiátrica e inteligência; severidade do trauma, o suporte social e a exposição a stressores adicionais [...]".

A investigadora Maia (2007, cit. por Começanda 2011, p.14), reconhece estas variáveis como preditoras de PTSD nos ex-combatentes e sistematiza-as em três dimensões: as que dependem do tipo de acontecimento traumático, das características do indivíduo e do meio social envolvente. A primeira dimensão prende-se com o grau de exposição traumática, ou seja, grau de ameaça à vida, tanto pessoal, como das pessoas próximas. A segunda dimensão está centrada na pessoa e em tudo o que viveu e como viveu antes de ser mobilizada. A última dimensão está relacionada com coesão da unidade militar, a boa relação com as chefias, percepção de uma boa preparação para a guerra e dos recursos disponíveis. Relativamente a esta variável, a investigadora Começanda (2007, p.14), de acordo com Boscarino (1995), refere que o "impacto do evento traumático é maximizado pela ausência de suporte social [...] e, simultaneamente agravante para a morbidade pós-traumática [...]". Para tal Começanda (2011) desenvolveu um estudo a 26 militares veteranos da guerra colonial, sendo que 15 desses indivíduos tinham diagnóstico de PTSD e 11 assintomáticos, com o objetivo de perceber se os fatores preditores de PTSD se diferenciam em cada grupo e de que forma se relacionavam com a maior ou menor predisposição para a PTSD. Os resultados mostraram que o grupo dos sujeitos com o diagnóstico de PTSD apresentava uma maior prevalência de fatores considerados de risco, a salientar as privações económicas durante o período de infância e juventude, baixa escolaridade, trabalho precoce, fraca coesão familiar, maus tratos no período da infância, fraca autoestima, entre outros. Já o grupo de assintomáticos apresentava um conjunto de fatores favoráveis, ou seja, eram oriundos de famílias mais coesas e equilibradas, ausência de maus tratos e punições severas durante a infância, alguma escolaridade e positivismo perante a vida, o que lhes permitiu um Percurso de Resiliência, apesar de terem sido confrontados com acontecimentos igualmente traumáticos.

Segundo Hooberman *et al* (2010, cit. por Começanda 2011, p.41), os fatores preditores contribuem para a "construção da confiança e valor pessoal e capacidade de mobilizar recursos disponíveis" em situações de stress extremo. Também Anunciação (2010, cit. por Ririz 2012, p. 30) refere que "fatores como a história de vida, tipo de personalidade e estratégias de *coping* usadas, são fatores importantes para um bom prognóstico de não PTSD ou fácil remissão".

Neste sentido, e pelos testemunhos recolhidos nesta investigação, podemos de alguma forma confirmar as conclusões da investigadora Começanda. Da globalidade dos entrevistados, deparamo-nos com três testemunhos que revelaram vivenciar o período da infância com mais sofrimento, em que a perda da mãe enquanto crianças os obrigou a mudanças na sua vida e que poderá ter contribuído para uma fraca autoestima, maior fragilidade emocional e, por conseguinte, pouca capacidade de resiliência face a situações adversas. Os excertos que se apresentam são ilustrativos destas ilações:

"Fiquei sem mãe com 9 anos, morreu em casa com uma doença. Acompanhei bem os últimos dias da minha mãe. Ainda hoje me dói, porque ela sentiu a morte (...) (choramingando) mas fui muito protegido por todos, pelo meu pai, as minhas tias e a minha irmã mais velha, elas é que é que me acabaram de criar (...), comecei a trabalhar, porque os tempos eram difíceis para todos (...) e o meu pai disse-me «filho, vêes como a vida está, ficámos sem a mãe, tens de começar a ajudar cá em casa» (...) tive de aprender um ofício, embora eu tivesse vontade de continuar a estudar (...) a minha companhia nunca foi confrontada com o inimigo (...) mas sempre fomos cumpridores da nossa missão, fazíamos as rondas, para ver o que havia por fora (...) e fazíamos os treinos (...) e a gente questionava-se, mas o que é que a gente anda aqui a fazer (...) quando voltei fui ocupar o meu lugar (...) havia um bocado de discriminação, voltavam-se para mim e diziam «este aqui, que teve lá fora, vai para aqui», para os piores serviços (...) e eu sentia-me humilhado (...) não sei porquê, mas embirravam um bocado comigo por eu ter estado no ultramar (...) é por causa disso tudo que eu agora ando em tratamentos (...) os meus filhos é que me ajudam muito (...), foi um grande desgaste (...), o que me massacrava foi o que eu perdi, não tem sido fácil viver com isso." (Entrvt. 7 Sr. Velhinho).

"A minha mãe perdi-a quando eu tinha nove anos, matou-se, (...), mas ela queria matar-me a mim e ao meu irmão também (...), mas não teve coragem para matar a gente os dois e a ela (...) até deixou uma carta escrita, mas eu nunca li essa carta (...), então mandou o meu irmão mais velho comprar petróleo e a mim mandou-me com o vizinho para a horta (...), mas eu estava com um pressentimento e depois fui lá ao monte (...) quem deu com ela foi um tendeiro que andava a vender roupas e não me deixou entrar no monte (...) sem saber que eu era o filho disse-me «eh gaiato, não vás para ali, que matou-se ali uma mulher» e eu corri até lá, mas já não me deixaram entrar (...), foi uma grande tristeza (...), depois o meu pai arranhou-me uma madrasta e «para madrasta o nome basta», não me tratava bem, fazia muitas queixas ao meu pai (...) e nem sempre era verdade, ele não me batia, mas ralhava muito, foram tempos muito difíceis (...) e depois a especialidade de sapador era um bocadinho... (...) não me podia enganar «se me enganasse, só me enganava uma vez» (...) eu só me apercebi do que era ser sapador depois de ter chegado a Moçambique (...) fui para um batalhão de pretos (...) fiquei um bocado chocado, porque os pretos são mais racistas que a gente (...) e olhe que morreu lá muito preto (...) eles ficaram com muita raiva à gente (...) eu nunca mais ponho lá os pés, mas não tive razões de queixa deles (...), só que os meus superiores pensavam que eu fosse tropa de lá (...) e eu tive de ir falar com um tenente, porque já tinha passado o meu tempo obrigatório de tropa e a coisa resolveu-se logo (...) quando andei aí mais nervoso, com o sistema nervoso alterado (...) o Dr. aqui da Liga é que me tratou, hoje já está ultrapassado" (Entrvt. 8 Sr. Magro).

"(...) quando fui para o ultramar já estava casado e tinha o meu filho com quinze dias (...) isso deitou-me muito abaixo (...) a minha mulher também porque ela teve sempre problemas de nervos, porque viu o pai pendurado da árvore (...) a 7 de março dá-se um ataque ao destacamento, com uma granada de canhão que me afetou psicologicamente, depois havia os abrigos que eram buracos toupeira, caiu a 50 metros e manda o vácuo lá para dentro (...) eu ainda me sinto a levitar (...) tenho medo de espaços fechados (...) vinha já com aquele íntimo de todos os dias de estar a levar com a granada todos os dias (...) houve uma altura que eu não podia ouvir qualquer coisa, vim psicologicamente, o cérebro ficou marcado, uma vez que me afetou muito foi a fobia (...) o estarmos ali fechados dentro daquele buraco de toupeira (...) e depois com os problemas da minha querida filha (...) porque tudo isto foi no

parto, ela ficou com problemas graves no cérebro (...) entretanto os problemas todos da minha filha têm-se agravado desde 2010 para cá (...) e eu que já tinha acompanhamento de psicologia aqui na Liga, deixei de vir (...) não tenho vontade com todos os problemas lá de casa (...) a minha mulher já foi internada com uma depressão, que agora é crônica (...) eu quando sonho sinto-me ainda a levitar, é como eu digo a nossa cabeça quando entra porcaria, gera porcaria (...), as recordações têm sido muito constantes durante toda a vida, só o trabalho é que me fazia esquecer, enquanto estava a trabalhar não pensava muito naquilo, agora reformado está-me a acontecer com mais frequência (...), tenho ataques de pânico. Tem sido difícil lidar com isto, com o problema da minha mulher que é uma pessoa doente psiquiátrica, com o problema da minha menina que desde que nasceu tem problemas (...)"
(Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

Em conclusão, a investigadora Ribeiro (2013, p. 50) refere que "a integração central do evento de guerra só é preditor significativo de sintomatologia depressiva e de stress pós traumático por influência dos esquemas precoces desadaptativos". Ou seja, sendo os combatentes indivíduos cada um com a sua história de vida, crenças, padrões cognitivos e "estratégias de *coping*" diferentes, cada um orientou o seu comportamento e interpretou a guerra de acordo com a estrutura/padrão psicológico adquirido antes da guerra e em particular no período da infância.

Neste sentido, percebe-se que de um modo geral os combatentes que constituíram a amostra deste estudo integraram o evento de guerra nas suas vidas, mas este não constituiu ponto de referência na sua memória e consequentemente não os limitou em termos de saúde física, mental e social.

4.6.3 "Têm de lutar muito para se conseguir alguma coisa..."

O associativismo consiste num fenómeno social de união entre as pessoas, com vista a alcançar um objetivo comum, em prol de interesses coletivos e, constitui-se como um potenciador de desenvolvimento do ser humano, em particular e, de toda a sociedade, em geral. Segundo Mendes (2005) "*A associação é uma pessoa coletiva composta de pessoas singulares e/ou coletivas unidas em torno de um objetivo comum, sem ter por fim o lucro*" (cit. por Cunha, 2011, p.45).

Para o idoso, o associativismo pode significar a oportunidade de continuar a ter um papel ativo na sociedade, de se sentir incluído nela, de se sentir vivo e valorizado, uma vez que esses espaços de união entre pessoas promovem a comunicação, a partilha de conhecimentos, de valores, de experiências e de vivências.

Segundo Paúl, (2005) é essencial que os idosos, para além de um estilo de vida saudável e uma vida em segurança, estimulem a sua socialização através de uma participação social mais intensa, nas suas mais diversas formas. Tais formas vão desde trocas interpessoais significativas, até ao exercício dos direitos e deveres de cidadania, estendendo-se à participação em estruturas e associações em favor do bem comum (cit. por Martins 2010). A autora Coelho (2008) acrescenta ainda que "[...] a associação pode ser definida como um espaço [...], em benefício de algo, que sendo

uma vontade pessoal, assume um caráter de resposta a uma necessidade coletiva [...]" (cit, por Martins 2010).

De acordo com Castro, 2001 (cit. por Scortegagna *et al*, 2012) "os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível uma resignificação do seu Eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si". Logo, ao unirem-se em grupos de referência e em prol de uma causa comum, eles têm a possibilidade de conquistar um espaço na sociedade, reconstruírem memórias, obter reconhecimento pela sua trajetória de vida e consideração pela contribuição social que ainda continuam a dar em termos de bens, serviços e conhecimentos.

Segundo Schmidt (1993),

"O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo faz parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu o seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprias do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança".

Desta forma, a LC, à semelhança de outras associações do mesmo cariz, constitui um espaço onde o antigo combatente encontra o seu grupo de referência (ou seja, outros na mesma condição que ele) e, através dos rituais militares e tradições que são mantidas, promove a coesão identitária do combatente, tal como outrora em situação de guerra.

Ao longo dos tempos a LC tem procurado alargar a sua identidade militar para uma identidade social, desenvolvendo um conjunto de respostas que atendem ao envelhecimento dos seus associados. Exemplo disso é o programa de cuidados de saúde e a construção de equipamentos que vão ao encontro das necessidades e interesses dos seus sócios, em particular dos antigos combatentes da Guerra do Ultramar e famílias, que se encontram atualmente na fase da velhice, ações que têm sido vistas com muita satisfação pelos sócios.

De acordo com a maioria dos testemunhos recolhidos, a LC é o lugar de pertença para o combatente, com a qual todos os associados se identificam e em que todos tendem a funcionar como um bloco. Nesse local, os combatentes sentem-se protegidos pelos serviços que a Liga tem ao dispor de todos os seus associados e sabem que as suas preocupações e ambições são compreendidas e reconhecidas por todos, como podemos constatar pelos excertos apresentados:

"(...) sou sócio da LC (...) conheço bem os serviços que a Liga tem ao dispor do combatente (...) está agora muito mais viva e tem feito muito para ajudar aqueles combatentes que mais precisam, informando-os dos seus direitos (...), porque ainda há muita gente que tem de ser informada, os nossos combatentes eram, uma grande parte, pessoas poucos letradas, como a grande maioria dos portugueses dessa altura (...) agora estão mais velhos e necessitam de outros apoios, a saúde começa a fracassar (...), por isso acho que têm atividades e outras ações que unem os combatentes, dão-lhes atenção e neste momento estão a preocupar-se e muito bem com aqueles que estão já mais velhos (...)" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"(...) já sou sócio da LC desde a história do Portas, fui ao engano, pensava que me iam dar um subsídio por estar no ultramar, na Liga ninguém me obrigou, preencheram-me os papéis sem me perguntarem nada (...), hoje, tenho conhecimento de todos os serviços que presta aos combatentes, recebo a revista e concordo que tenha reavivado (...) porque em 68, 69, quando eu voltei da guerra, era uma associação que estava praticamente morta (...), embora não veja com bons olhos estarem a meter civis como sócios (...) não vejo muita lógica nisso, não vejo qual o alcance que querem dar, talvez seja pelos militares já serem escassos (...) talvez queiram dar mais expressão à associação (...), acho que o sistema é bom, preocupam-se com os combatentes e tentam ajudá-los agora que estão mais velhos e exemplo disso é o lar que estão a construir, vai ajudar muito o idoso que já não consegue viver sozinho em casa (...)" **(Entrvt. 2 Sr. Madeira).**

"(...) eu pensei que como combatente tinha a obrigação de fazer parte da LC (...) sempre pensei cá pra mim «nunca quero perder o nome de combatente» (...) foi em 1982 (...), pensei, fui combatente então quero ter o meu cartão de combatente (...), na Liga sou muito bem recebido, acho que são pessoas competentes que estão ao dispor dos outros (...) sempre a ajudar os sócios e eles dizem-me onde posso ter alguns descontos (...) ainda há pouco tempo me disseram que quando precisasse de pneus, para ir a tal sítio, mas para perguntar primeiro o preço e depois é que digo que sou sócio da Liga dos Combatentes, porque temos desconto e nos óculos também, mas isso eu já sabia (...) e a obra, o lar para os combatentes, que eles estão agora a construir é muito boa (...) muito digna de respeito (...) e os passeios que eles organizam também são muito bons. É pena é a minha reforma ser pequena, porque senão ia a mais passeios (...) estas associações até poderiam ser mais, para dar mais atenção aos problemas dos combatentes, porque estamos mais velhos (...) precisamos de mais ajudas (...) portanto quanto mais melhor (...)" **(Entrvt. 3 Sr. Mota).**

"(...) sou sócio há 10 anos, achei que devia associar-me (...) pelo espírito de camaradagem (...), de partilha com os outros iguais a mim (...)" **(Entrvt. 4 Sr. Mata).**

"(...) sou sócio da Liga desde 73 (...) enquanto estive na Alemanha tentei estar sempre informado (...), fiz uma assinatura nos Brados e foi através do jornal que soube da LC (...) parti sempre do princípio que era bom fazer parte de grupos, associações (...) estar sempre ativo, porque é como eu costumo dizer «para recebermos também temos que dar» (...) e por isso, para que os combatentes possam lutar pelos seus problemas, temos que estar unidos, como estávamos lá (...), sei que têm muitos apoios aos sócios, mas eu até não tenho aproveitado (...) é uma casa onde me sinto em casa. No núcleo de Estremoz está um camarada que foi meu superior quando estive na Guiné e que eu respeito muito, quase como um pai, e gostamos muito de relembrar alguns episódios desses tempos. É uma maravilha quando nos encontramos" **(Entrvt. 6 Sr. Salvador).**

"(...) achei que era o meu dever (...) por orgulho de pertencer a uma instituição de combatentes (...) e também por saber que poderia ter alguns benefícios (...) sei dos serviços de saúde, dos descontos no Hospital da Misericórdia, de farmácias, de tudo (...) ando a ser tratado da cabeça aqui pela Liga, de quinze em quinze dias vem aqui o psicólogo (...) vem falar comigo (...) somos doze pessoas, é terapia em grupo (...) eles têm-me dado muito apoio a mim como combatente, mas também para famílias mais carenciadas (...) eu trago para aqui jornais, revistas e cada quilo reverte a favor das famílias que precisam, com bens alimentares (...) é através da campanha do Banco Alimentar (...) eu felizmente não preciso (...) em relação ao lar que está a ser construído em Estremoz, acho muito que é uma obra muito boa, a pensar nos mais velhos (...)" **(Entrvt. 7 Sr. Velhinho).**

"(...) sou sócio da Liga já há muitos anos (...) o ter sido combatente e gostar desta casa (...), foi o que me levou a inscrever (...), nunca pensei nisto pelos benefícios que posso tirar daqui (...), mais pelo facto de saber que as pessoas que aqui estão compreendem bem aquilo que passámos lá fora, não somos tratados como «olha este agora vem aqui lamentar-se e o que é que eu tenho a ver com isso» (...), tá a perceber, e se precisarmos de ajuda médica eles dão e se for preciso mais outro tipo de apoio eles tentam resolver (...)" **(Entrvt. 10 Sr. Aguiar).**

"(...) o ter sido combatente foi o que me levou a inscrever (...) e saber que aqui me poderiam ajudar, porque eu vim muito transtornado (...) já fiz terapia de grupo com o psicólogo, onde as pessoas desabafavam, mas deixei de ir porque a situação da minha filha piorou, a partir de

2011/2012 e, já não tive cabeça para ir ao psicólogo, mas sei dos apoios que dá aos seus sócios, está tudo explicado nos papéis que nos dão cá." (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

"(...) sou sócio da LC praticamente desde que vim do ultramar (...), é assim naquela altura alguém me disse «eh pá, convém associar-te, porque daqui amanhã...» (...) porque também era assim, quem era sócio da Liga podia ir à guarda e à polícia comprar as coisas mais baratas, porque havia poucos supermercados. Já havia esses benefícios. Íamos à manutenção militar comprar determinadas coisas muito mais baratas e que não havia noutro sítio (...) os serviços da Liga é uma coisa que eu tento estar sempre a par do que se faz, venho aqui quase todos os dias (...) ainda para mais agora viúvo, estou muito tempo sozinho e sempre que posso vou a passeios, faço sempre questão de estar em todas as cerimónias ao combatente (...), mas acho que às vezes o combatente que mais precisa de auxílio não aparece, envergonha-se, ou não quer saber (...)" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

Portanto podemos assim depreender que a Instituição LC constitui uma espécie de porto de abrigo para o antigo combatente, pois nesse lugar, para além dos apoios, tem possibilidade de manter e alargar a sua rede de relações interpessoais, quer através de convívios, como sejam passeios, almoços, rituais militares, ou outro tipo de eventos.

Sendo o Homem um ser social, desde sempre ele se relacionou com o outro, com o objetivo de criar laços de entreajuda e de cooperação. Contudo, em Portugal a tradição associativa nem sempre foi "visível", no sentido em que, durante o regime de opressão em que vivemos, durante décadas, os movimentos associativos, eram proibidos e estavam de alguma forma camuflados.

As associações (referidas no capítulo II) que surgem logo após o término da guerra e são reflexo das necessidades sentidas pelos combatentes, no âmbito da saúde, na questão social e até jurídica, vêm desta forma dar voz aos que voltaram mais fragilizados. Estas associações revelam-se como espaços de reclamação coletiva, essencialmente compostos por combatentes, onde se dá visibilidade pública às preocupações e fragilidades, tentando alcançar formas de reconhecimento para os homens que regressaram da guerra e com os quais não houve diálogo, apenas um silêncio relativamente ao que se passou.

Das entrevistas feitas ao público-alvo desta investigação, em todas se verificou uma valorização das Associações de Combatentes, reconhecendo que tem sido através do trabalho realizado pelas diversas Associações que se têm conseguido melhorias na assistência aos combatentes em geral, como podemos comprovar pelos testemunhos que se seguem:

"Instituições existem. São todas formadas por combatentes e são eles que têm feito alguma coisa a favor dos seus camaradas, mas às vezes é preciso derrubar muito obstáculo e ter muitos conhecimentos (...) e no nosso país as coisas avançam devagar, com avanços e recuos (...) veja as reformas dos mais velhos, cada vez estão mais pequenas, tira-se para isto, para aquilo e esquecem-se que os mais idosos com a idade precisam de apoios." (Entrvt. 2 Sr. Madeira).

"(...) têm de lutar muito para se conseguir alguma coisa (...), porque penso que a nível geral ainda não há suficiente apoio (...), penso que ao nível da instituição militar não se resolve os problemas gravíssimos do PTSD, os que têm resolvido são as associações, ou seja os movimentos de combatentes (...), pois apesar do nosso amigo Portas ter arranjado aí uns

trocos para os ex-combatentes, eles não têm ajudado grande coisa, acabando por ser mais uma despesa para a Nação." (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"(...) até poderiam ser mais, para dar mais atenção aos problemas dos combatentes, porque estamos mais velhos (...) precisamos de mais ajudas (...) portanto quanto mais melhor (...) acho que deveríamos era ser mais unidos (...)." (Entrvt. 4 Sr. Mota).

"(...) desde o final da guerra acho que não tem sido feito o suficiente. Devíamos dizer mais vezes o que nos vai na alma - «isto está mal» - e ser mais insistentes, não desistir (...) estamos muito habituados a ser comandados (...) sem alguém a puxar por nós, cada um vai para seu lado (...) por isso é que são importantes as associações." (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

" Eu acho que sim, é muito importante o trabalho das associações e se trabalharem a 100% ainda melhor (...), elas estão muito próximas uma das outras. Aqui temos a Liga e umas portas abaixo a ADFA e ao redor de Évora há mais, portanto se unirem esforços se calhar conseguem melhores resultados e quem fica a ganhar é o combatente" (Entrvt. 8 Sr. Magro).

"Eu acho que deviam ter mais poder e ser mais apoiadas (...) pelo Estado (...), porque se está a fazer trabalho que ele não consegue fazer, e já não digo que seja por falta de interesse, mas simplesmente porque houve muita coisa que não foi feita em relação aos antigos combatentes, logo depois do seu regresso e que o nosso Estado neste momento não consegue fazer sozinho (...) quantos existem, em que condições vivem, precisam de apoio, ou não, e nós vemos pelas reportagens que aparecem agora na televisão, quantos são os sem-abrigo combatentes e como se podem apoiar (...) é para esse apoio que as associações existem, são grupos de pessoas que se uniram, dispostas a ajudar os outros." (Entrvt. 9 Sr. Marquês).

"Eu acho que sim, mas acho que às vezes o combatente que precisa de auxílio não aparece, envergonha-se, ou não quer saber (...) olhe por exemplo, lá na minha aldeia existe um (...) agora até teve uma trombose (...), é um rapaz com 60 e poucos anos e esse precisava mesmo de auxílio e eu muitas vezes lhe disse «eh pá, torna-te sócio da Liga, que eles ajudam-te» (...) porque ele estava mesmo a precisar de algum apoio, tinha uma reforma muito pequena (...) sempre foi trabalhador rural (...), mas não, nunca fez caso." (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

"Eu só sei é que as instituições que existem muitas vezes não têm apoios suficientes para ajudar como querem (...) e as pessoas querem fazer mais, mas não lhe permitem (...)" (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

Nesta investigação procedemos ainda a uma análise da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), uma vez que no conjunto de entrevistados desta investigação temos dois antigos combatentes com deficiências físicas adquiridas durante o cumprimento do serviço militar e que são associados da ADFA.

A ADFA é criada em 14 de maio de 1974, por iniciativa dos militares deficientes, muitos deles grandes deficientes, durante o período da Guerra Colonial. Atualmente tem mais de 13 500 associados, aos quais presta serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, da assistência social e jurídica.

"A constituição da ADFA é, pois, a expressão da revolta de quantos, levados a participar na guerra colonial, nela ou na sua preparação se deficientaram e depois se viram abandonados e marginalizados, sem perspectivas de reintegração social. As formas doentias de tratamento dos deficientes foram frontalmente postas em causa e lançados os fundamentos de um relacionamento saudável e de uma aceitação plena numa sociedade que se reclamava para todos" (in

http://www2.adfaportugal.com/adfapor/index.php?option=com_content&view=article&id=23:historia-da-adfa&catid=37&Itemid=18

Ao longo dos treze anos de guerra, o Estado foi sempre desenvolvendo medidas de auxílio aos combatentes "inválidos" (designação atribuída aos deficientes), através de programas de reabilitação física e profissional e de benefícios sociais específicos, como podemos constatar pelas medidas políticas acionadas durante os anos de guerra e até posteriormente a 1974. Porém, segundo os testemunhos dos dois entrevistados que ficaram invisíveis durante a sua participação na guerra, essa reabilitação assegurada pelo Estado não era feita de forma eficiente, ou seja, havia um tratamento pouco humano para com o deficiente e logo que o combatente estivesse recuperado, ou parcialmente recuperado (dependendo da gravidade do acidente), era encaminhado para a sua terra e muitos já não tinham acompanhamento (abdicando o Estado nessa fase de qualquer obrigação). Factos que revoltaram os deficientes e os impulsionaram a criar uma associação que zelasse pelos seus direitos, como podemos comprovar pelos excertos que apresentamos:

"(...) durante o tempo da reabilitação médica ficávamos no anexo do hospital militar (...) onde havia de tudo, paraplégicos e outras situações (...) e foi precisamente aí que começou a surgir o movimento de reivindicações para melhor tratamento e com mais dignidade aos incapacitados de guerra, ou inválidos como éramos chamados (...) são os militares deficientes mais politizados e escolarizados que acabam por criar a ADFA), que aparece logo em maio de 74. A ADFA foi sempre uma associação muito lutadora e reconhecida e foi ela que reivindicou o reconhecimento aos cidadãos militares e não militares e as coisas têm mudado aos poucos, pelo trabalho desta associação e de outras que têm aparecido (...)" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

"Como a união é que faz a força foi o que os deficientes fizeram e assim apareceu a ADFA (...) precisamente para reclamar os direitos dos que vieram com grandes problemas (...) porque ninguém veio a 100% (...), nos hospitais nem sempre as pessoas eram tratadas com dignidade, éramos a associação dos mutilados e ali estávamos (...) era um bocado como no ultramar, acabávamos por nos amparar uns aos outros e foi assim que sublimámos os nossos traumas (...) a verdade é essa, em alguns casos fomos nós que nos tratámos uns aos outros, fazendo o papel de psicólogos, fazendo ver àqueles que se estavam a ir a baixo que havia outros que estavam pior e que alguns tinham mesmo lá ficado (...) e a ADFA tem sido uma grande associação na luta pelos direitos dos seus associados (...) por exemplo, a ADFA cada vez que faz um projeto, faz logo três ou quatro pastas, porque já estamos preparados, que se mudar este ou aquele ministro, ou governo, voltamos à estaca zero e depois já ninguém sabe nada outra vez (...) somos persistentes"(Entrvt. 3 Sr. Aníbal).

4.6.4 "A sociedade não passou cartão nenhum aos combatentes"

Ao longo dos tempos o conceito de reconhecimento tem estado na base de todas as mudanças da sociedade. Para Caillé (2007, cit. por Marcos, 2008, p.9) "as lutas socioeconómicas de ontem foram sempre, em última instância, lutas pelo reconhecimento".

Para Marcos (2008, p.11),

"[...] um ser humano vale por ser humano, mas só se for reconhecido como tal pelos outros seres humanos. A dignidade subjetiva é intersubjetiva. É por isso que ser reconhecido é uma vital necessidade-desejo de todo o ser humano. Na sua expressão mais intensa, é o desejo do desejo do outro (...). Além da sua dimensão individual, o reconhecimento tem uma dimensão coletiva que têm por objeto sobretudo aspirações ao reconhecimento de identidades e diferenças relativas à etnicidade, ao género, etc".

Os autores Nunge & Mortera (1998, cit. por Marcos, 2008, p.12) referem que todo o indivíduo precisa do estímulo dos seus semelhantes para o desenvolvimento da personalidade, e que *"o desenvolvimento da nossa personalidade pode analisar-se em termos de gestão de sinais de reconhecimento, positivos ou negativos, incondicionais ou condicionais"*.

De acordo com David Le Breton (2007, cit. por Marcos, 2008, p.11) a inexistência de Reconhecimento leva a comportamentos de risco, sendo que *"esses comportamentos são procuras identitárias [...] são apelos à vida e raramente uma vontade de morrer [...]"*. Pelo contrário se houver Reconhecimento tal vai permitir ao indivíduo sentir-se incluído na sociedade - é valorizado e esse facto dá-lhe confiança para agir em sociedade, tornando-se visível perante os outros.

Neste sentido, a procura de melhoria das respostas sociais, tanto ao combatente como à sociedade em geral, são o resultado de lutas pelo reconhecimento, de grupos mais ou menos vulneráveis que adquiriram voz e que foram o motor da própria evolução do estado-providência no nosso país.

As profundas mudanças políticas que aconteceram em 1974, com o 25 de abril, traduziram-se na consolidação dos direitos de cidadania, consagrando direitos civis e políticos, alargando e aprofundando os direitos civis, o que se traduziu numa maior responsabilização por parte do Estado.

Ainda de acordo com Carvalho (2013, p.2),

"[...] a transição para um regime democrático [...] implicou uma mudança na lógica de intervenção no domínio da ação pública, nas políticas públicas, e , em particular, nas políticas sociais [...] foi preocupação central dos governos democráticos dar respostas às novas necessidades e exigências que surgiam, definindo políticas públicas integradoras e orientadas para a promoção do desenvolvimento social, da inclusão e da coesão social".

Embora todos os testemunhos reconheçam que, de alguma forma, os que vieram diminuídos fisicamente receberam apoio e foram alvo de reabilitação física e social, o sentimento geral é o de que aos jovens militares que regressaram física e psicologicamente bem (aparentemente), nada foi feito, como podemos perceber pelos excertos a seguir apresentados:

"O nosso Estado nunca soube o que fazer com os combatentes e deixavam andar as coisas, não se avançava (...), até mesmo connosco, os deficientes, antes de 74, havia muita coisa que estava decretada, mas não era feita a todos, porque os rapazes também não se

interessavam (...) depois de estarem hospitalizados, a grande maioria saía daí e ia para as suas terras (...), só aqueles que queriam ficar em Lisboa e eram mais vivaços é que acabavam por aproveitar a tal reabilitação social (...), havia cursos de contabilidade e de outros ofícios que alguns frequentavam e depois reconstruíam as suas vidas, mas outros voltavam para as suas terras com uma pensão de invalidez e seguiam a vida à sua maneira (...) e o Estado já não se preocupava mais com eles (...) mas acho que a Nação têm mais ou menos cumprido com o DFA (...) uma coisa também tem de ser dita, no caso dos militares que eram mesmo do quadro, a reabilitação médica e física parece-me que funcionava melhor (...) relativamente aos amputados, quando era necessário ia-se para um hospital em Inglaterra ou de Hamburgo, na Alemanha, dentro do que era possível cumpria-se (...) isto para todos os cidadãos, militares ou não militares (...), eu até fui depois acompanhado pelo melhor especialista que existia em Portugal (...), no caso dos invisuais, alguns frequentaram cursos de reabilitação, aprendíamos braille (...) durante o tempo da reabilitação médica ficávamos no anexo do hospital militar (...) onde havia de tudo, paraplégicos e outras situações (...) e, foi precisamente aí que começou a surgir o movimento de reivindicações para melhor tratamento e com mais dignidade aos incapacitados de guerra, ou inválidos como éramos chamados (...) são os militares deficientes mais politizados e escolarizados que acabam por criar a ADFA, que aparece logo em maio de 74" (**Entrvt. 1 Sr. Ardina**).

"Não, a sociedade não passou cartão nenhum aos combatentes. Aquilo era como ir ao Algarve de férias (...) na altura em que a gente veio é que devíamos ter tido psicólogos (...) a mim ninguém me perguntou nada, a mim nunca ninguém me chamou «atão tu estás bem, estás mal, trouxeste algum trauma, ou isto, ou aquilo...» (...), quando viemos já não tínhamos os nossos lugares, os nossos empregos, podiam ter-nos dado alguma formazinha (...), porque a gente vinha de lá e ainda vínhamos parece hipnotizados (...) é como se a gente não tivesse abalado de cá, como quem diz, «atão fostes, vieste, agora governa-te que eu tou governado» (...), se as coisas tivessem sido feitas logo na altura, as pessoas estariam mais satisfeitas (...)" (**Entrvt. 8 Sr. Magro**).

"Quando voltámos as pessoas acarinhavam os militares. Os que nos conheciam, a família, os vizinhos, as raparigas juntavam-se e iam ver como é que estávamos (...) mas aquilo era como um purgante, o jovem tinha de ir para a tropa e quando voltasse fazia a sua vida, hoje era este, amanhã era outro que ia, era à vez (...) e o governo já não queria saber de nós (...) só se trouxesse alguma deficiência, de resto mais ninguém se manifestava, e como estávamos habituados a não reclamar o que havia era uma lamúria e não revolta (...)" (**Entrvt. 2 Sr. Madeira**).

"Na altura que vim, logo a seguir ao 25 de abril, as pessoas não nos ligavam grande importância (...) o nosso país estava um bocado desgovernado, quem é que se chegava ao pé de nós para saber se precisávamos de alguma coisa, ninguém, cá ninguém se entendia (...) os meus amigos é que se dirigiam a mim e diziam «eh pá, vens vivo e não vens ferido» (...), as preocupações do povo eram outras (...) naquela altura queriam que tudo fosse deles (...) as pessoas não assumiram bem a democracia (...), queriam entrar nos comboios sem pagar o bilhete (...) era uma balbúrdia (...) já nem se lembravam que alguns tinham estado no ultramar (...), a bem ver, alguns de nós também nem sabíamos o que tínhamos ganho com tudo aquilo (...) e por isso cada um refez a sua vida como pode, mas à sua custa, porque o termos sido combatentes não contou para nada" (**Entrvt. 5 Sr. Mata**).

"(...) o governo nessa altura em que voltámos foi muito injusto para o soldado que voltou. Não lhe ligou nenhuma. Voltou-se de lá e cada um foi à sua vida (...) por exemplo, acho que no caso dos retornados de Angola, foram logo recompensados, logo na altura (...) podiam-se ter aberto algumas portas para os rapazes que tiraram algumas especialidades (...) se calhar até aconteceu a alguns (...) mas para a grande maioria não (...) se isso tivesse sido feito, hoje em dia talvez não tivéssemos sem-abrigo ex-combatentes (...) o caso dos telefonistas e telegrafistas, será que todos tiveram a oportunidade de seguir essa profissão cá (...) talvez estivessem melhor social e financeiramente se lhes tivesse sido dada essa hipótese (...) acho que foi injusto para os jovens da minha geração (...) para os combatentes (...) podiam ter pensado em nós quando viemos (...) de forma organizada (...) podíamos ter sido ajudados ou orientados para uma vida melhor (...) porque se lá andamos a defender o que ao fim ao cabo acabou por não ser nosso, também cá saberíamos lutar pelo nosso país, com espírito de união (...) e não cada um por si (...)" (**Entrvt. 6 Sr. Salvador**).

"(...) nós quando vínhamos de lá ninguém nos veio dizer o que quer que fosse, nada, nem saber se estávamos bem, só se fosse um caso mesmo grave (...) podiam ter tido uma atitude digna, como foi a nossa quando fomos para lá, perguntar aos combatentes se precisavam de apoio, de emprego (...) o que aconteceu foi que nós naquela altura éramos rapaziada com poucos conhecimentos, a grande maioria voltou para o seu isolamento (...) nós combatentes até tínhamos algumas portas abertas para outro tipo de vida (...) tinha-se prioridade para entrar para a guarda, para a polícia, sobre aqueles que nunca tinham ido ao ultramar (...), mas cada um tentou desenrascar-se à sua maneira (...) e o governo também não insistiu, a gente não reclamava e eles deixaram-se ficar" (Entrvt. 12 Sr. Mourato).

Na opinião dos antigos combatentes, a Nação, apesar de ter feito alguns pequenos esforços, continua a não dar o devido valor ao antigo combatente e consideram que os benefícios que lhes têm sido concedidos são insuficientes. Para alguns, estes apoios financeiros são um desrespeito à sua condição de combatente, sentimentos revelados pelos excertos que se apresentam:

"(...) os apoios financeiros são uma vergonha, cem euros por ano, e socialmente pouco valorizados é como se já não existíssemos (...) isso dá-nos para quê, nem para os remédios (...), eles acham que continuamos pouco conhecedores da realidade, mas as coisas mudaram e nós também evoluímos, já não somos os mesmos que para lá fomos, nessa altura davam-nos esmolas e a gente até lhe agradecíamos, agora não (...) mas também já pouco falta e aí a geração da guerra fica definitivamente esquecida." (Entrvt. 2 Sr. Madeira).

"No meu caso, os 27 meses que lá passei contaram a dobrar, em termos de contagem de tempo de serviço, porque estive sempre em zona de perigo (...) que tem de estar registado na caderneta militar (...) o que até aí era muito bom (...) mas depois tiraram o tal complemento do Portas (...) durante dois anos recebi à volta de 175€ por ano e agora recebo 50€ (...) «Santo Deus, isso revolta-me» (...) graças a Deus não preciso do dinheiro (...), isto parece que depois pensaram que a gente não valia assim tanto (...) então toca a tirar (...) eu até já pensei em devolver o dinheiro que me dão, para eles verem que aquilo não me serve, pode ser que ao Estado ajude (...) até perante os outros que não andaram lá e que são da mesma mocidade, isto é de troça: «querias-te agora amanhã, não?»". (Entrvt. 5 Mata).

"(...) esses 100€ que nos dão é um «tapa olhos», não é apoio (...) para o que soldado deu a todas as colónias e alguns deles afetados para o resto da vida (...) nós portugueses somos muito pacientes e portanto aguentamos tudo e mais alguma coisa (...)" (Entrvt. 6 Sr. Salvador).

"(...), se as coisas tivessem sido feitas logo na altura, as pessoas estariam mais satisfeitas (...) então diga lá então com 100 euros o que é que me favorece, por ano. Tenho uma reforma de 159 euros, dos anos que cá trabalhei, porque até nessa me mexeram, porque tenho uma reforma da Suíça, mas o que é que eles têm a ver com essa reforma (...) atão diga-me lá «acha bem para quem lhes defendeu as costas» (...) isto é uma afronta a qualquer combatente" (Entrvt. 8 Sr. Magro).

"(...) diga-me lá o que é que adianta 100 euros por ano. Se fosse por mês, poderia fazer a diferença (...), porque se a gente sacrificámos a nossa vida pela nosso país, alguns até lá ficaram, então agora que estamos mais velhos podia haver uma atenção especial, mas não. Olhe as coisas deveriam ter sido feitas quando viemos de lá, deveriam ter criado alguns subsídios nessa altura - «tiveste em zona de perigo, então tens direito a isto como compensação, não tiveste em perigo, só tens direito a metade», por exemplo. Mas no nosso país as coisas levam sempre muito tempo a decidir-se e depois o tempo vai passando e acabam por ficar esquecidas. O que nos tem valido são as associações de combatentes que continuam a batalhar por nós, porque senão nem muito nem pouco, era nada. Mas de qualquer forma a gente agora já não se cala, temos de lutar e lutar para que nos olhem com mais respeito (...)." (Entrvt. 11 Sr. Isabelinho).

"Eu acho que a nossa Nação ainda está um bocado traumatizada, os nossos políticos ainda alguns são dessa altura, ou filhos dos que lá andaram (...), por exemplo em França, em relação à guerra na Argélia, eles também não falam. Os Estados Unidos da América (EUA), põem tudo cá fora, a guerra do Vietname foi encarada de outra forma e os veteranos tratados de forma diferente, porque quando aconteceu, eles já tinham associações bem constituídas, da altura da 2ª guerra mundial e portanto o Vietname foi abordado tanto pelo Estado, como pela sociedade. De outra forma, tentaram sempre proteger os seus veteranos, eles são os heróis (...), morre qualquer soldado e ele é enterrado com pompa e circunstância, vão as instituições a que ele pertencia, a Escola, a Câmara, tudo. Há uma verdadeira homenagem a esse Soldado (...), nós cá somos enterrados no silêncio. Como professor sei que têm havido diretivas (...), desde sempre (...) pela Europa, a mensagem foi sempre que devemos funcionar como europeus, não como portugueses, espanhóis, franceses e portanto a História que se deve ensinar aos novos jovens deve ser abrangente e não muito específica a determinado momento (...), porque em relação à sociedade em geral está completamente interiorizado que gente como eu já não existe (...) as gerações são outras e a Nação não compreende, não tem memória (...), logo se queremos criar alguma memória sobre os Homens que serviram o nosso país, temos de o fazer de outras formas (...), eu acho que a RTP agora está a ter um papel muito importante (...), as reportagens, os filmes e documentários sobre a guerra colonial e até os livros que se têm escrito, fazem com que a sociedade passe a conhecer melhor o que nós passámos e isso é RECONHECIMENTO. A Justiça também não tem tratado com a devida consideração alguns casos mais graves, algumas pessoas praticam atos mais violentos (...) e cada vez se ouve falar mais disso, porque houve coisas que foram adquiridas em guerra (...), é claro que não se desculpa os atos, mas a Justiça não tem tido em consideração essa questão, até como forma de prevenção" (Entrvt. 1 Sr. Ardina).

CAPÍTULO V - INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL

Este capítulo pretende dar conta de uma realidade institucional, a Liga dos Combatentes, instituição quase centenária que tem tido um papel fundamental na proteção ao combatente, associando à sua identidade militar uma missão cada vez maior em termos de apoio psicossocial. Neste sentido tem desenvolvido respostas sociais que preveem um maior bem-estar social e psicológico dos idosos na condição de antigo combatente e suas famílias, através dos CAMPS.

Os CAMPS abrangem todas as zonas do país e funcionam numa perspetiva de rede com as Instituições locais e com ligação aos Núcleos da sua região, que funcionam como Postos de Triagem e Encaminhamento de casos. Estas estruturas são constituídas por equipas multidisciplinares (Médicos, Psiquiatras, Psicólogos Clínicos, Assistentes Sociais, Técnicos de Reabilitação, Enfermagem, etc.), num modelo de abordagem centrada no combatente e sua família.

5.1 "O PERCURSO DO TÉCNICO NO CAMPS"

A categoria Percurso do técnico no CAMPS teve como intuito perceber qual o caminho feito pelo técnico até chegar ao Centro e identificar as razões que levaram cada um dos técnicos a prestar apoio aos associados da LC.

5.1.1 "O conseguir levar as pessoas a pensar noutras alternativas aos seus problemas..."

Após analisadas as transcrições, podemos constatar que as razões que levaram os técnicos a participar neste projeto, no seu cerne são iguais: a vontade de ajudar o mais fragilizado. Um dos técnicos refere que desde sempre manifestou apetência pessoal para ouvir os mais velhos, principalmente os que tinham combatido na guerra do ultramar, e que a sua formação académica veio de alguma forma estimular essa característica pessoal. Foi com grande satisfação que aceitou a proposta de trabalhar nestes dispositivos de auxílio ao combatente, como podemos comprovar pelo excerto apresentado:

"(...) embora não tenha desenvolvido nenhum estudo académico sobre os stress pós-traumático, sempre me interessou, despertou-me sempre muita atenção. Sempre li muito sobre esta área (...), e a clínica foi sempre uma área que eu gostei muito (...) mesmo antes de pensar em seguir psicologia (...) a minha área é a cognitivo comportamental (...) quando ia à minha terra os ex-combatentes falavam muito comigo sobre isso (...), havia uns que estavam numa situação mais ou menos estabilizada, outros completamente desequilibrados e outros alcoolizados (...), depois sempre gostei muito de ajudar, sempre fui um pouco altruísta e quando me convidaram eu disse logo que sim (...)" (Técnico 1).

O outro técnico aponta como motivo principal para aceitar o desafio proposto pelo CAMPS a sua formação como militar e a experiência profissional anterior, adquirida no Hospital Militar, no contacto com pessoas marcadas pela guerra e no apoio social que era prestado no Hospital:

"O ser militar e o ter contactado enquanto assistente social no Hospital militar, as vivências, as angústias daqueles miúdos, mas não só às crianças, porque elas estavam de passagem, por norma seis meses, e portanto quando elas partiam eu passava a fazer tudo o que era serviço social no Hospital Militar. Ou seja, no dia do acolhimento do doente fazia-se uma avaliação e depois procedia-se à intervenção que fosse mais adequada, de psicologia ou de serviço social" (Técnico 2)

Em suma, os motivos que levaram os dois técnicos a enveredar no projeto "Cuidados de Saúde", promovido pelo CAMPS-LC, prendem-se com o seu espírito de solidariedade para com o próximo e com o facto de encontrarem neste projeto a forma de poderem ajudar quem precisa. Em parte, porque como militares percebem bem as situações adversas com que um militar se pode deparar e também pela especificidade da sua formação académica, que naturalmente muito contribuiu, como podemos perceber pelos testemunhos que se apresentam:

"O conseguir levar as pessoas a pensar noutras alternativas aos seus problemas, para mim tem sido extremamente positivo. As pessoas entram aqui tristes, sem se compreender a elas próprias, equilibram e conseguem começar a ter um visão diferente das coisas e isto é muito gratificante para mim, como psicólogo e como pessoa que está aqui para ajudar os mais vulneráveis (...) ver as pessoas muito desequilibradas, não conseguirem perceber o que se passa com elas e passado um tempo, alguns, isto varia de caso para caso, vejo as pessoas a sorrir e dizem-me «Oh Dr., obrigado, foi muito bom estar consigo, ajudou-me a ver de forma diferente, eu só me fixava nesta solução, mas realmente há mais soluções» (...) às vezes sinto-me triste por não conseguir dar mais e ter mais disponibilidade" (Técnico 1).

"Eu que tive formação militar, quando eles falam das armas para mim aquilo é tudo familiar, e sei perfeitamente o que é viver o que eles viveram. Estas pessoas são uns heróis (...)" (Técnico 2).

5.2 "O COMBATENTE DO CAMPS"

A categoria O Combatente do CAMPS teve como objetivo principal traçar o perfil das pessoas que recorrem a estes Centros, ou seja, saber quem são os associados que frequentam estes Centros e quais são os motivos que os levam a procurá-los.

5.2.1 "Normalmente são antigos combatentes reformados..."

Da análise feita às transcrições dos técnicos, chega-se à conclusão que a grande maioria dos utentes são antigos combatentes reformados. Regra geral são pessoas que quando voltaram da guerra refizeram a sua vida pessoal, profissional e social. Contudo não

tiveram tempo, nem meios de apoio ao seu alcance, para recuperar de tudo o que viveram e que foi de alguma forma silenciado, mas não resolvido. A passagem à reforma deixa-os com mais tempo para pensar e reviver o passado e esse facto traz-lhes conflitos interiores que lhes provocam consequências graves ao nível do seu bem-estar psicológico, realidade que pode ser confirmada pelos testemunhos dos técnicos:

"Normalmente são antigos combatentes reformados, entre os 65 e os 73, mais ou menos, porque começam a ter mais tempo para pensar outra vez sobre as coisas (...) são os que chegaram, readaptaram-se, constituíram famílias, organizaram-se e com a chegada da idade da reforma o pensamento do que aconteceu lá voltou. Têm tempo para pensar sobre isso, antes tinham as preocupações do dia a dia, trabalho, projetos. Entretanto reformam-se, nada para fazer, fixa-se um sonho (...)" (Técnico 1).

"Temos dois tipos de situações, as pessoas antigos combatentes que ainda estão no ativo, mas que já não têm condições físicas e psicológicas para manter a sua atividade profissional, então recorrem ao psiquiatra, psicólogo e tentam fazer um processo de reforma por invalidez. Estas ansiedades, conflitos internos que começam por ser no trabalho trazem-lhes uma angústia e eles voltam a reviver os problemas da guerra que estavam até então adormecidos. Depois temos as pessoas que já estão reformadas e que depois de ficarem no inativo, começa toda a imagem da guerra, o que é que eu fiz (...)" (Técnico 2).

Como confirma Fonseca (2012, p.84), a entrada na reforma "não assinala apenas o fim da atividade profissional; é também o fim de um período longo que marcou a vida, moldou hábitos, definiu prioridades [...] podendo ser, ao mesmo tempo, um momento de libertação e de renovação [...], ou um momento de sofrimento e perda (de objetivos, de amigos, de capacidade financeira...)". O mesmo autor refere ainda que, "considerando que o trabalho organiza a atividade humana, ajuda-nos a formar uma determinada imagem pessoal e a definir o nosso lugar no mundo, a sua importância é inquestionável e a sua perda [...] traz sempre associado algum risco de perturbação [...]" (2012, p.76).

5.2.2 "Temos um bocado de tudo..."

Das entrevistas feitas aos técnicos concluiu-se que a maioria das fragilidades do utente que procura o CAMPS estão associadas aos momentos vividos na guerra, à forma como atuaram em determinada situação e para a qual o utente não encontra explicação e relativamente à qual em muitos casos se recrimina. Os utentes por norma apresentam ansiedade, angústia e voltam a reviver memórias de guerra, situações que surgem sem razão aparente e que levam à diminuição da sua autoestima, levando-os a conflitos familiares e também à adoção de comportamentos de risco. Contudo também aparecem situações de grande fragilidade económica e socorrem-se dos Centros para apoio, como podemos comprovar pelo testemunho a seguir apresentado:

"Temos um bocado de tudo, aqueles que voltam a ter os flashbacks, e depois aparece a ansiedade, a angústia e começam a perguntar-se «mas porque é que eu sonho com isto?» e coloca-se muito o porquê, porque antes também tinham essas memórias de guerra, só que não lhes davam tanta importância (...) outra característica das pessoas que aqui aparecem é o terem presenciado acontecimentos muito dramáticos, mas pode acontecer ter sido apenas o estar afastado dos seus familiares (...), porque independentemente de estar, ou não em combate, o tempo que eles lá passaram foi penoso para todos, porque é uma ansiedade viver onde há guerra, ansiedade constante, está-se sempre na incerteza de (...), é extremamente negativo para as pessoas (...) como é que ele compensa, normalmente com álcool e outros exageros (...) e temos outros que precisam de alimentos, de dinheiro. Outras situações são as esposas que os trouxeram, porque não sabem lidar com a situação. Existe o stress traumático secundário, por isso é que é importante o trabalho com todo o contexto/estrutura familiar e que nós também fazemos" (Técnico1).

"A maior parte vem com alguma carência, quer seja de resolução psicológica ou psiquiátrica, porque muitas vezes já são acompanhados lá fora em psiquiatria e a medicação não é ajustada, muitas vezes também não têm dinheiro para comprar a medicação e com a questão da passagem à reforma às vezes aparecem os conflitos com as mulheres, o ter ido para a guerra, o ter emigrado. Muitas vezes aparecem aqui a dizer que só precisam da ajuda para tratar da reforma, mas depois de alguma conversa chega-se à conclusão que há algo mais" (Técnico 2).

Para além destas questões associadas às vivências na guerra, também aparecem utentes com incapacidade financeira para suportar os encargos que até então tinham assumido, como refere um dos técnicos.

"Muitas vezes têm dívidas, situações em que ficaram como fiadores dos filhos e estes ficaram sem emprego e depois os pais também não têm como pagar e recorrem aos Centros para auxílio jurídico" (Técnico 2).

De acordo com os testemunhos dos técnicos verifica-se que os utentes dos CAMPS são na sua grande maioria antigos combatentes que apresentam, em alguns casos, um conjunto vasto de necessidades, que vão desde a necessidade de apoio psicológico e familiar até ao apoio económico.

5.3 "AÇÃO DO CAMPS NO APOIO AO COMBATENTE"

Nesta categoria pretende-se conhecer todos os procedimentos feitos pelos técnicos, desde que o utente chega ao Centro, e o conjunto de respostas que têm para lhe oferecer.

5.3.1 Tentamos perceber pelo contexto qual é o problema da pessoa..."

Após análise das entrevistas, percebeu-se que os utentes chegam aos Centros por diferentes vias: por iniciativa própria; através de combatentes que identificam as situações de carência de outros camaradas de armas; pelas esposas que levam os seus maridos aos Centros; pelos próprios utentes que já frequentam os Centros; pela sinalização dos próprios núcleos e também pelas atividades que os diversos CAMPS realizam no sentido de informar

e sensibilizar a sociedade/comunidade para a realidade da população combatente e suas famílias sobre as problemáticas que os afetam e o seu percurso histórico (atividades que abrangem Palestras, Conferências e ações de Informação e Sensibilização).

Depois de chegar ao Centro, o utente é sujeito a uma consulta de triagem. Esta é supervisionada por técnicos especializados, normalmente na área psicológica e social. O caso de cada utente é depois discutido em equipa, sendo proposto o encaminhamento que mais se aproprie à situação em causa, tal como se confirma pelos testemunhos a seguir apresentados:

"A primeira consulta é de triagem e aí é importante perceber o que a pessoa traz (...), são acompanhadas por mim e pela psicóloga estagiária. Fazemos a consulta e depois são encaminhadas para psiquiatria, para radiologia, oftalmologia. Uma vez até conseguimos que uma pessoa fosse operada às cataratas (...), saber como está tanto socialmente, em termos económicos, como sobrevive, porque depois canalizamos para ação social ou, encaminhamos para psicologia individual e só mais tarde quando já estabilizado é que passa para os grupos, ou não (...). No caso do stress traumático, quando a pessoa chega aqui e eu vejo que traz indícios/sinais comportamentais de stress traumático, peço à pessoa para ir ao médico de família e dou-lhe o modelo 1, para trazer assinado pelo médico, que é para depois encaminharmos para o Hospital distrital, com o objetivo de pedirmos que nos deixem avaliar o stress traumático e preparamos todo o processo da pessoa com base no modelo 2, estabelecido pelo protocolo, mais o relatório do psiquiatra (...)" (Técnico 1).

"Faz-se uma triagem, temos uma equipa formada por mim (assistente social) e pela minha colega psicóloga, tentamos perceber pelo contexto qual é o problema da pessoa. Este é o espaço das pessoas, deixamo-las falar. Muitas vezes choram. Neste espaço é perceber e encaminhar as pessoas. De acordo com a situação fazemos depois o plano de intervenção (...), no que respeita aos processos de stress pós traumático. Enquanto os processos andam para trás e para a frente, as pessoas ficam muito ansiosas e nós tentamos saber em que ponto está a situação. Não é que se consiga acelerar o despacho do processo, porque levam muito tempo, chegam a levar 15 anos, mas as pessoas ficam a saber onde está e só o facto de alguém se preocupar já é motivo para eles tranquilizarem. Nós temos casos de sucesso, tivemos um senhor que, durante anos, o processo foi avaliado e acabou por receber uma fortuna e ficam com direito (dependendo do grau que lhes foi atribuído, 30%, 60%, ou mais) a um cartão que lhes dá direito a todos os hospitais militares, a irem a médicos com convenções com o subsistema militar, a medicação com algum desconto e a uma pensão. Passam a ser pensionistas, ou seja, a situação é reconhecida e as pessoas recebem aquilo que está previsto por lei para os deficientes das forças armadas (DFA). Eles ficam tão contentes e agradecem-nos tanto" (Técnico 2).

Conclui-se portanto que o CAMPS tem como objetivo "analisar" o utente na sua globalidade, desde as questões de saúde até à vertente económica, para depois agir e ir ao encontro das necessidades de cada um.

Tanto nas questões relacionadas com a saúde como económicas e sociais há necessidade de grande envolvimento com o utente, nomeadamente disponibilidade para ouvir, para ajudar e criar empatia com o utente, de forma a que ele perceba que pode confiar, como é confirmado pelos excertos que se apresentam:

"Nas consultas individuais, começa sempre com uma pequena apresentação do que vou fazer (...) digo-lhes que vamos fazer uma conversa que passa pela história de vida e passa pela história militar (...) normalmente não refiro que sou militar (...), portanto o historial dele,

onde esteve, as coisas que aconteceram (...), são sessões que levam algum tempo, não é de um dia para o outro que eles sentem confiança (...), na terapia de casal é engraçado, porque eles chegam aqui sem falar um para o outro e passado algum tempo já falam das coisas à frente das esposas, coisas que nunca tinham falado. Eu acho interessante, porque muitas vezes o conflito é por não falarem, é um sentimento de acomodação. Eu ponho-os a falar e peço às esposas que digam o que gostariam de ouvir (...). Na terapia de grupo, os grupos são grupos suporte. São eles que levam os temas que querem, falam sobre o que querem. Normalmente fogem ao tema da guerra, mas quando algum fala sobre isso, começam logo todos, falam muito das colheitas sazonais, mas quando alguém vai lá à guerra, logo todos começam. A minha postura é de manter um pouco aquilo que eles querem falar, nós não interferimos, nem nas conversas, só interferimos em relação a alguma justificação que eles pedem, do género «Oh Dr., por que é que eu me sinto assim?» (...), aqui pretende-se que eles sejam suporte uns dos outros, conhecerem-se e confiarem uns nos outros, porque perderam essa confiança. Eles acham que foram abandonados, sentem-se descartados e o confrontar a sua realidade com a realidade de outros pode-os ajudar a superar" (Técnico 1).

"(...) eles têm muita confiança em nós, sentem que nos preocupamos com eles e estamos aqui para eles, para os ouvir, para os aconselhar e depois é o sentimento de pertença com a Liga (...). Eu costumo dizer que somos uma caixinha de primeiros socorros. Não serve este penso porque é demasiado pequeno, arranjamos outro maior e vamos tentando muitas coisas e o não desistir é reconhecido por eles e pelas famílias (...), muitas vezes o primeiro contacto é o mais difícil, o termos de lidar com situações, como por exemplo o alcoolismo (...) tive um utente que vinha cá (perfumava todo o gabinete), tinha sessões com ele de praticamente uma hora, em que só ele falava e eu pensava como é que eu vou ajudar esta pessoa, que tipo de intervenção vou fazer, mas a pouco e pouco fui conseguindo a confiança dele e estabeleci um plano de intervenção que o fez alterar o seu estilo de vida e voltar a estar bem com ele próprio" (Técnico 2).

No que concerne ao papel do Assistente social, o trabalho é o de apoiar na intermediação entre os diversos serviços médicos, sociais e fiscais, como se confirma pelo testemunho que se apresenta:

"Algumas das pessoas têm dificuldade em conseguir consulta e os médicos de família não ouvem o que eles dizem e, aí, tentamos fazer o intercâmbio com os serviços de saúde. Temos feito muito isso e nota-se depois um atendimento diferente e eles dizem-nos (...) existe apoio em termos de advogados, apoios jurídicos (...), faço-lhes o IRS, fazemos algum apoio em termos monetários, para aquisição de medicamentos em farmácias. No Natal recorremos ao Banco Alimentar para podermos ajudar aqueles mais carenciados. No que respeita aos benefícios, nós damos acompanhamento a essas situações. Eles normalmente reformam-se e esquecem-se desses subsídios e não assinalam lá no formulário qualquer situação sobre o tempo de serviço militar e depois vêm cá e dizem-nos «ah e tal, eu não recebi isto ou aquilo» e nós acabamos por resolver essas questões. Depois há outras coisas, como o complemento solidário para idosos" (Técnico 2).

Deste modo, como já foi referido, a primeira consulta que se realiza ao utente/família tem como propósito identificar as principais queixas e necessidades, procedendo-se depois ao devido encaminhamento. Tivemos a informação que é preferencialmente realizada por dois técnicos, Psicólogo Clínico e Assistente Social, e por norma tem duração aproximada de uma hora.

Depois da primeira consulta, e conforme o caso, poderá ser encaminhado para: consultas de apoio psicológico individual, que são realizadas por um psicólogo clínico e da

Saúde e duram aproximadamente 50 minutos; atendimento social, que se destina aos utentes que necessitam de apoio a nível social (dificuldades económicas, habitação inadequada, procura de lar ou cuidados de saúde específicos, questões relacionadas com reforma ou invalidez, entre outras necessidades). O atendimento neste caso é feito pelo Assistente Social e pode durar até 60 minutos e o encaminhamento para Grupos Terapêuticos, na eventualidade de surgirem casos suficientes e com problemáticas passíveis de serem integradas em terapia de grupo (antes de se constituírem os grupos é feita uma seleção dos participantes). As sessões têm um máximo de 10 participantes (combatentes ou esposas) e 1 a 2 técnicos, preferencialmente com formação específica e experiência em Terapia de Grupo. Os Grupos Terapêuticos decorrem em espaço adequado, sem intervenções externas, e têm duração de 1 hora e 30 minutos e uma frequência semanal ou quinzenal.

Em caso de ser sinalizada uma situação de um combatente que se encontre em situação de sem-abrigo, ou em risco de exclusão social, a equipa de apoio psicossocial poderá deslocar-se até ao local. Está também prevista no CAMPS a realização de visitas de Apoio Domiciliário, nos casos em que o combatente ou familiar não possa deslocar-se ao local de consulta. Por último, no caso de combatentes que tenham problemas mentais ou físicos que ponham em causa a compreensão ou a tomada de decisões, poderá ser disponibilizado um técnico para prestar o apoio necessário, como por exemplo, deslocação à Segurança Social, a consultas médicas, entre outro tipo de apoio.

5.4 "A AÇÃO GLOBAL DO CAMPS"

Nesta categoria pretendeu-se entender qual a amplitude social e política da ação do CAMPS no apoio específico aos antigos combatentes e de que forma, ao fim de 40 anos após o término da guerra, este dispositivo vem auxiliar os mais fragilizados. Em simultâneo, procurou-se ainda saber como é que as diferentes instituições cooperam em prol do mesmo público-alvo e, por fim, qual é o objetivo latente a toda a ação dos Centros.

5.4.1 "Eles não tiveram apoio nenhum quando vieram..."

Pela análise das entrevistas realizadas aos antigos combatentes, no capítulo anterior, percebeu-se a escassez de medidas políticas de auxílio aos homens que combateram na guerra do ultramar. Na sua globalidade todos revelaram um sentimento de grande abandono pelos seus Governantes, pois o cumprimento do seu dever para com a Pátria nunca foi

valorizado face às adversidades a que foram sujeitos. Os relatos dos técnicos vêm confirmar o silêncio a que se remeteu o Estado:

"Quando eles vieram não houve nenhum tipo de acompanhamento psicológico. Eles sentem-se completamente abandonados, dizem «nós fomos tara perdida» (...), portanto faz todo o sentido continuar a existir este tipo de serviço (...), eles até costumam dizer «se isto me tem acontecido quando eu de lá vim agora seria outro homem, porque eu fui uma pessoa e vim outra, eu precisava disto quando cheguei, até teria tido outra orientação na vida» (...) e essa ansiedade traz-lhes medo e muita angústia" (Técnico 1).

"Muitas das vezes dizem-nos que ainda bem que ao fim destes 40 anos há alguém que é capaz de ouvir aquilo que temos para dizer e valorizar isso. Também podemos dizer que durante estes anos houve uma evolução, contudo não chegou a todos. Os que tinham recursos conseguiram tratar-se, depois os outros guardaram a sua história, que são a grande maioria que aparece agora" (Técnico 2).

Estes testemunhos vêm confirmar os relatos dos combatentes no capítulo IV, relativamente à falta de apoio por parte do Estado. Como referido no capítulo II, as medidas de auxílio ao combatente foram em grande medida direcionadas para os que regressaram com deficiência física. Desta forma, os que voltaram aparentemente bem continuaram as suas vidas como puderam e o melhor que souberam, independentemente de apresentarem, ou não, alguma perturbação relacionada com a guerra. O reconhecimento de possíveis danos psicológicos provocados pela guerra só é efetivamente assumido pelo Estado Português em 1999, e só a partir desse momento é que começam a ser desenvolvidos esforços de auxílio psicológico aos chamados "cacimbados". Porém, o que se percebe é que é um processo longo, muito burocrático, que necessita de muitas "provas", para que o combatente possa ser reconhecido como deficiente das Forças Armadas e lhe seja atribuída uma pensão.

Neste sentido os CAMPS, à semelhança de outras estruturas criadas por associações de antigos combatentes, vêm ajudar a tornar todo o processo em torno do Stress Pós traumático mais célere. Contudo, mesmo com a colaboração de diversas Instituições, o processo a que o combatente é sujeito é demorado, podendo decorrer durante aproximadamente 10 a 15 anos. Desta forma o conjunto de serviços prestados pelo CAMPS vem assim apoiar o combatente, com intervenções concretas a cada caso e colmatando as demoras do Estado.

5.4.2 " Cada um tem a sua estratégia e respeita-se..."

Após o 25 de abril de 1974 foram muitas as Associações de antigos combatentes que surgiram no nosso país. Em todas a missão foi e continua a ser o prestar o apoio àqueles que combateram por Portugal na guerra do ultramar. Ao longo dos tempos estas

Associações cresceram, tornaram-se estruturas sólidas e são elas que em articulação com outras do mesmo cariz se têm debatido pela proteção social e política da classe de homens antigos combatentes, dando visibilidade pública e política aos seus problemas.

Neste sentido e após os testemunhos dos técnicos concluiu-se que existe diálogo entre as Associações, que há um trabalho de partilha de experiências e atuações e esta cooperação é vista de forma muito positiva, como podemos comprovar:

"De vez em quando convidam-se as associações, fazem-se encontros, mais na Liga dos Combatentes. Fazem-se pequenos seminários e as pessoas falam sobre o que cada um oferece (...), acho que nos podemos complementar, é importante apoiar tudo aquilo que se faz para chegar às pessoas. O que a Liga faz, se calhar já é um projeto um bocadinho tardio, mas estamos a conseguir chegar a alguns, o que é muito importante e as outras associações também. Tudo o que for para ajudar é bem-vindo, (...), se nós temos estratégias melhores ou piores, não sei, cada um tem a sua estratégia e respeita-se (...) por exemplo, sei que a APOIAR tem apoio jurídico, nós aqui no nosso Centro não temos (...) muitas vezes os processos tornam-se muito lentos e então aí o advogado é importante para acelerar o processo" (Técnico 1).

"Eu penso que a atitude de todas as Associações não está propriamente em querer fazer algo de diferente, mas sim ajudar os combatentes o melhor que sabemos e podemos, naquilo que eles precisam e, por isso, deveria talvez haver um pouco mais de colaboração e isso deveria vir principalmente da parte dos combatentes, porque muitas vezes estão a ser acompanhados e depois sabem de nós e quase que abandonam um lado para vir para outro. O que nós tentamos fazer é uma relação cordial com todos. Portanto, tentamo-los consciencializar para isso e que devem dar valor ao que foi feito no outro lado e perceber o que já foi feito, não nos atropelarmos uns aos outros. Podemos dar assistência noutra valência que eles não estejam a ter no outro lado" (Técnico 2).

5.4.3 "Damos o valor a estes homens..."

As problemáticas associadas à guerra são complexas e requerem intervenções concretas e adequadas a cada caso. Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo CAMPS disponibiliza um conjunto de respostas aos problemas dos combatentes, que durante tanto tempo estiveram escondidos. As equipas de trabalho são muito completas e envolvem pessoas de diversas áreas, indo ao encontro dos diferentes problemas que afetam a pessoa, na dupla condição de idoso antigo combatente.

Com efeito, que estas estruturas (CAMPS) estão a trabalhar em prol de um objetivo comum, o apoio ao antigo combatente e família, com vista à obtenção das melhores respostas possíveis no apoio concreto a este público-alvo.

"A Liga tem feito muita coisa em termos de retaguarda. Estamos a construir um Lar. Na minha opinião estes centros têm sido uma boa resposta para os combatentes, mas acho que falta ainda alguma coisa. Não podemos centralizar todos os apoios em nós (...) e é nisto que trabalhamos cada vez mais, abrir as portas, estabelecer contactos com a Rede social que

existe no nosso País, porque foi por eles (combatentes) irem à guerra, que nós estamos aqui hoje e que houve uma série de modificações no nosso país (...) Estes homens fazem parte da história. Por exemplo, quando vão ao centro de saúde o médico não pode olhar para ele simplesmente como um maluquinho, nem um funcionário dizer «Olha este Sr. esteve na guerra e por isso é que ele está assim, é maluco» (...) e uma forma de reconhecer o valor destes homens poderia ser simplesmente em cada cidade, em cada freguesia, as instituições públicas dizerem assim, «eu tenho este grupo, estes munícipes que estiveram na Guerra do Ultramar e quando há comemorações do exército, ou de outra coisa, serem convidados VIP» (...) estes homens merecem uma homenagem pública e isso seria para eles muito mais importante do que qualquer reforma, qualquer ajuda nos medicamentos. Serem embaixadores de uma atividade qualquer e não esquecerem que foram combatentes, embaixadores de um clube de futebol. Porque estes homens passaram muito. Uns vieram bem, mas outros menos completos, sem pernas, sem braços e depois há famílias que também não reconhecem isso. É preciso centros de convívio, espaços onde eles sintam que compreendem a sua história. Estes homens têm todo o direito de ter um cuidado diferenciado (...) por exemplo, aqui no nosso Centro temos um serviço de apoio voluntariado. Ainda está um bocadinho embrionário e eu acho que esses voluntários não deveriam ser só combatentes, os filhos, as esposas, até a comunidade em geral deveriam ser voluntários. Nós portugueses somos voluntários em todo o lado, só não somos voluntários na Liga dos Combatentes" (Técnico 2).

"Este projeto está muito bem definido, muito bem orientado, cobre parâmetros muito interessantes. Se conseguíssemos alcançar esses parâmetros já era muito bom, mas também alargar a ação e ser mais próximos das pessoas (...) Era importante chegarmos a um maior número de casos e estamos a trabalhar com os núcleos nesse sentido, para que se estabeleça relações de parceria com todos os organismos públicos, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e assim dar uma resposta de mais proximidade e principalmente aos que se remeteram ao silêncio durante estes anos todos (...) de forma a perceberem que têm ali um suporte que os pode ajudar, que podem confiar e falar muitas vezes sobre as preocupações deles. Às vezes podem estar numa depressão e não ter nada a ver com o stress traumático (...), nós notamos que há muitas dependências, por exemplo, nos combatentes, muito alcoolismo. Muitos deixaram de beber e melhorou imenso a qualidade de vida deles. Era a forma que eles tinham de lidar com a ansiedade" (Técnico 1).

Nos excertos que se apresentaram verificou-se que o objetivo central de todo o trabalho desenvolvido pelo CAMPS é conseguir estabelecer uma relação de maior proximidade com os combatentes e famílias e assim chegar aos que mais precisam.

Outro objetivo é promover o trabalho em Rede com outras estruturas de ação social, por forma a esclarecer a sociedade em relação aos problemas que afetam esta população e permitir uma mais fácil identificação de casos. Por outro lado, o objetivo consiste ainda em poder partilhar recursos no apoio aos combatentes mais necessitados e em risco de exclusão social, de forma a dar uma resposta adequada, especializada e continuada de apoio psicossocial a quem durante tanto tempo esperou.

"Os combatentes não são mortos-vivos, são pessoas numa unidade de cuidados continuados, em plena recuperação (...) e portanto é preciso que a sociedade os conheça para lhes dar valor (...) é nisto que trabalhamos cada vez mais, para que saibam quem somos e para quem trabalhamos e juntos darmos o valor a estes homens" (Técnico 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado este momento é necessário fazer uma reflexão sobre os resultados encontrados neste estudo. Como referido no início, perante uma sociedade cada vez mais envelhecida, considerou-se vital debruçarmo-nos sobre as problemáticas associadas à vivência da velhice, por parte daqueles que foram marcados pela experiência da Guerra Colonial Portuguesa. Tal serve não só para dar maior visibilidade a estes homens, porque de alguma forma a sua história tem estado esquecida, mas também para poder contribuir com elementos que possam ajudar em futuras intervenções, no campo social e da saúde.

Um dos objetivos deste estudo foi conhecer as trajetórias sociodemográficas de doze idosos antigos combatentes. Neste sentido, até irem para a tropa, o seu perfil revelou grande homogeneidade, quer em termos de origem social, muito humilde e caracterizada por poucas habilitações literárias, quer em termos de percursos profissionais, relacionados principalmente com a agricultura, que na época era o retrato social da maioria da população portuguesa e principalmente daqueles que cumpriram serviço militar obrigatório.

Através dos testemunhos ouvidos apurámos que a precariedade de vida durante a infância e juventude lhes criou "defesas" para enfrentarem as adversidades em guerra. Da apreciação global da experiência destes homens percebe-se claramente o risco de vida a que estiveram sujeitos, o medo e a insegurança, momentos estes fortes e penosos para todos e que os mudaram para sempre. Por outro lado, também se retira a ideia de um universo de convívio e sociabilidade que contribuíram para que essas memórias não sejam tão negativas.

Apesar dos episódios marcantes e dramáticos que viveram, esse período acabou por constituir um fator de crescimento pessoal, promovendo uma maior consciencialização social e política, tornando-os mais reflexivos e proativos em relação à sua condição social. Constatou-se que, quando regressaram, todos os entrevistados optaram por seguir outro caminho diferente daquele que tinham deixado, o da agricultura, e que os esperava quase forçosamente. A grande maioria migrou para os grandes centros urbanos e alguns optaram pela emigração na expectativa de alcançarem melhores condições de vida.

Outro objetivo foi o de identificar as motivações da ida para a guerra dos apurados na inspeção militar. Apesar de o serviço militar ser obrigatório verificámos que a esmagadora maioria foi "voluntariamente". A sua ida esteve associada às normas culturais da época (o dever moral de defender a Pátria e o socialmente instituído pela sociedade, pois era aí que se tornavam homens) e portanto fazia parte do percurso normal da vida, com a perspetiva de voltarem com mais competências pessoais e profissionais.

Em causa esteve outro objetivo, a saber, o da identificação das vulnerabilidades psicológicas e sociais trazidas da guerra e manifestadas agora na velhice, tendo sido

verificado que a grande maioria (incluindo os dois indivíduos DFA) não associa as fragilidades físicas sentidas na velhice à vivência de guerra. Destaca-se, ainda assim, um pequeno grupo (sujeitos intervencionados pelo CAMPS) que associa diretamente os seus problemas na velhice com a guerra. Contudo, em todos os indivíduos entrevistados é unânime o sentimento de desamparo pela Nação e que é a causa de maior vulnerabilidade.

A outra vertente da investigação pretendeu conhecer a forma como as Instituições estão a intervir junto destes idosos antigos combatentes. Fez-se uma pesquisa sobre as medidas acionadas pelo Estado para proteção do combatente e constatou-se que as mesmas têm sido fruto das reivindicações exercidas pelos próprios combatentes, através das associações fundadas em torno desta problemática, de forma a reparar os danos provocados pela guerra.

Assim, verificou-se que o grupo marcado fisicamente (deficientes das Forças Armadas) não manifesta vulnerabilidade significativa relativamente à sua condição de antigo combatente e fez saber que no seu caso específico o Estado agiu mais precocemente. Contudo reforçam que todas as respostas criadas na proteção aos DFA e direitos adquiridos ao longo dos tempos têm sido resultado de uma luta constante da ADFA pela dignificação do estatuto de deficiente, melhorando a humanização dos cuidados que lhe são prestados e intervindo politicamente através do apoio jurídico.

Outro objetivo patente neste estudo foi o de dar a conhecer os Centros de Apoio Médico Psicológico e Social (CAMPS) promovidos pela Liga dos Combatentes, como resposta no campo social e da saúde aos antigos combatentes e suas famílias, tendo-se constatado que a sua atividade é de importância vital no apoio ao idoso antigo combatente, em situação de fragilidade, no campo da saúde e da solidariedade social. Os CAMPS são constituídos por equipas de profissionais nas áreas da psicologia, psiquiatria, saúde e serviço social e apresentam dinâmicas concretas e adequadas a cada caso. Verificou-se que o trabalho dos técnicos vai muito além do simples acompanhamento clínico, estendendo-se à construção de uma relação de confiança, atenção e respeito pela história do idoso antigo combatente. Este trabalho é de alguma forma intenso porque é necessário um investimento não só profissional, mas também emocional por parte de quem se dedica a "acompanhar" a história de homens que durante muito tempo estiveram "camuflados". De acordo com os testemunhos dos técnicos, as situações mais frequentes com que se deparam estão relacionadas com combatentes que aparentemente regressaram bem e que agora, numa fase pós-reforma, revivem intensamente os momentos mais marcantes da sua experiência de guerra, causando-lhes consequências graves ao nível do seu bem-estar. Na sua globalidade, o maior trauma destes homens é o nunca terem sido ouvidos, compreendidos e valorizados pelo que viveram.

Tivemos ainda oportunidade de verificar que a grande maioria dos entrevistados são sócios da Liga dos Combatentes desde que regressaram da guerra e consideram esta instituição como um lugar de pertença de todo o combatente. É aí que partilham as suas vivências de guerra com os seus iguais e, para além disso, sentem-se protegidos, não só pelos serviços que a Liga tem ao seu dispor, mas também porque sabem que as suas preocupações e ambições são ouvidas e valorizadas, alcançando assim o tão esperado Reconhecimento.

Expresso aqui o desejo que o caminho percorrido ao longo desta investigação - a qual constituiu uma experiência muito enriquecedora a nível pessoal, profissional e académico para a investigadora - possa ajudar estes homens a ter uma vida melhor, enquanto ainda é possível.

Sublinho o interesse de se realizar um estudo similar aos militares atuais que participam em missões de guerra (ressalvando as profundas diferenças que motivam a ida destes homens para um cenário deste tipo), pois será pertinente conhecer e comparar as suas interpretações de guerra e a necessidade de os outros os valorizarem, ajudando assim a encontrar medidas e soluções que contribuam para a satisfação das suas necessidades, de forma a que se possam proteger mais rapidamente quando chegarem à velhice, pois foi provado neste estudo que é na pós-reforma e na velhice que as reminiscências destas experiências se manifestam de forma mais perturbadora.

Assinalo ainda a proposta de se estender esta investigação às famílias dos antigos combatentes, em particular às mulheres dos antigos combatentes, de forma a tornar visível situações de exclusão social e familiar.

BIBLIOGRAFIA

ALBARELLO, L; Digneffe, F; Hiernaux, J; Maroy, C; Ruquoy, D; Saint-Georges, P. (1995). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. 1ª Edição. Lisboa. Gradiva-Publicações, Lda.

ALMEIDA, António (2013) A guerra colonial: balanço sobre custos financeiros, perdas humanas e ganhos de desenvolvimento. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior.

BANDEIRA *et al* (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011) Evolução e perspetivas*. Fundação Manuel dos Santos. Barreto, J. (1988). Aspectos Psicológicos do Envelhecimento. Psicologia VI, 2.

BARRETO, J. (1988). *Aspectos Psicológicos do Envelhecimento*. Psicologia, VI, 2.

BODGAN, R, BIKLENS, S (1994). *Investigação qualitativa em educação - Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

CABRAL, M.; Ferreira, P.; Silva, P.; Jerónimo, P.; Marques, T. (2013). *Processos de Envelhecimento em Portugal*. Fundação Manuel dos Santos.

CARREIRAS, Maria (2013) *Entre o silêncio e a memória: as mulheres portuguesas que acompanharam os maridos militares na Guerra Colonial*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE.

CARVALHO, M. (2013). *Dos Serviço Sociais das Forças Armadas ao Instituto da Ação Social das Forças Armadas I.P.: transformações e desafios*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Católica Portuguesa.

COMEÇANDA, Ana (2011), *Percursos Individuais Face ao Potencial Trauma em Ex-combatentes da Guerra Colonial: Uma Comparação entre a Patogénese e a Salutogénese*. Dissertação de Mestrado, Repositório da Universidade do Minho

CORREIA, José Velez (2011), *"História do Núcleo de Estremoz da Liga dos Combatentes - O Passado, o Presente e...o Futuro?"*. 1ª Edição. DG Edições.

CUNHA, Fernanda, (2011). *O Associativismo no Concelho de Ponte de Lima como Meio de Intervenção, Social, Cultural e Educativo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Escola de Ciências Sociais e Humanas - Polo de Chaves.

FERNANDES, A. (1997). *Velhice e Sociedade*. Oeiras: Celta Editora.

FIGUEIREDO, C. (2008). *Respostas sociais para pessoas idosas.*, In Rediteia, nº 41, 2008., p. 65.

FONSECA, A (2006). *O envelhecimento, uma abordagem psicológica*. 2ª Edição. Lisboa: UC, Campus do Saber.

FONSECA, A (2008). *Envelhecimento Bem-sucedido*. In Rediteia, nº 41, 2008, pp.20-22.

FONSECA, A (2012). *Manual de Gerontologia. Desenvolvimento psicológico e processos de transição-adaptação no decurso do envelhecimento*. Lidel - Edições técnicas, Lda.

FONSECA, A. (2009). *Angola, Terra Prometida, A Vida que os portugueses deixaram*. A Esfera dos Livros, 3ª edição.

FONSECA, A. (2012). "Do trabalho à reforma: quando os dias parecem mais longos". Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Envelhecimento demográfico.

FONTAINE, R (2000). *Psicologia do Envelhecimento*. 1ª Edição. Lisboa: Climepsi Editores.

FORTIN, M.F. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures, Lusociência- Edições Técnicas e Científicas, Lda.

FORTIN, M.F. (2000). *O Processo de Investigação*. Loures. Lusociência.

GOMES, Carlos de Matos, Afonso, Aniceto (2009). *Os Anos da Guerra Colonial- 1961-O princípio do fim do império*, 2º Vol., QuidNovi SA.

GUERRA, I (2006). *Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdos: Sentido e formas de uso*. Cascais: Príncípia-Publicações Universitárias e Científicas.

LEÃO, C.; Athaide, A.; Revés, M.; Marques, M.; Ponte, S. (2011). *Globalização do envelhecimento - o caso português*. Lisboa: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

LIGA dos Combatentes (2013), *"Pensar o Combatente por Portugal - Séc. XXI"*. 1ª Edição, ACDPrint, S.A..

MAIA, A. (2006). *Por baixo das pústulas da Guerra: Reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da guerra colonial*. Universidade do Minho. Centro de Estudos Lusíadas, ISBN 972-99814-1-8 pp.11-28

MAIA, A. (2009), *Adversidades na Infância explica sintomas actuaatuais em Homens de meia idade*. Actas do Congresso de Saúde e Comportamento dos Países de Língua Portuguesa: Desafios da saúde e comportamentos: actores, contextos e problemáticas,1, Braga, Portugal, 2009". [Braga : CIPSI edições, 2009] ISBN 978-989-95509-1-9. pp. 265-275. Repositório da Universidade do Minho.

MARCONI, M, LAKATOS, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas. 5ª Edição. São Paulo.

MARCOS, M. L. (2008). *Reconhecimento: Do Desejo ao Direito*. Lisboa. Edições. Colibri.

MARINHO, J. (2011). *A Família Institucional. Mito ou Realidade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Católica Portuguesa.

MARTINS, Maria Isabel (2010). *Capital Social, Envelhecimento ativo e Dinâmicas de Liderança sobre as Organizações Sociais de Apoio à população Idosa em Oeiras*. Dissertação de Mestrado em Política Social. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

MARTINS, Sara (2011). *A memória de um lugar: discursos e práticas identitárias na freguesia do Castelo em Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

PAÚL E RIBEIRO (2012). *Manual de Gerontologia*. LIDEL - Edições Técnicas, Lda.

PAULOS *et al* (2005). *Os Valores Militares enquanto fatores de Coesão na Instituição Militar-Trabalho* realizado no âmbito da disciplina de Psicossociologia das Organizações - (2º Ano) - Proelium, Revista da Academia Militar

PEREIRA, M. (2010), *PTSD, psicopatologia e tipo de família em veteranos de Guerra Colonial Portuguesa*. Revista de Psicologia Militar, Nº 19-2010, pp. 211 a 232, Universidade do Minho, Centro de Investigação em Psicologia.

PINTO, António Costa (2001). *"O fim do Império Português"*. Livros Horizonte Lda.

QUIVY, R, CAMPENHOUDT, L (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva-Publicações Lda.

RIBEIRO, S. (2013). *A Centralidade dos Eventos Traumáticos em Ex-Combatentes de Guerra*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (ISPA).

RODRIGUES, F. (2012). *Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas- A Guerra Colonial como território de (Re)conciliação*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.

RORIZ, M. (2012). *Relatório de estágio académico na Liga dos Combatentes e Escola Profissional - ASAS*. Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa.

ROSA, M. J. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Relógio D'Água Editores.

SCHMIDT, M.; MAHFOUD, M. (1993), *Halbwachs: Memória coletiva e Experiência*. Instituto de Psicologia – USP - São Paulo, 4(1/2) pp.285-298.

SCORTEGAGNA, P.; OLIVEIRA, R. (2012). *IDOSO: Um Novo Ator Social*. IX ANPEP SUL, Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul, Brasil.

SENDAS, S. (2006), *Guerra Colonial: As duas faces da moeda. Significado da experiência de participação na guerra colonial na vida dos ex-combatentes*, Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, ISBN 972-8400-77-2. pp.831-837, Faro, Universidade do Algarve.

SILVESTRE, H, Araújo, J (2012). *Metodologia para a Investigação Social*. Escolar Editora.

VILELAS, J, (2009) *Investigação - O processo de construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

ZIMERMAN, G (2000). *Velhice: aspetos biopsicossociais*. São Paulo: Artmed Editora.

WEBGRAFIA

AMADO, J (2000). *A Técnica de análise de conteúdo*. Referência 5, 53-63, disponível em <https://woc.uc.pt/fpce/person/ppinvestigador.do?idpessoa=10057> (consultado em 25-07-2015).

Associação 25 de Abril. Disponível em www.guerracolonial.org/pt (consultado em 14-11-2014).

Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra. Disponível em www.apvg.pt/ (consultado em 20-11-2014).

BARRETO, António (2002), *Mudança Social em Portugal 1960-2000*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388784X1kPT5fa3Yr88TD2.pdf> www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf (consultado em 13-04-2014).

CARDOSO, J. (2003). *Sexualidade e Planeamento Familiar. Associação para o Planeamento da Família. Fundação Luso Americana nº 37* <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/4945/1/Revista%20n%C2%BA%2037%20APF%20Sex%20e%20Defici%C3%A7%C3%A3o.pdf> (Consultado em 31-10-2015)

CENSOS (2001). Resultados definitivos. Portugal-2001. Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=133411&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1. Consultado 12-07-2015 (consultado em 14-07-2015).

Centro Regional de Informação das Nações Unidas - <http://www.unric.org/pt/envelhecimento>. (Consultado em 3-11-2015).

INE - Censos (2011). Resultados Definitivos. Portugal 2011. Disponível em <https://www.ine.pt/> (consultado em 4-09-2015).

INE - Instituto Nacional de Estatística (2013). Estatísticas demográficas 2013. Disponível em <http://www.peprobe.com/pt-pt/document/estatisticas-demograficas-2013-ine> (consultado em 13-07-2015).

LE MOS, V. (2014). *A OCDE e a mudança de paradigmas nas políticas públicas de educação em Portugal: O Projeto Regional do Mediterrâneo e a reforma de Veiga Simão*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. (CIES e-

WorkingPapers (ISSN16470893). Disponível em http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP174_Lemos.pdf (consultado em 31-07-2015).

LIGA dos Combatentes. Disponível em www.ligacombatentes.org.pt. (consultado em 30-10-2014).

SIQUEIRA, R; CARDOSO (2011). *O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte americana*. Imagonautas 2(1), 2011, ISSN 07190166 epositorio.unesp.br/handle/11449/127032.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Estatutos da Liga dos Combatentes

Portaria n.º 119/99 de 10 de fevereiro

Regalias aos militares com incapacidade - Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei nº 44995 de 24 de abril de 1963

Decreto-Lei nº 210/73 de 9 de maio (1973)

Decreto-Lei nº 43/76 de 20 de janeiro (1976)

Decreto-Lei nº 203/87 de 16 de maio (1987)

Decreto-Lei nº 224/90 de 10 de julho (1990)

Decreto-Lei nº 183/1991 de 17 de maio (1991)

Decreto-Lei nº 259/1993 de 22 de julho (1993)

Decreto-Lei nº 46/1999 de 16 de junho (1999)

Decreto-Lei nº 50/2000 de 7 de abril (2000)

Regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação ou reforma - Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei nº 9/2002 de 11 de fevereiro (2002)

Decreto-Lei nº 21/2004 de 5 de junho (2004)

Decreto-Lei nº 3/2009 de 13 de janeiro (2009)

ANEXOS



Ex.^{mo} Sr. Presidente da

LIGA DOS COMBATENTES
Sr. General Chito Rodrigues

Estremoz, 23 de março de 2015

Assunto: Pedido de Autorização para Recolha de Dados no âmbito da tese de mestrado em Gerontologia Social

Dulce Pereira Correia, mestranda em Gerontologia (ramo Gerontologia Social) no Instituto Politécnico de Portalegre, encontrando-se a realizar uma dissertação sobre o tema "**A Condição de Idoso antigo Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público**", vem por este meio solicitar a V. Exa. autorização para recolha de dados documentais e para realização de entrevistas (com o objetivo de conhecer a forma de funcionamento do CAMPS, as dificuldades no acompanhamento ao ex-combatente e os projetos em curso), aos técnicos de Apoio Social do CAMPS - Liga dos Combatentes.

O presente estudo, cuja orientação científica é efetuada pelo Prof. Dr. Bruno Dionísio do Instituto Politécnico de Portalegre, tem como objetivo geral **estudar as vulnerabilidades dos idosos antigos combatentes, com base na recolha de histórias de vida, no estudo dos processos de reconhecimento público e de tratamento institucional das vulnerabilidades desta população.**

A requerente compromete-se, por sua honra, a assegurar todas as condições para garantia do anonimato dos participantes no estudo e respetiva preservação da confidencialidade dos dados recolhidos.

Com os meus melhores cumprimentos

Dulce Pereira Correia



Ex.^{mo} Sr. Coordenador do CEAMPS
LIGA DOS COMBATENTES
Dr. António Correia

Estremoz, 23 de março de 2015

Assunto: Pedido de Autorização para Recolha de Dados no âmbito da tese de mestrado em Gerontologia

Dulce Pereira Correia, mestranda em Gerontologia (ramo Gerontologia Social) no Instituto Politécnico de Portalegre, encontrando-se a realizar uma dissertação sobre o tema "**A Condição de Idoso antigo Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público**", vem por este meio solicitar a V. Exa. autorização para recolha de dados documentais e para realização de entrevistas aos técnicos de Apoio Social do CAMPS- Liga dos Combatentes.

O presente estudo, cuja orientação científica é efetuada pelo Prof. Dr. Bruno Dionísio do Instituto Politécnico de Portalegre, tem como objetivo geral **estudar as vulnerabilidades dos idosos antigos combatentes, com base na recolha de histórias de vida, no estudo dos processos de reconhecimento público e de tratamento institucional das vulnerabilidades desta população.**

A requerente compromete-se, por sua honra, a assegurar todas as condições para garantia do anonimato dos participantes no estudo e respetiva preservação da confidencialidade dos dados recolhidos.


Com os meus melhores cumprimentos

Atentamente

Dulce Pereira Correia

Visto

Concordo. Autorizado, "Segundo foi e expressar "Ex-Combatente" seja substituída pela expressão "Antigos Combatentes"



LIGA DOS COMBATENTES
Ja foi e essa nome terminologia.
CENTRO DE ESTUDOS E APOIO MÉDICO, PSICOLÓGICO E SOCIAL
Combatente uma vez... Combatente a vida inteira

ASSUNTO: APOIO A PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA.

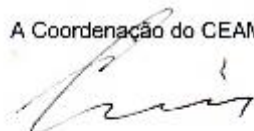
15/4/2015
Chil

1. A Dr^a Dulce Pereira Correia solicitou à Liga dos Combatentes, através da Coordenação do CEAMPS, autorização para a realização de estudo, cujo tema é: "A Condição de Idoso Ex-Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público".
2. O projeto de investigação insere-se no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Gerontologia Social, a ser realizada pela mestranda Dulce Correia, sob a orientação científica do Prof. Doutor Bruno Dionísio, do Instituto Politécnico de Portalegre.
3. O objetivo geral do estudo é estudar as vulnerabilidades dos idosos ex-combatentes, com base na recolha de histórias de vida, no estudo dos processos de reconhecimento público e de tratamento institucional das vulnerabilidades desta população.
4. A Liga dos Combatentes, através do CEAMPS, tem apoiado diversos estudos e investigações, e neste sentido é de todo o interesse que a Liga dos Combatentes continue a colaborar no apoio a este tipo de estudos e investigações, particularmente no estudo que se pretende desenvolver, o que irá permitir um melhor conhecimento das vulnerabilidades da população combatente, cada vez mais idosa.
5. Propõe-se que a recolha de dados seja efetuada segundo planeamento prévio, em combatentes da Guerra do Ultramar associados dos Núcleos de Estremoz, Portalegre e Évora, em estreita coordenação com o CEAMPS.

À consideração superior

CEAMPS, 15 de Abril de 2015

A Coordenação do CEAMPS





Guião de Entrevista aos Antigos Combatentes

1º Grupo de Questões - Período da vida antes de ser mobilizado.

Que idade tem?
Onde nasceu?
Quais são as suas habilitações?
Antes de se reformar/ q ^{do} saiu da tropa qual era o seu posto, a sua profissão?
É casado? Tem filhos?

Em criança, onde morava, na cidade ou no campo?
Como era a relação com os seus pais? Muito rígida? Eram pais atentos às necessidades dos filhos, carinhosos?
Com que idade começou a trabalhar? Qual era a sua profissão até ser mobilizado para o serviço militar? Gostava do que fazia?

2º Grupo de questões - Período de participação na guerra.

O que sentiu quando soube que tinha sido mobilizado para a Guerra?
Como foi a sua preparação militar para a Guerra?
O que esperava viver no mato?
Qual foi o momento mais difícil que viveu no Ultramar? Teve medo de morrer?
Há alguma coisa boa que recorde dessa altura?
Como era a relação entre si e os seus camaradas de armas? Quais eram os valores que os uniam?
Escrevia à sua família? Teve "madrinha de guerra"? Eram importantes para manter o ânimo dos militares?

3º Grupo de questões - Período da vida pós-guerra.

Que mudanças houve no jovem que regressou da guerra?
Em algum momento se sentiu um Herói? Recebeu alguma condecoração?
Como sentiu que as pessoas o olhavam? Com admiração, com respeito, com desprezo...
Como foi o regressar a casa, ao trabalho, adaptou-se facilmente à vida que tinha antes da guerra?

Durante o decorrer da sua vida as recordações de guerra foram sempre constantes? Se sim, como tem sido viver com essas memórias?
É frequente participar nos encontros com os seus colegas? Qual é o sentimento com que vai para esses encontros?
Acha que a experiência em guerra influenciou a forma como se relaciona com os outros, com família mais próxima?
É sócio da LC? O que o levou a associar-se? Tem conhecimento dos serviços que prestam ao combatente?
Na sua opinião, em Portugal existem Instituições suficientes de apoio ao combatente?

Como tem sido a sua vivência na velhice? Sente alguns efeitos da guerra nesta fase da sua vida?
Alguma vez pensou que a sua vida poderia ter sido diferente?
Na sua opinião existe/sente tratamento diferente por ser idoso? E ser ex-combatente?
Como é a relação com os mais novos (netos), gosta ou pedem-lhe para contar algumas das suas histórias de guerra?
Tem conhecimento dos seus direitos como idoso e ex-combatente? E de como são exercidos?
Sente que Nação o compensou de alguma forma pelo que viveu e presenciou no Ultramar? Na sua opinião, o que poderia ainda ser feito?



Guião de Entrevista aos Profissionais (CAMPS)

- 1 - Da sua experiência profissional de contacto com ex-combatentes, como caracteriza a pessoa/ex-combatente? Quais as suas vulnerabilidades?
- 2 - Que tipo de respostas/estratégias de atuação dá o CAMPS ao ex-combatente e família que recorre a estes serviços da Liga dos Combatentes?
- 3 - Quais são as necessidades mais prementes do ex-combatente que recorre aos serviços do CAMPS? Apoio médico, social,...
- 4 - Na sua opinião, em que medida as V. intervenções são eficazes na qualidade de vida do ex-combatente, ao fim destes 40 anos?
- 5 - Sabemos que existem outras Instituições/Associações no nosso País, que prestam apoio similar, de que forma a Liga dos Combatentes marca a diferença?
- 6 - Considera que os serviços/recursos de apoio ao ex-combatente (na globalidade), no pós-guerra e durante estes 40 anos foram os suficientes em quantidade e qualidade/sensibilidade face às problemáticas associadas ao trauma de Guerra?
- 7 - Quais são as principais dificuldades que encontra ao lidar com os ex-combatentes? E facilitadores?
- 8 - Na sua opinião que melhorias se poderiam implementar nas estruturas de apoio ao ex-combatente?
- 9 - Os ex-combatentes sugerem-lhes outros tipo de intervenção para além do que é feito?



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA APROVAÇÃO DE RECOLHA DE DADOS AOS UTENTES DO CENTRO DE APOIO MENTAL, PSICOLÓGICO E SOCIAL DA LIGA DOS COMBATENTES-CAMPS

Ex.^{mo} Sr. Ex-Combatente

Estremoz, 6 de março de 2015

Assunto: Investigação Académica

"A Condição de Idoso Antigo Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público" - Recolha de Dados/Entrevista

Dulce Pereira Correia, mestranda em Gerontologia (ramo Gerontologia Social) no Instituto Politécnico de Portalegre, encontrando-se a realizar uma dissertação sobre o tema **"A Condição de Idoso antigo Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público"**, vem por este meio solicitar a V. Exa. a participação numa entrevista que tem como objetivo **conhecer os sentimentos/sofrimentos dos ex-combatentes idosos, que apresentam uma característica comum na sua história de vida, a Guerra Colonial.**

A entrevista que se pretende realizar **consiste na obtenção do relato de vida do ex-combatente** assente em três dimensões, o período da vida antes da mobilização, o período de participação na Guerra e por último, a vida no pós-guerra.

Pede-se autorização para a gravação da entrevista com o único objetivo de garantir uma transcrição mais fidedigna das respostas e a investigadora compromete-se, por sua honra, a preservar a confidencialidade dos dados recolhidos, a não recolher a identidade dos participantes/ex-combatentes e a não utilizar os dados pessoais para fins diversos que não sejam os previstos nesta investigação.

Com os meus melhores cumprimentos,

Dulce Pereira Correia

Declaro ter recebido todos os esclarecimentos sobre o Projeto **"A Condição de Idoso Antigo Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público"**, nomeadamente sobre os objetivos e finalidades da entrevista, do anonimato e da confidencialidade das informações dadas como Entrevistado.

Concordo participar voluntariamente no estudo e autorizo a recolha de dados para os fins da pesquisa referida.

_____/_____/_____

(Assinatura)



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA APROVAÇÃO DE RECOLHA DE DADOS AOS TÉCNICOS DO CENTRO DE APOIO MENTAL, PSICOLÓGICO E SOCIAL DA LIGA DOS COMBATENTES-CAMPS

Ex.^{mo} Sr. Técnico Superior
CAMPS-Liga dos Combatentes

Estremoz, 17 de março de 2015

Assunto: Investigação Académica

"A Condição de Idoso Antigo Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público" - Recolha de Dados/Entrevista

Dulce Pereira Correia, mestranda em Gerontologia (ramo Gerontologia Social) no Instituto Politécnico de Portalegre, encontrando-se a realizar uma dissertação sobre o tema **"A Condição de Idoso Ex-Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público"**, vem por este meio solicitar a V. Exa. a participação numa entrevista que tem como objetivo **conhecer a forma de funcionamento do CAMPS, as dificuldades no acompanhamento ao ex-combatente e os projetos em curso.**

Pede-se autorização para a gravação da entrevista com o único objetivo de garantir uma transcrição mais fidedigna das respostas e a investigadora compromete-se, por sua honra, a preservar a confidencialidade dos dados recolhidos, a não recolher a identidade dos participantes/ex-combatentes e a não utilizar os dados pessoais para fins diversos que não sejam os previstos nesta investigação.

Com os meus melhores cumprimentos,

Dulce Pereira Correia

Declaro ter recebido todos os esclarecimentos sobre o Projeto **"A Condição de Idoso Ex-Combatente: Relatos de Vida, Vulnerabilidades e Processos de Reconhecimento Público"**, nomeadamente sobre os objetivos e finalidades da entrevista, do anonimato e da confidencialidade das informações dadas como Entrevistado.

Concordo participar voluntariamente no estudo e autorizo a recolha de dados para os fins da pesquisa referida.

_____/_____/_____
(Assinatura)

(Documentos dos CAMPS)



**Liga dos Combatentes
CEAMPS**

Núcleo: _____

FICHA DE SINALIZAÇÃO DE CASOS PARA ENCAMINHAMENTO

Data atendimento/sinalização: ____ / ____ / ____ Sinalizado por: _____

Pedido formulado por: _____

Nome: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: _____ Sexo: M ☐ F ☐

Morada: _____

Tel./Tlm: _____ / _____

Estado Civil: _____ Com quem vive: _____

Ocupação/Profissão: _____ Escolaridade: _____

Médico de Família: _____

Outro tipo de assistência: _____

Motivo do Atendimento (principais queixas, breve descrição da situação):

ENCAMINHADO EM ____ / ____ / ____ **PARA:**

- ☐ **Apoio Médico** ☐ **Psicologia** ☐ **Apoio Social** (preencher pré-diagnóstico de avaliação social)
- ☐ CAMPS 1 (Lisboa) ☐ CAMPS 2 (Loulé) ☐ CAMPS 3 (Porto) ☐ CAMPS 4 (Coimbra)
- ☐ CAMPS 5 (Chaves) ☐ CAMPS 6 (Évora) ☐ CAMPS 7 (Beira Interior) ☐ CAMPS 8 (Beja)
- ☐ GAMPS (Terceira) ☐ GAMPS (Funchal)

Após preenchimento, enviar para: Coordenação do CEAMPS – Rua João Pereira da Rosa nº 18 1249-032 Lisboa ou ceamps@ligacombatentes.org.pt



LIGA DOS COMBATENTES

CENTRO DE APOIO MÉDICO PSICOLÓGICO E SOCIAL – CAMPS 6 - ÉVORA

Registo de Missão

Núcleo _____	Data ____ / ____ / ____
Equipa Técnica _____	
Delegado do Núcleo de Apoio ao CAMPS _____	

Hora	Local	Atividade Realizada	Técnico/DNAC	Diligências

Almoço: _____

Exemplo de Caso Prático

O Sr. João Silva tem 66 anos, foi combatente em Angola de 1971 a 1973 e não é sócio da Liga dos Combatentes.

É amigo do secretário do Núcleo de Pinhel e fez um pedido de ajuda por telefone a este Núcleo. Não se sente bem, tem muitos pesadelos, dorme 2 a 3 horas por noite e depois anda às voltas na cama. Tem muitas discussões com a esposa e só lhe apetece estar sozinho e isolar-se.

Já há muitos anos que um psiquiatra lhe receitou medicação, mas o Sr. Manuel deixou de tomar porque diz não ter dinheiro nem para comer.

Como atuar / O que fazer?

- 1- Preencher a *Ficha de Sinalização*;
- 2- Encaminhar para a Coordenação do CEAMPS ou CAMPS da sua região, por e-mail ou telefone;
- 3- Aguardar envio do Plano de Missão para marcação da Consulta de Triagem;
- 4- Marcação da Consulta de Triagem;
- 5- Reunião inicial e final com equipa técnica no dia da Missão;
- 6- Registo da Missão;
- 7- Realização de possíveis diligências;
- 8- Parecer da Avaliação Social;
- 9- Tomada de decisão de apoio financeiro/ bens/ serviços/encaminhamento.